

ADRIANE CARVALHO CARRERA

Políticas editoriais e os direitos autorais na comunicação científica

Dissertação de mestrado
Julho de 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

ADRIANE CARVALHO CARRERA

**POLÍTICAS EDITORIAIS E OS DIREITOS AUTORAIS NA
COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA**

RIO DE JANEIRO
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

ADRIANE CARVALHO CARRERA

**POLÍTICAS EDITORIAIS E OS DIREITOS AUTORAIS NA
COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação (ECO/UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro.
Coorientadora: Dra. Bianca Amaro.

RIO DE JANEIRO
2019

CIP - Catalogação na Publicação

C314p Carrera, Adriane Carvalho
Políticas editoriais e os Direitos Autorais na
Comunicação Científica / Adriane Carvalho Carrera. --
Rio de Janeiro, 2019.
151 f.

Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.
Coorientadora: Bianca Amaro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
2019.

1. Comunicação Científica.. 2. Acesso Aberto. 3.
Direitos Autorais. 4. Políticas Editoriais. 5.
Ciência da Informação.. I. Pinheiro, Lena Vania
Ribeiro, orient. II. Amaro, Bianca, coorient. III.
Título.

ADRIANE CARVALHO CARRERA

**POLÍTICAS EDITORIAIS E OS DIREITOS AUTORAIS NA
COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação (ECO/UFRJ), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 04 de julho de 2019.

Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro (Orientadora)
PPGCI – IBICT / UFRJ - ECO

Profa. Dra. Bianca Amaro de Melo (Coorientadora)
IBICT - DF

Profa. Dra. Sarita Albagli
PPGCI – IBICT / UFRJ - ECO

Profa. Dra. Tania Chalhub
INES

Prof. Dr. Ricardo Pimenta (Suplente)
PPGCI – IBICT / UFRJ - ECO

Para Joana Santos e José Batista, meus avós, e Janide Crispim, com
gratidão e afeto.

(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

A minha querida orientadora, Prof.^a. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro, pela amizade, atenção, dedicação e seu apoio fundamental, só tenho a agradecer. Muito obrigada!

À Prof.^a. Dra. Bianca Amaro, pela disponibilidade para coorientar com seus valiosos apontamentos.

A minha mãe e meu pai, Maria Lúcia e João Carrera.

As minhas tias e tios: Rosa Carvalho, Aldamar, Janide, Elias, Ivanilda, Ivanilma, Maria José, Ivânia, João, José, Francisco (In memoriam) e Paulo Carrera, pelas importantes contribuições em minha caminhada.

A minha irmã Carliane e aos meus irmãos Michell, Jones, Marcelo, Carlos Augusto e Fabricio.

Aos meus familiares: Andreia, Elisa, Cíntia, Lucas, Dalton (In memoriam), Rayssa, Osiele.

Aos amigos queridos, pelo apoio e suporte emocional: Marília Teixeira, Roberta Tavares, Leydiane Oliveira, Sandro Palheta, Tchello d'Barros, Thaisa Faustino, Válber Almeida, Adriene Sá, Jozefo Rosa, Diogo Feliciano, Joana Velozo, Erijhone Mascarenhas, Carla Diaz, Edimilson Rosa, Ricardo Marciano e Renata Moreira.

À Banca Examinadora pela disponibilidade.

Aos professores e professoras do PPGCI - IBICT - UFRJ, que muito contribuíram nas reflexões em sala de aula, um agradecimento especial ao Prof. Dr. Marcos Dantas e ao Prof. Dr. Marco Schneider.

Aos colegas do grupo de pesquisa Comunicação e Divulgação Científicas - IBICT, pelas discussões fundamentais: Marcos Ramos, Rita Castro, Jacqueline Cunha e Palmira Valerio.

Aos colegas do grupo de pesquisa Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura - PPGCI/PPGCOM - UFRJ: Nahema Nascimento, MoniqueFilgueiras, Larissa Ormay, Luana Bonone, Tiago Tadeu, Daniela Rangel e Rodrigo Guedes.

Aos demais colegas e amigos do PPGCI - IBICT: Narjara Xavier, Bruno Nathanson, Bruno Leite, Fabiana Ribeiro e Arlete Nery.

Às funcionárias e funcionários do PPGCI - IBICT, pela paciência nas questões administrativas: Christine, Janete, Wânia, Vera, Joelma e Sebastião.

“Divino emplastro, tu me darias primeiro lugar entre os homens, acima da ciência e da riqueza, porque eras a genuína e direta inspiração do céu. O caso determinou o contrário; e aí vos ficais eternamente hipocondríacos.”

Machado de Assis

RESUMO

CARRERA, Adriane Carvalho. **Políticas editoriais e os Direitos Autorais na Comunicação Científica**. 2019. 141 f. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2019. Orientadoras: Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Bianca Amaro.

Pesquisa sobre políticas editoriais e questões de direitos autorais na comunicação científica no Brasil e na Europa Ocidental (Portugal, Espanha, França e Reino Unido), tomando como fontes os Diretórios Sherpa/Romeo e Diadorim. O objetivo geral foi analisar as políticas editoriais de editoras científicas eletrônicas brasileiras e estrangeiras em relação ao acesso aberto à informação científica, considerando as categorias de acesso às publicações científicas oriundas dos tipos contratuais, de depósitos, possibilidades de compartilhamento e áreas do conhecimentos, tanto de editoras públicas como das comerciais. Pesquisa de cunho exploratório, utilizando a metodologia descritiva para a formulação da contextualização teórica, além da análise de conteúdo das políticas editoriais de compartilhamento predominantes e das áreas de conhecimentos por editoras em cada país pesquisado, tendo como parâmetro comparativo da configuração das políticas de acesso existentes nos dois diretórios de políticas editoriais científicas. A coleta de dados abrangeu o período de agosto de 2018 a março de 2019 e levantou as seguintes questões: disponibilidade de depósito preprint e postprint, tipos de licença e acesso, e áreas do conhecimento. A análise apontou resultados semelhantes em alguns casos e peculiaridades em outros, dependendo da geopolítica, história, cultura e desenvolvimento científico e tecnológico de cada país. Na análise foi constatado que o diretório Sherpa/Romeo reúne maior quantidade de informação. Por outro lado, o diretório Diadorim apresenta uma organização facetada que possibilita análises mais específicas e mais aprofundadas.

Palavras-chave: Comunicação Científica. Acesso Aberto. Direitos Autorais. Diadorim. Sherpa/Romeo. Políticas Editoriais. Ciência da Informação.

ABSTRACT

CARRERA, Adriane Carvalho. **Políticas editoriais e os Direitos Autorais na Comunicação Científica**. 2019. 141 f. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2019. Orientadoras: Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Bianca Amaro.

Research on editorial policies and author rights issues in scientific communication in Brazil and Western Europe (Portugal, Spain, France and United Kingdom), using the Sherpa/Romeo and Diadorim directories as sources. The general objective was to analyze editorial policies of Brazilian and foreign electronic scientific publishing houses, in relation to open access to scientific information considering the categories of access to scientific publications derived from contractual types, deposits, sharing possibilities and areas of knowledge, both public and commercial publishers. Exploratory research using the descriptive method for the formulation of theoretical contextualization, as well as the content analysis of the predominant publishing editorial policies and the areas of knowledge by editors in each country surveyed, having as a comparative parameter the configuration of the access policies existing in the two directories of scientific publishing policies. Data collection covered the period from August 2018 to March 2019 and raised the following issues: availability of preprint and postprint deposit, license and access types, and areas of expertise. The analysis pointed out similar results in some cases and peculiarities in others, depending on the geopolitics, history, culture and scientific and technological development of each country. In the analysis it was verified that the directory Diadorim presents a faceted organization that allows for more specific and more in depth analyzes. On the other hand, the Sherpa / Romeo directory brings together more information.

Keywords: Scientific Communication. Open Access. Copyright. Diadorim. Sherpa/Romeo. Editorial Policies. Information Science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Direito Autoral.....	16
Figura 2 - Tipos de Propriedade Intelectual.....	41
Figura 3 - Linguagem de Expressão de Direitos - CC REL.....	50
Figura 4 - Infográfico Licenças <i>Creative Commons</i>	51
Figura 5 - Licença <i>Creative Commons</i> CC-BY.....	52
Figura 6 - Licença <i>Creative Commons</i> CC-BY-SA.....	52
Figura 7 - Licença <i>Creative Commons</i> CC-BY-ND.....	53
Figura 8 - Licença <i>Creative Commons</i> CC-BY-NC.....	53
Figura 9 - Licença <i>Creative Commons</i> CC-BY-NC-SA.....	53
Figura 10 - Licença <i>Creative Commons</i> CC-BY-NC-ND.....	54
Figura 11 - Licença <i>Creative Commons</i> - Domínio Público.....	54
Figura 12 - Licença <i>Creative Commons</i> CC0 - Nenhum direito reservado.....	54
Figura 13 – Página inicial do portal Sci-Hub.....	58
Figura 14 – Mapa de downloads do Sci-Hub.....	59
Figura 15 – Topo da página Inicial do Research Gate.....	60
Figura 16 - Página inicial do Sherpa/Romeo.....	64
Figura 17 - Página inicial do Diadorim	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Políticas editoriais europeias no Sherpa/Romeo.....	67
Gráfico 2 - Políticas editoriais em Portugal.....	68
Gráfico 3 - Políticas editoriais especiais em Portugal.....	71
Gráfico 4 - Políticas editoriais em Portugal, por área do conhecimento.....	72
Gráfico 5 - Políticas editoriais na Espanha.....	73
Gráfico 6 - Políticas editoriais especiais na Espanha.....	74
Gráfico 7 - Políticas editoriais na Espanha, por área do conhecimento.....	75
Gráfico 8 - Políticas editoriais na França.....	79
Gráfico 9 - Políticas editoriais na França, por área do conhecimento.....	80
Gráfico 10 - Políticas editoriais no Reino Unido.....	81
Gráfico 11 - Políticas editoriais no Reino Unido, por área do conhecimento.....	82
Gráfico 12 – Áreas dos conhecimentos no Diadorim.....	85
Gráfico 13 – Políticas editoriais no Diadorim.....	88
Gráfico 14 - Licenças no Diadorim.....	89
Gráfico 15 - Licenças no Diadorim II.....	90
Gráfico 16 - Tipos de Acesso dos Periódicos no Diadorim.....	91

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Editoras científicas comerciais.....	55
Quadro 2 - Cores do Sherpa/Romeo para classificação de políticas editoriais....	65
Quadro 3 - Políticas editoriais especiais em Portugal.....	69
Quadro 4 - Políticas editoriais especiais na Espanha.....	76
Quadro 5 - Periódicos no Diadorim classificados na cor branca.....	92
Tabela 1 - Editores no Diadorim, por área do conhecimento.....	84
Tabela 2 - Disponibilidade para depósito, distribuída por política editorial.....	86

SUMÁRIO

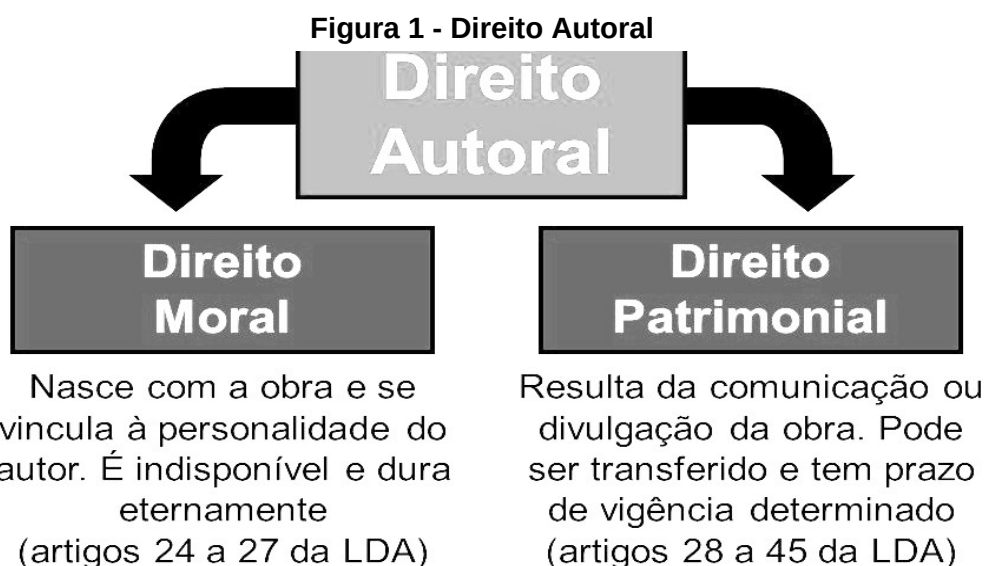
1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	OBJETIVOS.....	20
2	METODOLOGIA.....	23
3	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA.....	25
3.1	A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	27
4	DAS BIBLIOTECAS DIGITAIS AOS REPOSITÓRIOS.....	34
5	ASPECTOS JURÍDICOS DOS DIREITOS AUTORAIS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	41
5.1	SISTEMAS JURÍDICOS COPYRIGHT E DROIT D'AUTEUR.....	42
5.2	DIREITOS DE AUTOR E DIREITOS CONEXOS.....	43
5.2.1	Limitações legais nos Direitos Autorais.....	45
5.3	LICENÇAS COLABORATIVAS E ACESSO ABERTO.....	47
5.4	CONTRAFAÇÃO E DIREITOS PATRIMONIAIS.....	55
5.4.1	Portais Alternativos de Acesso à Informação Científica.....	57
5.4.1.1	O Sci-HUB.....	57
5.4.1.2	Research Gate.....	59
5.5	TIPOS DE ACESSO.....	61
6	ANÁLISE DE POLÍTICAS DE DIREITOS AUTORAIS - SHERPA/ROMEO E DIADORIM.....	63
6.1	DIRETÓRIO SHERPA/ROMEO.....	63
6.1.1	Políticas editoriais em Portugal.....	68
6.1.2	Políticas editoriais na Espanha.....	72
6.1.3	Políticas editoriais na França.....	78
6.1.4	Políticas editoriais no Reino Unido.....	80
6.2	DIRETÓRIO BRASILEIRO DIADORIM.....	83
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	99
	ANEXO A - EDITORAS DO BRASIL NO SHERPA/ROMEO.....	104
	ANEXO B - EDITORAS DE PORTUGAL NO SHERPA/ROMEO.....	108
	ANEXO C - EDITORAS DA ESPANHA NO SHERPA/ROMEO.....	116
	ANEXO D - EDITORAS DA FRANÇA NO SHERPA/ROMEO.....	121
	ANEXO E - EDITORAS DO REINO UNIDO NO SHERPA/ROMEO.....	124
	ANEXO F - EDITORAS NO DIADORIM.....	136
	ANEXO G - LOGOMARCAS DAS CORES NO DIADORIM.....	

1 INTRODUÇÃO

Com a explosão informacional ocasionada pelas novas possibilidades das tecnologias da informação e comunicação que surgem a cada dia, de uma forma vertiginosa, as informações científicas ganharam ainda mais relevo pela sua importância e confiabilidade como fonte segura de saber. E, acompanhando essa transformação, foi necessário a sociedade se moldar e começar a se apropriar das possibilidades trazidas pela Ciência da Computação e Ciência da Informação, criando um novo modelo eletrônico.

O constante crescimento da produção científica brasileira representa grandes avanços, porém, inúmeros são os embaraços quando se trata de Direitos Autorais. Eis que, os resultados dessas pesquisas são, por praxe, publicados em revistas científicas que cobram assinaturas exorbitantes (PINHEIRO, 2014, p. 156), dificultando a aquisição por bibliotecas ou impõem regras restritas de propriedade intelectual aos seus próprios autores.

Os Direitos Autorais compreendem em uma de suas classificações: os direitos morais, relativos à criação do autor em relação à obra, os quais são intransferíveis e irrenunciáveis; os direitos patrimoniais, relacionado ao aspecto econômico de uso, gozo e fruição da obra; e também os direitos que são conexos ao direito autoral (BRASIL, 1988). Como podemos ver na figura 1 abaixo:



Fonte: Elaboração própria.

A grande problemática, aqui suscitada, diz respeito aos aspectos patrimoniais e aos direitos conexos de autor, pois os pesquisadores ficam sujeitos a normas editoriais e contratuais impositivas.

Os direitos patrimoniais costumam ser transferidos - via contrato de cessão - às editoras comerciais no momento da submissão ou aceite de determinado artigo científico (OLIVEIRA, 2013, p. 64). De forma genérica, estas editoras, por sua vez, lucram com as assinaturas junto às mesmas universidades e entidades de pesquisa que financiaram as publicações e pesquisas dos autores. Ou seja, há um ciclo com escassos retornos a quem fomenta, produz e obtém os resultados da pesquisa.

Por outro lado, no Brasil, sabe-se que a maioria das pesquisas científicas são produzidas em universidades ou institutos de pesquisas governamentais com recursos públicos, o que é contraditório em relação ao modelo de editoração científica existente. Se de um lado, tem-se a necessidade de comunicação entre os pesquisadores; por outro viés, há um apego aos paradigmas editoriais que não mais atendem às necessidades atuais no contexto técnico-científico (COSTA, 2006).

Assim, o processo de comunicação científica, calcado nas editoras comerciais de periódicos, apresenta inúmeros percalços, movimentado pelos diversos interesses: de pesquisadores, da sociedade, de instituições de pesquisa e universidades; e, por isso, não é uma tarefa de fácil execução lidar com essas questões (SÁ, 2013, p.22).

Com a *web*, muitas possibilidades e novas soluções têm sido apontadas, uma das quais é o *Open Access Initiative* (OAI), uma alternativa em que pesquisadores e demais pessoas interessadas possam acessar on-line, sem restrições de direitos autorais patrimoniais, artigos revisados por pares (SWAM, 2010).

Ademais, Swan (2008) define que *Open Access Initiative* é uma iniciativa que significa poder disponibilizar artigos de pesquisa revisados por pares, on-line, imediatamente, sem quaisquer barreiras e se sem nenhuma das restrições de uso comumente impostas pelo editor, os ditos acordos de direitos autorais. A partir disso,

algumas medidas têm sido tomadas, como a criação dos repositórios institucionais de acesso livre. No Brasil, muitos repositórios institucionais, repositórios temáticos e bibliotecas digitais estão em crescimento, além das revistas eletrônicas de acesso aberto, sendo o Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT) um grande propulsor neste processo (AMARO et al, 2012).

Destacam-se algumas iniciativas e marcos legais de acesso aberto desenvolvidos pelo IBICT, tais como: o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, em 2005; o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER); a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); o Diadorim e a incubadora de revistas científicas INSEER; e treinamentos para profissionais da informação sobre estes serviços (PINHEIRO, 2017, p. 271-272; PINHEIRO, 2014, p. 158; AMARO et al, 2012).

Outras iniciativas surgiram no mesmo período como: a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto, em 2005; a Carta de São Paulo, também em 2005; a Declaração de Florianópolis em 2006, dentre outras. As novas práticas eletrônicas de publicação em Comunicação Científica passaram a representar desafios aos princípios monopolistas de direitos autorais (OLIVEIRA, 2013; AMARO et al, 2012).

Como já mencionado, a questão do acesso livre ao conhecimento surgiu dos problemas que as instituições de pesquisas tinham em manter atualizadas suas assinaturas para comunicação científica, diante dos valores cada vez mais crescentes (KURAMOTO, 2008). Inicialmente, os termos acesso aberto e acesso livre foram considerados sinônimos por parte da comunidade acadêmica, pois derivam da tradução em inglês de *open access* (PINHEIRO, 2014, p. 156).

Posteriormente houve a consolidação do termo *acesso aberto*¹ para a produção científica livre de custos, em que “não basta acessar a informação, é primordial que esse acesso não represente custos e esteja livre das restrições de direitos de autoria e licenciamentos” (PINHEIRO, 2014, p. 157).

Outrossim, a análise da forma de tratar os direitos de autor e conexos,

1 Para efeitos desta dissertação elegeu-se o termo “acesso aberto”, em razão da sua consolidação na comunidade científica brasileira, embora no caso de citação seja mantido o termo “acesso livre” quando assim adotado pelo autor citado.

bem como as políticas editoriais em Comunicação Científica tornam possível perceber quais estratégias são realmente eficazes, para democratizar a comunicação entre os pesquisadores e, por consequência, para a sociedade, além de estabelecer novos paradigmas para as publicações científicas.

Por isso, esta pesquisa se propõe a investigar a dinâmica processual no tratamento das questões de direitos autorais nas comunicações científicas no Brasil e no exterior. O interesse dessa trajetória científica, portanto, é o primeiro elemento que é abordado nesta pesquisa.

Outro fator que motiva a realização desta dissertação é o diagnóstico acerca da atuação das políticas de Direitos Autorais frente aos problemas relativos aos direitos autorais que as afetam, com vistas a compreender as implicações desses fatores para a sociedade brasileira. Para tanto, foram utilizadas como fontes principais, as plataformas de políticas editoriais Diadorim e Sherpa/Romeo para análise de políticas editoriais recorrentes, o que será explicitado na metodologia.

Não obstante, é preciso também fortalecer o discurso científico relativo à realidade das políticas de acesso à informação no Brasil. Isso porque os principais repositórios e bibliotecas digitais existentes com informação científica abertas, nesse contexto, são criadas e mantidas por universidades e centros de pesquisas estatais e têm enfrentado diversos entraves relativos à criação e manutenção de acervos digitais (MUELLER, 2006; ORTELLADO, 2008).

Os direitos autorais, por sua vez, refletem diretamente o uso da informação nas comunicações científicas, já que têm aspectos que influenciam na atribuição de autoria² das obras editoriais, na forma de utilização do conteúdo disponibilizado pelas editoras, bem como o controle de distribuição e acesso a essas obras.

Assim, considerando as relações entre os dois temas elencados, a Comunicação Científica e os Direitos Autorais, e suas conexões desenhadas nos novos paradigmas tecnológicos vigentes, principalmente pelas possibilidades advindas com a internet e *web*, problematiza-se essas temáticas para estabelecer

² A autoria refere-se aos atributos jurídicos do direito de propriedade relativo à paternidade e a integridade de obras autorais.

possibilidades de convergência e evolução do sistema atual.

O fortalecimento de paradigmas e do discurso científico favorecem as tomadas de decisões mais fundamentadas pelos poderes constituídos na sociedade brasileira. Nesse sentido, um diagnóstico desse tipo é importante para a formulação de políticas públicas voltadas para equacionar os problemas vivenciados pela comunidade científica relativos aos Direitos Autorais, assim como, para dar credibilidade científica aos discursos em favor dessas políticas. Esta pesquisa pode contribuir para construção teórica na Comunicação Científica na problemática dos Direitos Autorais, a fim de compreender com mais acuidade os horizontes dos problemas que cercam essa realidade e as suas repercussões.

A principal questão que emerge nesta investigação é: os direitos autorais estão desempenhando sua função social da propriedade intelectual quando se trata de publicações científicas? E quais procedimentos e processos estão sendo utilizados para a criação e manutenção de seus acervos e compartilhamento de informações científicas?

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as políticas editoriais das publicações científicas eletrônicas brasileiras e estrangeiras em relação ao acesso à informação científica, considerando as categorias de acesso às publicações científicas oriundas dos tipos contratuais, tanto de editoras públicas como das comerciais, a partir da classificação adotada pelo diretório brasileiro (Diadorim), bem como do diretório estrangeiro (Sherpa/Romeo).

Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) analisar os conceitos adotados no contexto das publicações científicas em relação aos aspectos editoriais e jurídicos;
- b) identificar, caracterizar e comparar os tipos de acesso à informação científica em comunicações científicas nacionais e estrangeiras, a partir das políticas editoriais, tendo como fonte os diretórios Diadorim e Sherpa/Romeo; e
- c) analisar a função social dos Direitos Autorais nos processos editoriais na Comunicação Científica, com base nos critérios incluídos de compartilhamento de publicações científicas.

Nesse cenário, consideramos o cumprimento da função social dos direitos de propriedade intelectual, no que tange aos direitos autorais, os seguintes itens: acesso gratuito total, acesso restritivo ou acesso pago; e, a possibilidade de publicação dos preprints de *papers*, artigos e capítulos de livros em repositórios de acesso aberto. Nesta pesquisa trabalhamos com as hipóteses de que:

- a) existe o cercamento em relação aos direitos autorais, tal qual ocorre na propriedade industrial (ORMAY, 2018), pela via contratual; e
- b) as instituições brasileiras por adesão ao acesso aberto promovem a função social dos Direitos Autorais.

Para o entendimento do conceito de cercamento é citada Ormay, que assim explicita:

[...] organizações editoriais se apropriam dos produtos do trabalho informacional dos cientistas e obtêm suas rendas exclusivamente por deterem os respectivos direitos autorais. As editoras obtêm, em forma de renda, uma quota do sobrelucro gerado pelo trabalho informacional apropriado pela indústria [...] (ORMAY, 2018, p.155).

A mesma autora traça um paralelo com as teorias de cercamento de terras com o cercamento do conhecimento e afirma que o Direito Autoral é instrumento legal e conveniente a esse fim, no caso das publicações científicas (ORMAY, 2018).

Dessa forma, na presente pesquisa a abordagem é analítica dos Direitos Autorais perante a Comunicação Científica, estabelecendo a inter-relação dessas temáticas e os contornos diante do acesso à informação científica, pois tal tema se mostra relevante para a sociedade, tanto em razão das poucas obras sobre o tema quanto ao enfoque proposto.

2 METODOLOGIA

Para consecução dos objetivos foi realizada busca exploratória, utilizando o metodologia descritiva para a formulação da contextualização teórica, além da análise de conteúdo dos contratos predominantes - por amostragem de cada país analisado, tendo como parâmetro o estudo comparativo da configuração das políticas de acesso existentes em dois diretórios de políticas editoriais científicas: referentes à Europa Ocidental tendo como fonte o diretório Sherpa/Romeo (<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>) e relativa ao Brasil cuja fonte utilizada foi o diretório Diadorim (<http://diadorim.ibict.br/>).

Os países da Europa Ocidental analisados foram os seguintes: Portugal, França, Reino Unido e Espanha. A coleta de dados abrangeu o período de agosto de 2018 a março de 2019.

Inicialmente foi contextualizada a Comunicação Científica e o acesso aberto à informação científica, como base para analisar a função social dos direitos autorais. Em seguida foram expostos os conceitos de Direitos Autorais e suas respectivas classificações, na seara jurídica e de como estas questões afetam as comunicações científicas.

Na operacionalização da pesquisa, por meio da coleta de dados nos diretórios Sherpa/Romeo e Diadorim, considerando os seguintes itens de análise: país, tipos de acesso (aberto, restritivo ou pago) e as editoras incluídas nos diretórios. No caso do Diadorim, além desses itens foram analisadas as áreas de conhecimentos das publicações científicas.

Das duas fontes: o Diadorim é de origem brasileira e o Sherpa/Romeo oriundo da Inglaterra. Foram analisados os dados constantes no diretório de políticas Diadorim, o que corresponde essencialmente aos dados do Brasil, com alguns poucos periódicos estrangeiros. No Sherpa/Romeo, embora seja de origem inglesa, o diretório de políticas abrange todos os continentes, por isso a nossa amostragem se concentrou em alguns países: Portugal, Espanha, França e Reino Unido. Eis as razões de escolha desses países:

- a) Portugal, porque é um país lusófono com fortes laços históricos e culturais com o Brasil e mantém relações interinstitucionais em Ciência da Informação, especificamente com o IBICT, junto à Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e Universidade do Minho, dentre outras;
- b) Espanha, por intensa relações interinstitucionais no campo da Ciência da Informação no Brasil, com a Universidade Complutense, a Universidade Carlos Terceiro e outras;
- c) França, por relações culturais com o Brasil e atividades interinstitucionais na área de Ciência da Informação como, por exemplo, a Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação (Rede Mussi), entre outras; e
- d) Reino Unido, por ser um país desenvolvido e altamente produtivo na área de Ciência da Informação.

Cada país europeu foi pesquisado isoladamente e os resultados de cada um foram analisados de *per si* e depois comparados. Em síntese, os procedimentos metodológicos adotados foram:

- a) leitura e análise da produção científica nas questões relacionadas à pesquisa;
- b) compilação das políticas editoriais dos diretórios Diadorim e Sherpa/Romeo;
- c) levantamento das políticas editoriais de disponibilidade de depósito de restrição de preprint e de postprint e áreas do conhecimento;
- d) tabulação e análise dos dados;
- e) análise comparativa dos dados obtidos; e
- f) discussão dos resultados.

Estes procedimentos encerram a parte metodológica e anunciam o capítulo da fundamentação teórica.

3 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Na época de Galileu já se discutia questões relacionadas ao fazer científico, sobre a liberdade de pesquisa e outras questões éticas. Bertold Brecht foi um destacado dramaturgo alemão que dentre suas obras escreveu “Vida de Galileu”; nesta peça a ciência é abordada como uma prática política, social e cultural, que se relaciona diretamente com as estruturas de poder, política, religião etc.

Galileu Galilei o protagonista, pela voz desse personagem Brecht (1991) analisa questões sobre a vaidade do cientista e dos desafios que enfrenta quando se faz ciência. Além de que, questiona o caráter investigativo da ciência e de quanto e como o método científico é fundamental para o fazer científico.

O compromisso do cientista com a verdade e de como o poder dominante pode influenciar no acesso à informação científica, são questões que continuam atuais nos tempos hodiernos como, por exemplo, nas discussões acerca da Propriedade Intelectual na Comunicação Científica; ou mesmo no uso não humanitário da ciência, seja para fins de guerra e/ou ameaças internacionais.

O personagem histórico em Brecht (1991) traz uma reflexão entre ciência e sociedade, o que muito se relaciona com os temas pertinentes à Comunicação Científica e mesmo à Divulgação Científica. Esta relação serve para adentrar os meandros da Comunicação Científica: da avaliação por pares, dos interesses que permeiam o campo; do acesso às informações e pesquisas etc. Como bem assinala Sá (2013, p 22):

[...] verifica-se que mudar o processo de comunicação, baseado em editoras comerciais de periódicos, não se apresenta como uma tarefa de fácil execução. Há muitos interesses conflitantes. Há os interesses financeiros das editoras que dominam o mercado de periódicos, há os interesses das instituições de pesquisa e universidades que lutam por prestígio e financiamento, há interesses nacionais, políticos e econômicos, que buscam o desenvolvimento e prestígio nacional e há o interesse pessoal dos pesquisadores.

A Comunicação Científica é definida, segundo Garvey e Griffith (1979

apud VALEIRO; PINHEIRO, 2008, p. 161), a seguir:

Conjunto de atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação. Na fase da pesquisa ocorre a geração da informação e a disseminação se dá pela transferência da informação por meio de canais de comunicação heterogêneos, os quais podem ser formais ou informais, orais ou escritos.

Sobre a Comunicação Científica Valeiro e Pinheiro (2008, p. 161) acrescentam que é essencial a publicização das pesquisas científicas e para isso a Comunicação Científica conta com os meios informais e formais de publicação, tendo o artigo científico e o próprio periódico científico como meios formais. Meadows enfatiza que disseminar os resultados de pesquisa é tão importante quanto à própria pesquisa (MEADOWS, 1999).

O Sistema de Comunicação Científica e a comunidade científica compõem extrato hierarquizado e bem estruturado na sociedade. Por sua vez, as editoras exercem um papel central nesse processo, pois controlam, de forma legitimada, as comunicações científicas, encaixando-se no viés tradicional. As editoras, ao mesmo tempo, exercem influência sobre o reconhecimento da autoria e integridade dos artigos em periódicos e publicações científicas em geral, e os autores-pesquisadores desejam o reconhecimento de suas publicações (MUELLER, 2006; OLIVEIRA, 2013).

Mueller (2006) afirma ainda que no campo da ciência, a legitimação é o processo pelo qual o “legislador” encarregado de zelar pelo discurso científico é autorizado pela comunidade científica a prescrever as condições que estabelecem se determinado conhecimento pode ser considerado científico. Nesse sentido, a legitimação “significa tornar legal e que embora seja um termo originalmente usado no contexto de sistemas legais, os processos que levam uma ação a ser considerada legítima extrapolam os sistemas legais e esse é o caso da Comunicação Científica” e que está diretamente ligado à ideia de consenso, segundo ela.

O que se percebe, na verdade, é que as editoras comerciais, para continuarem no sistema tradicional de comunicação científica por conta dos direitos patrimoniais corroboram o sistema pelo qual as próprias são beneficiadas. Os

autores, sobretudo, os pesquisadores, reivindicam os direitos morais, pois costumam ceder seus direitos patrimoniais integralmente às editoras comerciais. É um sistema perverso e que gera um déficit orçamentário em círculos nas contas públicas, considerando que a ciência em países em desenvolvimento, como no caso do Brasil é financiada pelos cofres públicos em praticamente todos os ciclos.

Mueller (2006) também expõe que a utopia do acesso livre às publicações científicas esperada com o advento dos meios eletrônicos de periódicos não se confirmou e comenta que as editoras comerciais se apropriaram de maneira mais severa dos direitos patrimoniais do que quando eram apenas impressos. Apesar desses fatos, Mueller afirma que o acesso livre pode viabilizar novos formatos de fazer ciência, embora dependa de uma nova cultura científica. Importante contextualizar que Mueller se baseia em um cenário até 2005 e que nos últimos 10 anos houve uma mudança significativa, principalmente com relação aos repositórios digitais e depósitos de artigos.

3.1 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A partir de um contexto liberal a propriedade adquiriu maior importância econômica pois passou a figurar como um dos elementos essenciais para a manutenção do sistema capitalista (DANTAS, 2012). A propriedade vem sendo objeto de especulações e críticas, dada a sua condição excludente e desigual.

O Direito da Propriedade Intelectual apresenta duas naturezas distintas: de um lado temos a propriedade industrial, que se refere a patentes, desenhos industriais, marcas, indicações geográficas, predominantemente ligados a aplicações técnicas da ciência e do desenvolvimento tecnológico; de outro, temos os Direitos Autorais que protegem as obras literárias, artísticas, técnicas e científicas expressas em suporte variados, as quais as publicações científicas têm maior relação (BRASIL, 1988).

No Brasil, a regulação dos direitos autorais está disciplinada pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, além de diplomas internacionais em que é signatário. Dentre os acordos internacionais temos a Convenção de Roma, de

26/10/1961, para proteção dos artistas intérpretes ou executantes, dos produtores de fonogramas e dos organismos de radiodifusão, incorporada ao direito brasileiro pelo decreto nº 57.125, de 19/10/1965.

A Convenção de Berna de 1886, outro diploma internacional importante para a proteção das obras literárias e artísticas - revista em Paris em 24/07/1971-, foi incorporada pelo Decreto nº75.699, de 06/05/1975, no direito nacional. Outros dois acordos assinados foram: o primeiro foi a Convenção Universal sobre o Direito do Autor, revista em 24/07/1971 e incorporada ao direito brasileiro pelo Decreto nº76.905 de 24/12/1975; e o mais recente foi o Acordo TRIPS/ADPIC, que trata dos aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (ADPIC), incorporada pelo Decreto nº1.355 de 30/12/1994.

Os Direitos Autorais são oriundos da noção de propriedade, esta última apresentada como Propriedade Intelectual. Sendo os Direitos da Propriedade Intelectual subdivididos em Direitos Autorais e Direitos da Propriedade Industrial (EBOLI, 2006, p. 15).

Do ponto de vista constitucional, a propriedade na qualidade de direito positivado é expressa na Constituição Federal de 1988 em seus art.5º, nos incisos XXII ao XXXI, e, 170, inciso II. A propriedade e o Direito da Propriedade Intelectual estão descritos no rol dos direitos fundamentais. Há uma elevação de um valor econômico a um patamar que pode se igualar a outros direitos fundamentais, como a vida, por exemplo.

No aspecto teórico-jurídico, a propriedade é complexa e compreende os seguintes atributos: a) o uso, é o *jus utendi*, isto é, a possibilidade de usar a coisa; b) o gozo, que é o *jus fruendi*, em que o proprietário pode se beneficiar das vantagens da coisa, principalmente de forma econômica; c) e a disposição, que é a possibilidade de modificar, vender, destruir, ou seja, o *jus abutendi*, que literalmente significa o “direito de abusar”; e ainda tem o poder de reaver a coisa, que é seqüela de direito real (RUPA, 2015).

O Direito da Propriedade Intelectual é, sobretudo, um *direito de propriedade* e como tal tem as características os poderes de uso, gozo e disposição.

Historicamente, conforme aponta Gama (2007), a doutrina da função social é de uma matriz filosófica que visa limitar o individualismo presente nos institutos jurídicos face aos ditames do interesse coletivo e com isso assegurar a igualdade material e equidade (GAMA, 2007, p. 3).

Como já exposto, o direito de autor é um conjunto de direitos patrimoniais e morais que nascem com as criações artísticas, literárias e científicas, expressas em qualquer suporte. Os direitos patrimoniais são aqueles referentes à possibilidade do autor fazer uso de sua criação, como bem lhe convier, recebendo remunerações pela utilização ou mesmo cedendo a outrem esses direitos. Já os direitos morais de autor são aqueles de caráter irrenunciáveis e inalienáveis, podendo exigir o direito de paternidade, nomeação e integridade da obra.

As origens da função social da propriedade remontam ao Jusnaturalismo e anteriormente aos ideais filosóficos da Igreja Católica, como bem assinala Gama (2007, p.5). A função social da propriedade foi reconhecida pelo Cristianismo pela noção de caridade e uso social da propriedade, pois o poder de disposição da propriedade estava relacionado a não acumulação e distribuição do excedente. Posteriormente com a ascensão do Iluminismo aos poucos foi se dissociando esse sentido religioso e incorporada como um direito natural.

Atualmente, há um retorno a esse *status* da função social da propriedade, sem a carga religiosa e com viés legal. Comparato (1990, p.32) assinala que a função é um representativo de poder de dar ao objeto de propriedade um fim; e, que o *social* é indicativo de um interesse coletivo, que deve estar em harmonia ao interesse individual.

A importância jurídica do direito da propriedade perfaz uma possibilidade de exercê-lo e requerê-lo em exclusão aos outros direitos e isso gera um desequilíbrio social em relação ao que se é considerado relevante socialmente. Esta visão está diretamente relacionada com as noções capitalistas e de acumulação e sem dúvida impacta no fazer científico.

Excetuando-se as críticas à propriedade realizadas por diversos autores e teóricos ao longo dos séculos, do ponto de vista da teoria do direito contemporâneo,

compreende-se que há uma colisão de direitos, ditos fundamentais. Posto que, temos a necessidade de publicações científicas e de outro temos os titulares de direitos autorais - as editoras comerciais -, com seus contratos de adesões, licenciamentos e cessões de direitos autorais.

No Direito Autoral, quanto ao direito moral há o exercício de um direito subjetivo e natural, uma vez que o seu objetivo é o da valorização do criador. No entanto, quanto ao aspecto material, este tem um elemento contratual, em que o pesquisador termina por realizar um trabalho gratuito para as editoras. E, analisando inicialmente tais contratos de cessão de direitos verifica-se que estes são abusivos ou leoninos, já que não se prevê o pagamento de *royalties* das vendas dos artigos para o criador.

No Brasil e no mundo, a maioria das pesquisas são financiadas por recursos públicos (MAZZUCATO, 2011). O que costuma ocorrer é que para que o próprio criador e a sociedade como um todo tenham acesso à criação, subsidiada com fundos públicos, o Estado terá que pagar novamente pela pesquisa, sob a forma de assinaturas e licenças de uso de periódicos, o que no mínimo é um duplo pagamento de direitos patrimoniais.

Nessa linha Lot Júnior (2009, p.62) assevera que “o obstáculo existente entre a propriedade intelectual e a sua função social está no aspecto econômico”. De fato, a função social da propriedade intelectual nas comunicações científicas só é exercida quando se tem a publicação em acesso aberto ou livre, bem como em plataformas criadas por institutos de pesquisas e universidades, no caso do Brasil, ou quando os próprios autores disponibilizam suas pesquisas e publicações de modo autônomo. A diferença do modelo tradicional é que isso não gera visibilidade necessária para disseminação e às vezes carece de legitimidade perante a comunidade científica (MUELLER, 2006).

A questão econômica é o gargalo de disputas jurídicas em Direito Autoral mas, além disso, nas comunicações científicas existe também a questão da legitimidade, discutida por Mueller (2006), relativas às publicações científicas que são reconhecidas como legitimamente válidas perante os pares e podem gerar benefícios, por exemplo bolsas de pesquisa e prestígio. E, indiretamente, essas

comunicações podem redundar em citações e, conseqüentemente, aumento de salários, promoções. No entanto é preciso lembrar que este artigo de Mueller que chama atenção para várias questões importantes na Comunicação Científica foi escrito há 13 anos.

No caso das ciências exatas e naturais é frequente a submissão às revistas científicas de editoras comerciais que condicionam a publicação ao pagamento de taxas e valores, por vezes exorbitantes, o chamado *Article Processing Charge (APC)*³.

Pela própria lógica patrimonialista dos Direitos Autorais, pelo menos deveriam cumprir sua função social, pois segundo a Constituição de 1988, “a razão existencial de toda e qualquer propriedade está em atender a sua função social. Na verdade, sob o manto dos preceitos da sua função social” (GAMA, 2007).

O questionamento mais latente é se a função social da propriedade está expressa na Carta Magna, e, se o Direito da Propriedade Intelectual já é abrangido por essa qualificação jurídica, o porquê nas comunicações científicas essa função social não é tomada como premissa inicial, haja vista a natureza eminentemente social dos conteúdos constantes em publicações científicas?

Como se vê, a questão é político-econômica já que, possivelmente, seria necessária uma intervenção estatal, como também dos órgãos de fomento dos institutos de pesquisas, universidades e dos pesquisadores para que o mercado editorial científico seja pressionado para considerar esse direito constitucional e promover o acesso à informação científica.

Nesse contexto, Souza (2006b, p.17) propõe uma série de intervenções que considera como o cumprimento da função social dos direitos autorais, a seguir detalhadas:

[...] (1) direito permanente e ausência de remuneração para o empréstimo público e gratuito de obras por bibliotecas ou instituições equivalentes, sejam públicas ou privadas, ressaltando que para a relação de comodato é necessário que ocorra a transferência da posse da obra, o uso da obra por um terceiro, o tempo limitado de

³ Trata-se em tradução livre de taxas de processamento de artigos aceitos para publicação.

uso pelo comodatário, e ausência completa de contraprestação pelo empréstimo em si;

(2) permissão gratuita para o arquivamento digital, microfilmado ou por outros meios equivalentes, de todos os tipos de obra autoral, em bibliotecas ou instituições de arquivamento equivalentes e acessíveis ao público, ainda que sob condições específicas, mas sem fins lucrativos, objetivando a preservação da integridade da obra, a proteção dos bens culturais nacionais regionais ou locais e garantindo sua existência para o advento do domínio público;

(3) autorização genérica para a digitalização e armazenamento privado de obra própria, sem fins lucrativos ou objetivos de divulgação, para fins de preservação pessoal do material legitimamente adquirido;

(4) exclusão da obrigatoriedade de cópias privadas legalmente estabelecidas serem feitas apenas pelo próprio indivíduo;

(5) permissão de representação e execução de toda obra autoral no âmbito privado, cujo significado deve ser aquele espaço onde se realizam atividades gratuitas com pessoas cujos relacionamentos se pautam por afinidade, parentesco ou afeto, fechadas ao público, incluindo aí os casamentos, batizados, bodas, aniversários, etc., mas excluindo comemorações de empresas, clubes e associações;

(6) permissão de representação e execução de toda obra autoral nas instituições de ensino, públicas ou gratuitas, regularmente registradas, com funcionamento autorizado, direcionada a qualquer nível de escolaridade, apresentadas exclusivamente para a comunidade institucional, que inclui professores, alunos, administradores, funcionários, pais e parentes dos alunos, sem que as apresentações tenham qualquer objetivo de lucro, embora permitindo o pagamento de mensalidades escolares regulares, e com isso albergando e efetivando os compromissos pedagógicos e culturais destas instituições;

(7) utilização e reprodução de material gráfico, textual, sonoro ou audiovisual exclusivamente para instrução em instituições de ensino ou pesquisa, obrigatoriamente mencionando a fonte e autoria, sem quaisquer fins lucrativos, excluindo desta possibilidade o material especificamente e exclusivamente direcionado para fins didáticos, devendo ser inutilizados ao final do curso;

(8) permissão para reprodução de material acadêmico para estudantes e pesquisadores, seja parcial ou total, mediante remuneração justa pré-estabelecida;

(9) reprodução livre, sem fins lucrativos, parcial ou integral, por indivíduos, instituições ou bibliotecas, de livros indisponíveis por quaisquer razões, especialmente por estarem esgotados, fora de catálogo ou serem de difícil acesso, até que sobrevenha a sua disponibilização razoavelmente precificada pelo titular;

(10) aplicação da interpretação restritiva em favor do autor apenas nas relações derivadas de negócios jurídicos, excluindo esta premissa das relações entre direitos de ordens diversas, como ocorre entre os direitos privados e coletivos;

(11) aplicação da interpretação extensiva quanto às limitações

legalmente estipuladas, de forma a incluir todas as situações não expressas onde o balanceamento entre os diversos interesses resulte na supremacia do interesse público da sociedade sobre os particulares dos titulares originais – autores – ou derivados – empresas.

Os itens expostos por Souza (2006b) constituem, senão, deveres básicos a serem cumpridos para equilibrar as relações envolvendo diversas situações que constituem celeumas comuns ao equacionamento dos direitos autorais e o bem comum.

Conforme já mencionado na introdução, as bibliotecas digitais seriam abordadas porque antecederam o aparecimento dos repositórios institucionais e temáticos e, no Brasil, foram as primeiras implantadas. Sendo assim, considerando que a temática desta pesquisa se direciona as políticas editoriais e direitos autorais em relação às publicações científicas, para o entendimento do cenário nacional o capítulo seguinte é iniciado pelas bibliotecas digitais e os repositórios.

4 DAS BIBLIOTECAS DIGITAIS AOS REPOSITÓRIOS

As bibliotecas digitais antecederam o aparecimento dos repositórios institucionais e temáticos e, no Brasil, foram as primeiras implantadas, conforme mencionado.

As bibliotecas digitais podem ser consideradas uma das fontes para disseminação de conhecimento e informação fidedigna na internet pois, tal qual as bibliotecas tradicionais, passam por um processo de formação e desenvolvimento de coleções (SÁ; SILVA, 2015). Nesse contexto, ampliam-se as discussões, como os limites legais e de mercado impostos às publicações científicas e literárias nos meios eletrônicos.

Sabe-se que muitas são as definições para bibliotecas digitais e que existem inúmeras controvérsias a respeito da aceção mais adequada ou dita correta. Neste sentido, muitas vezes, o termo “biblioteca digital” é utilizado como sinônimo dos termos biblioteca eletrônica e biblioteca virtual. Ciotti e Roncaglia (2002), afirmam que biblioteca digital é:

[...] uma coleção de documentos digitais estruturados, sejam os produzidos mediante digitalização dos materiais existentes, sejam os preparados de modo digital na origem, dotada de uma organização total e coerente de natureza semântica e temática, que se manifesta por meio de um conjunto de relações interdocumentais e intradocumentais e de um adequado dispositivo meta-informacional. Nesse sentido, podemos distinguir uma biblioteca digital de um conjunto não organizado de informações absolutamente heterogêneas como acontece na World Wide Web, mas também de muitos arquivos textuais que atualmente estão disponíveis na Internet e se apresentam muito mais como ‘depósitos de textos’ do que como verdadeiras bibliotecas. (apud TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 122).

O conceito de bibliotecas digitais, conforme Lesk (1997, apud PINHEIRO, 2002) é o seguinte: “[...] são coleções organizadas de informação digital. Combinam estrutura e conjunto de informação de bibliotecas e arquivos, com a representação digital que computadores tornaram possível”. Desse modo, Saracevic e Dalbello (apud PINHEIRO, 2002) afirmam que esta definição pode ser complementada por algumas especificidades oriundas da concepção do DLF – *Digital Libraries Federation*, entre as quais de que “são uma extensão e expansão do sistema de

armazenamento e recuperação da informação [...]”.

Nesse contexto, considerando que essas bibliotecas são geralmente criadas e mantidas nos ambientes de pesquisa ou acadêmicos, em que o uso da informação é direcionado principalmente para o desenvolvimento humano e científico, inclusive de novas tecnologias e conhecimentos. A limitação excessiva do acesso a essas informações pode gerar impactos negativos para a sociedade.

Por sua vez, a legislação referente aos direitos autorais e o sistema de proteção existente, oriundo do século XIX, representam obstáculos à circulação da informação, principalmente a científica, seja porque são onerosamente excessivas - gerando altos custos, ou porque torna extremamente burocrática e limitada à manutenção da proteção aos direitos autorais, e, muitas vezes, o autor está quase à margem da retribuição pecuniária pertinente a sua obra (LEMOS, 2005). Tais fatores são barreiras ao processo de evolução das bibliotecas digitais, e, consequentemente, da disponibilização das publicações eletrônicas científicas na *web* (SÁ, 2013; OLIVEIRA, 2013; MUELLER, 2006).

As bibliotecas aderiram a esse recente contexto informacional, disponibilizando os livros eletrônicos, periódicos, dissertações, teses etc. em seus ambientes virtuais. Os repositórios digitais podem ser considerados uma das mais recentes fontes para difusão do conhecimento e informação confiável no ambiente da internet. Pois, tal qual uma biblioteca tradicional, os repositórios passam por um processo de formação e desenvolvimento de coleções, com etapas de seleção, aquisição e disponibilização de acervos aos seus principais usuários.

As bibliotecas digitais e os repositórios estão em constante evolução e expansão, o que se pode dizer atualmente, é que há uma combinação entre a biblioteca tradicional e a biblioteca digital, a também chamada biblioteca híbrida – coexistência de publicações nas versões impressas e digitais de fontes de informação, de acordo com Sá (2013).

Com o conhecimento e informação não mais restritos em suportes puramente físicos, mas em rede, ampliam-se as discussões, a exemplo dos limites legais e de mercado, impostos às publicações científicas e literárias em livros

eletrônicos, principal documento das bibliotecas digitais e repositórios digitais.

Além disso, os repositórios tais quais às bibliotecas digitais terão como conteúdo, documentos em que a principal característica será a flexibilidade e disponibilidade por meio das representações numéricas e imateriais (TAMMARO; SALARELLI, 2008). Por esse viés, com o desenvolvimento e evolução dos repositórios digitais, a partir da internet e junto às novas tecnologias da informação e comunicação, tornou-se bastante fácil compartilhar as obras bibliográficas, sem a atribuição dos direitos autorais pertinentes aos seus detentores legais (as editoras ou mesmo os autores).

Tais fatores ocasionam algumas barreiras ao processo de evolução dos repositórios digitais, e, conseqüentemente, da disponibilização das publicações eletrônicas por meio da Rede Mundial de Computadores. Esses obstáculos, além de outros, são de cunho jurídico: seja pela responsabilização civil, por exemplo, com o pagamento de indenizações por quebra de contratos restritivos; ou mesmo, pela responsabilização penal, como a hipótese de estudante processado por *baixar* indevidamente obras pela internet.

Outra questão polêmica se dá em razão do próprio caráter rizomático da internet, pois os livros digitais podem ser compartilhados e copiados de inúmeras formas, ultrapassando limites pré-estabelecidos pela instituição que o licenciou inicialmente, em razão da própria natureza do documento digital, que nada mais é do que um documento traduzido em *bits*. Miranda (2005), a partir das ideias Deleuze e Guatarri estabelece relações com a organização e representação do conhecimento em ambientes virtuais com a configuração dos rizomas.

Por sua vez, os Direitos Autorais apresentam um regramento aplicável a toda produção do espírito humano, como forma de garantir a atribuição da autoria e retorno financeiro pelo uso de uma criação literária, artística ou científica (o que inclui os documentos disponibilizados nas Bibliotecas Digitais e repositórios), os quais estão regulados na legislação brasileira pela Lei n. 9.610/1998.

Além das possibilidades de plágios que a internet facilita (violações de direitos morais), na verdade, os maiores problemas são as questões de ordem

patrimoniais ou financeiras (violações de direitos patrimoniais). Isso porque a disponibilização de conteúdo pelos autores das obras para publicações via editoras, em geral, é acordada por meio de contratos de cessão e licenças, como já mencionado anteriormente. Assim, esses contratos, na prática, são semelhantes ao contrato de compra e venda (contrato de cessão) e ao contrato de locação (contrato de licenciamento), conforme estabelece Coelho (2011).

Por força vinculante dos contratos firmados pelos autores com as editoras, na maioria das vezes estas detêm a totalidade dos direitos patrimoniais, podendo substituir os autores em demandas advindas por violações dessa natureza.

Outrossim, há discussões sobre como coibir o uso e acesso indevido de livros eletrônicos e o porquê de políticas de restrição ao acesso a documentos em repositórios digitais. Essas formas de controle da informação se dão por meio da legislação, brasileira e internacional, e possivelmente por influência das editoras na esfera legislativa.

Apesar desse cenário restritivo ao uso e acesso *on-line* de livros eletrônicos têm surgido novas possibilidades de disponibilização de livros digitais que preservam os direitos autorais. As licenças colaborativas, a exemplo da licença *Creative Commons*, são um bom exemplo que, segundo Lemos (2005), permite o acesso a documentos de maneira flexível e prévia para usos não comerciais e comerciais.

As Instituições de Ensino Superior do Brasil têm investido esforços em criação e manutenção de repositórios digitais, sendo em sua maioria do tipo repositório institucional e sem custo para o usuário final. Essas iniciativas são definidas por Sá (2013, p. 40), como:

Os repositórios institucionais reúnem documentos produzidos na instituição – produção científica ou acadêmica produzida na universidade e centros de pesquisa, formando coleções de documentos digitais. O foco será a visibilidade da produção científica, com a vantagem da velocidade na disponibilização.

Os repositórios digitais são geralmente desenvolvidos com *software* livre, sendo o mais utilizado pelas universidades brasileiras o DSpace, embora existam

outros no mercado, tanto do tipo *software* proprietário, quanto do tipo gratuito e livre.

Novos modelos de negócios foram definidos a partir do documento digital. A forma como se colecionava tais produtos mudou radicalmente, em virtude das bibliotecas digitais e repositórios digitais. O livro em sua versão impressa confere a propriedade do suporte ao seu comprador, assim a biblioteca tradicional tornava-se posseira do acesso ao conteúdo dos livros e periódicos etc. enquanto o material físico era sua propriedade, de forma perene à existência dos documentos.

Com os livros eletrônicos, bem como em relação aos periódicos eletrônicos, essa questão toma outros contornos. Com o documento digital a biblioteca não mais tem a posse física do acesso e a propriedade do suporte documental, mas apenas o acesso, traduzido em assinaturas perpétuas ou por prazo determinado. Há o licenciamento do uso desses documentos conforme dure a assinatura de coleções - e não mais unidades -, como nos casos dos periódicos científicos.

Dessa forma, Tammaro e Salarelli (2008, p. 171-172), afirmam que embora não seja consenso estabelecido dentre os profissionais que atuam na área, pode-se dizer que a biblioteca digital transformou o modelo de negócio baseado na compra do produto, em serviços e assim dispõem: “A coleção digital é o serviço que introduz uma organização estruturada e integrada de recursos digitais heterogêneos, num espaço informacional distribuído como o da Rede”.

Em relação aos repositórios digitais, há diversas classificações quanto ao tipo de acesso ao conteúdo, destacando-se termos como: *acesso aberto dourado*, em que se trata do acesso aberto mediante o pagamento integral do autor para o que os dados possam ser depositados em repositórios digitais abertos na versão preprint ou postprint. Outra classificação é a do *acesso verde*, equivalente ao acesso total, sem condicionamento a pagamento pelos leitores (WEITZEL, 2019).

Com o intuito de exemplificar os tipos de repositórios digitais, levando em consideração os critérios de acesso do conteúdo pelo usuário, os recursos informacionais e os critérios de gestão da coleção, elencamos os seguintes tipos de repositórios, tendo como base Weitzel (2019, p. 114-115), embora tenhamos feito

algumas adaptações e síntese:

- a) Repositório Temático – é um repositório especializado em uma área do conhecimento que contém artigos científicos ou outros tipos de materiais;
- b) Repositório Institucional – é um repositório que engloba a produção gerada pela comunidade que faz parte da instituição, incluindo vários tipos de documentos, desde artigos, capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos até teses e dissertações, entre outros tipos de publicações;
- c) Repositório institucional híbrido – é um repositório que contém diversos tipos de produção gerada pela comunidade que faz parte da instituição, porém, uma parte das coleções exige login e senha para acesso ao texto integral; e
- d) Repositórios institucionais de acesso restrito – é um repositório que contém diversos tipos de produção gerada pela comunidade que faz parte da instituição, mas exige login e senha para acesso ao texto integral.

Amaro (2016) explicita os artigos da legislação brasileira de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1988) mais atinentes às questões relativas aos repositórios digitais:

Art. 7º - São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;

[...]

X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;

XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova; [...] (BRASIL, 1998).

Para Amaro (2016), a legislação de Direitos Autorais é bem nítida quanto à necessidade de obtenção de autorização prévia e expressa do autor para a

realização das seguintes atividades: o empréstimo de livros, a realização de cópias integrais, sendo só permitida a reprodução de pequenos trechos, a realização de microfilmagens ou digitalizações, como também a inclusão de obras em bases de dados. Para a autora, isso afeta diretamente algumas formas de uso das atividades realizadas na gestão e interação direta com os repositórios institucionais:

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

I - a reprodução parcial ou integral;

[...]

VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;

[...]

VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:

[...]

i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;

IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;

X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas. (BRASIL, 1998)

Após Amaro (2016) estabelecer interligação entre a legislação vigente e sua aplicabilidade nos repositórios, no próximo capítulo os direitos autorais na Comunicação Científica são abordados nos seus aspectos jurídicos.

5 ASPECTOS JURÍDICOS DOS DIREITOS AUTORAIS NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A propriedade no direito brasileiro é um direito real, ou seja, está vinculado a um bem ou coisa, material ou imaterial, muito embora haja discussões complexas sobre essa (i)materialidade⁴ dos direitos da propriedade intelectual - de grande importância epistemológica, mas sobre a qual não nos ateremos nesta dissertação (DANTAS, 2012; DANTAS, 2016).

Não podemos esquecer que esses direitos são de duas categorias: de um lado empresariais e diretamente vinculados à aplicação técnica da ciência, quando se trata de direitos da propriedade industrial; e de outra monta são direitos civis, ligados a expressões do espírito humano, seja artístico, literário ou científico dentre outras, os quais são os Direitos Autorais (EBOLI, 2006). Conforme podemos ver na Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Tipos de Propriedade Intelectual



Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, a Comunicação Científica sempre esteve relacionada com os Direitos Autorais, pois as pesquisas publicadas atendem aos requisitos básicos de

4 O conceito de materialidade desenvolvido por Dantas (2012 e 2016) é distinto do conceito do mesmo termo (materialidade) na área jurídica. Materialidade, no Direito Penal, aliado ao Direito da Propriedade Intelectual se refere à comprovação de efetiva violação de Direito da Propriedade Intelectual.

legitimidade, que também são socialmente conferidos pelas grandes editoras científicas (MUELLER, 2006).

5.1 SISTEMAS JURÍDICOS *COPYRIGHT* E *DROIT D'AUTEUR*⁵

Os sistemas jurídicos denominados de *Commow Law* e *Civil Law* são tradicionalmente diferentes em suas aplicações. O primeiro é o sistema adotado na Inglaterra e Estados Unidos, que se baseia, de forma predominante, na análise de precedentes jurisprudenciais. Já o segundo é o sistema jurídico da maioria da Europa - continental, a qual o Brasil tem aderência, em que a aplicação do direito se dá primeiramente pela lei.

O *Copyright* (*Common Law*) surgiu na Inglaterra, e trata-se do direito de reprodução e circulação, dedicados aos livreiros e não aos autores das criações. Embora esta expressão seja utilizada nos dias atuais pelo direito anglo-saxão, esta é atribuída ao autor, como direito patrimonial (EBOLI, 2006, p.21).

A parte pertinente à Comunicação Científica se refere à titularidade das obras expressa nos direitos patrimoniais, a partir de contrato de cessão ou licença. No caso das editoras, estas deterão o direito exclusivo de reprodução, circulação e edição da obra científica ou literária para formato digital, bem como de outros documentos digitais, quando o criador firmar com as editoras um contrato de cessão ou licenciamento. Eboli (2006, p. 32), sobre o tema define que:

O direito de reprodução, que compreende o direito de distribuição e o direito de comunicação ao público. Ao definir a distribuição e a comunicação ao público, a nossa Lei consagra o princípio da disponibilidade, ou seja, a máxima de que a simples disponibilização da obra ao público já tipifica uma nova modalidade de utilização, que obviamente dependerá da prévia e expressa autorização do autor.

Com os novos modelos de acesso proporcionados pela *web*, Tammaro e Salarelli (2008) argumentam que as editoras tendem a ser mais rígidas no controle do direito de autor. Já os usuários, em sentido oposto, esperam o acesso livre e aberto de quaisquer documentos, sem registros ou pagamentos.

A *licença*, determina que o titular do direito de autor poderá dispor

⁵ Os títulos foram mantidos nas línguas originais em razão das diferenças dos sistemas jurídicos - *Civil Law/Droit d'Auteur* e *Commow Law/Copyright*.

patrimonialmente da obra por prazo determinado ou por uso específico. A cessão, se traduz na transferência definitiva dos direitos patrimoniais da obra. O mercado editorial tem sofrido profundas transformações. Tais mudanças acarretaram sérias modificações no modo como as editoras atuam no mercado, pois agora competem com as empresas de tecnologia, produtoras de *softwares* de edição, e também como os próprios autores, pois estes não mais necessariamente precisam contratá-las para ter seus livros publicados e distribuídos de maneira uniforme nas livrarias.

No campo da Comunicação Científica, Björk (apud Mueller, 2006) classifica os canais mais importantes existentes hoje para o acesso aberto em quatro tipos, os quais são: a) periódicos científicos eletrônicos com avaliação prévia pelos pares; b) servidores de e-prints para áreas específicas e repositórios para assuntos específicos; c) repositórios institucionais de universidades; d) páginas pessoais dos autores (geralmente com documentos avaliados por pares e ensaios).

Segundo Tammaro e Salarelli (2008, p.170), voltando a tratar das mudanças no mundo editorial, dentre as modalidades vigentes de publicação, a *autopublicação* é um processo que prescinde de uma avaliação por pares ou por uma editora, apenas necessitando o acesso à *web* para alcançar a obra produzida, com uma infinidade de conteúdos, científicos ou não.

A autenticidade, integridade e confiabilidade das fontes são umas das razões da manutenção de sistemas proprietários de comunicação científica, pois o modelo de atuação está consolidado pela avaliação por pares (CHALHUB; PINHEIRO, 2011; MUELLER, 2006).

As instituições de pesquisas e entidades que apregoam o acesso aberto às informações na internet, ou um uso justo (*fair use*), criaram opções de acesso e uso das informações digitais, levando em conta os direitos do autor ou mesmo as formas colaborativas de proteção, a exemplo da iniciativa do *Creative Commons* e *Copyleft*, dentre outros, a ser discutido em capítulo posterior.

5.2 DIREITOS DE AUTOR E DIREITOS CONEXOS

Na época da invenção da prensa com tipos móveis de Gutenberg, por

volta do ano de 1450, conforme aponta Correia (2011), o poder político e econômico se concentrava nas mãos da Igreja e das monarquias europeias. A invenção da imprensa causou extremo desconforto para tais forças, pois representava um descontrole da informação, já que seria possível produzir livros e impressos de forma mais rápida e em maior quantidade.

Não por acaso criaram-se monopólios de editores e livreiros, tendo como objetivo controlar a produção informacional e qualquer possível ameaça ao *status quo*, gerando uma forma eficiente de censura pela reserva de mercado. Correia (2011) destaca ainda que, posteriormente, na Inglaterra, surgiu o *Copyright*, em 1557, um instrumento legal de controle de cópias. Esse sistema favorecia os editores, livreiros e monarquias, gerando insatisfação aos autores e a sociedade.

No cenário contemporâneo da vertente do *Droit d'Auteur (Civil Law)*, o panorama guarda certa semelhança com o do Séc. XVI: de um lado, são as grandes editoras que estão no mercado editorial lucrativo e pouco acessível a uma nova editora, investindo na compra de conteúdo para publicações - direitos autorais; e de outro, temos a legislação brasileira, que do ponto de vista civil e penal é bastante severa com quem viola as normas de direitos autorais (MELLO, 2012).

A *web* possibilita um grande fluxo de informação. No entanto, a legislação referente aos Direitos Autorais e o sistema de proteção existente, oriundos do século XIX, representam obstáculos à circulação da informação.

Os Direitos Autorais compreendem os direitos do autor e aqueles que lhe são conexos, os ditos direitos análogos ou vizinhos ao de autor. Assim, os direitos autorais não legitimam apenas a obra original, mas também os direitos conexos com o de autor, isto é, de bens que são assemelhados a obras para fins de proteção (EBOLI, 2006, p.25). No caso de obras científicas, assim como nas literárias, as editoras frequentemente detêm os direitos patrimoniais de obras, passando a ser representantes dos direitos do autor, em seu aspecto patrimonial, por meio de contratos.

Ao falar do direito de autor, de acordo com Eboli (2006, p.15), é essencial definir os conceitos pertinentes, e para ele o mais importante é a definição de obra,

que tem como a mais precisa definição o que foi cunhada por Henry Jessen, pois para este último deve-se entender por obra “a exteriorização da ideia de uma forma de expressão”.

Eboli (2006, p.16) argumenta ainda que o direito autoral tutela não os suportes materiais, mas o conteúdo intelectual expresso de uma criação. Contudo, o autor aduz que “a originalidade é a condição essencial”, sendo que a obra intelectual seria a ideia expressa de forma original.

Convém destacar que, conforme o Art. 41 da Lei 9.610/1998: “Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil”. Por outro lado, os direitos morais do autor são irrenunciáveis e imprescritíveis, mesmo após a sua morte.

É comum haver uma confusão conceitual entre quem são os autores e os titulares de direitos de autor, são primariamente a mesma pessoa na criação de uma obra autoral, mas pela via contratual há uma separação do direito moral e do direito patrimonial, de natureza econômica. Geralmente, após o aceite do contrato, os titulares de direito de autor, no caso das publicações editoriais, são as editoras. Esta questão está relacionada às limitações legais nos direitos autorais.

5.2.1 Limitações legais nos Direitos Autorais

A Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98), nos arts. 46, 47 e 48 estabelece uma série de limitações a autorizações de uso dos direitos autorais. Vejamos:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

- a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;
- b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;
- c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles

representada ou de seus herdeiros;

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;

V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;

VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;

VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;

VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.

Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.

Segundo Souza (2006a), as limitações de direitos autorais contidas na Lei nº 9.610/1988 não são brechas jurídicas, como muitos querem pensar. De fato, correspondem ao verdadeiro reconhecimento da função social da propriedade intelectual, principalmente no que diz respeito à aplicação do direito em situações práticas do cotidiano e na resolução de controvérsias jurídicas pela jurisprudência brasileira quando trata do assunto.

O autor complementa, ainda, que os princípios legais norteadores das limitações de direitos autorais são que, a reprodução: não pode ter fins lucrativos,

seja parcial da obra, não se constitua a essência da nova obra, não comprometa o uso comercial da obra pelos titulares de direito de autor e não provoque prejuízos aos interesses do autor (SOUZA, 2006b, p. 4). Estes princípios, para Souza, expressam o interesse público dos direitos autorais e se relacionam com a educação, informação, conhecimento e cultura, assim como toda a coletividade.

Podemos perceber que esses princípios são, na verdade, norteadores legais para o uso social das informações científicas, com vistas a equilibrar o interesse coletivo e o interesse privado (SOUZA, 2006a; SOUZA, 2006B; BOURDIEU, 2004). Por outro lado, diante das inúmeras possibilidades de compartilhamento que a *web* possibilitou, outras formas de lidar com os direitos autorais foram surgindo, as quais serão abordadas ainda neste capítulo. De um lado, há a tentativa de adequação à legislação de direitos autorais, estabelecendo novas formas de acesso e compartilhamento (*Creative Commons*); de outro, à margem da legalidade, figuram outras formas de acessos às informações científicas através de repositórios abertos com material científico de diversas fontes, denominados por muitos como “*pirated papers*”.

5.3 LICENÇAS COLABORATIVAS E ACESSO ABERTO

O mercado editorial tem sofrido profundas transformações, principalmente com a ruptura do modelo editorial vigente. Tais mudanças acarretaram sérias modificações no modo como as editoras estabeleciam sua atuação nesse mercado editorial, pois agora competem com as empresas de tecnologias, produtoras dos *tablets* e *e-readers*, e também com os próprios autores, pois estes últimos não mais necessariamente, precisam contratá-las para terem seus livros publicados e distribuídos de maneira uniforme nas livrarias.

As editoras brasileiras de grande escala estão estabelecendo parcerias com empresas de tecnologia, produtoras de *e-readers* e *tablets* a fim de estabelecerem suas participações no mercado, com investimentos em documentos digitais, garantindo o retorno dos investimentos por meio da remuneração de direitos conexos. Dessa forma, as grandes vantagens desse modelo para os repositórios e bibliotecas digitais são: a autenticidade, integridade e confiabilidade das fontes.

Acrescenta-se que diante desse cenário essas editoras e empresas de tecnologias estão tomando medidas restritivas ao acesso e compartilhamento de documentos, como a gestão de direitos digitais (DRM), licença por clique, dentre outras, o que torna complexo a gestão da coleção em Bibliotecas Digitais.

Quanto aos DRMs - sigla oriunda de *Digital Rights Management system* - são os Gestores de Direitos Digitais. A função dos DRMs é impedir previamente, o uso, acesso irregular às obras autorais/*softwares* e também, controlar informações sobre estes dados remetendo-as aos titulares de direitos autorais. Bosi (2006) sobre o assunto explica que o DRM não define apenas que tipos de usos serão ou não liberados, mas que também pode haver a existência de autorização para uso em diferentes aparelhos e autorização para uso do arquivo por diferentes pessoas. No caso dos *e-books*, o DRM aplica restrições de uso, de cópia, distribuição e até de acesso ao conteúdo. Isso se deve à necessidade da Segurança da Informação, ou seja, à necessidade de proteger aquele conteúdo adquirido pelo leitor.

Os DRMs, por um lado pretendem garantir a integridade da obra, bem como a autenticidade do conteúdo, mas por outro lado podem prejudicar a segurança do usuário e ocasiona conflitos jurídicos e econômicos nos ambientes dos repositórios e bibliotecas digitais, pois qualquer uso não permitido contratualmente e pelo sistema instalado, mesmo sendo um uso legal, será impossibilitado pelas DRMs. Ou senão, pode ocorrer a quebra da privacidade do usuário por conta dos dispositivos de rastreamentos embutidos.

A *Free Software Foundation* (FSF) relaciona diversos direitos que os DRMs violam, os quais são:

- a) **O direito de ler e ao livre acesso à cultura:** os DRMs permitem que um terceiro conheça tudo que vemos, escutamos, lemos e expressamos, e possa monitorar, controlar e até impedir que o façamos.
- b) **O direito à privacidade:** Para decidir se outorgam ou não acesso a cada obra, estes sistemas precisam vigiar-nos. Dessa forma, um terceiro terá informação sobre o quê, como e quando lemos, ouvimos música, escutamos rádio, vemos filmes e acessamos qualquer conteúdo digital.
- c) **O direito de realizar cópias em casos particulares:** Várias legislações de direito autoral reconhecem o direito das pessoas de efetuar cópias das obras para uso privado. Isto inclui a possibilidade de realizar cópias de segurança, cópias para

acessar em diferentes dispositivos e até cópias para compartilhar com pessoas de relacionamento próximo, sempre sob a condição de que não impliquem transações comerciais. Estes direitos são impedidos completamente com a implementação de DRM.

- d) **A realização de obras derivadas:** a realização de obras derivadas é um processo comum na criação cultural. Muitas obras são trabalhos derivados de obras anteriores. Isto inclui traduções, realização de remixes e outras formas de expressão. Estas ações básicas da produção cultural se tornam impossíveis frente à DRM.
- e) **A crítica e o comentário público, incluindo o direito à livre expressão, em particular por parte de jornalistas:** Quem trabalha em crítica literária, cinematográfica, musical e até política utiliza o recurso da citação para comentar obras publicadas. O sistema de DRM impõe travas técnicas a esta possibilidade, com a consequência direta de pôr ferrolhos técnicos à liberdade de expressão.
- f) **O "fair use" e as exceções ao direito autoral:** Esta expressão comum para a jurisprudência norte-americana é outra das vítimas da aplicação de DRM. Em muitos casos, as leis de direitos de autor fixam exceções para o âmbito educativo ou para pessoas com alguma incapacidade que precisem realizar cópias de obras para poder acessá-las (como impressões para Braille ou a utilização de áudio-livros). Estes recursos ficam eliminados com os sistemas de DRM.
- g) **O domínio público:** As restrições técnicas de acesso não têm data de vencimento. Portanto, quando as obras entrem em domínio público, as restrições permanecerão, vedando o acesso e a cópia de materiais que legalmente poderiam ser copiados. O mesmo ocorre com obras que já estejam em domínio público e que se tornam inacessíveis para as pessoas quando algum provedor de conteúdo as distribui sob um sistema de DRM.
- h) **A presunção de inocência:** As medidas técnicas de restrição de acesso e cópia declaram o cidadão culpado antes que se prove o contrário, privando-o de uma série de direitos de forma preventiva, sem que se haja cometido qualquer delito. Por outro lado, o desenvolvimento e utilização, de mecanismos para inibir os DRMs se convertem em um crime ainda que se realize para fins de investigação ou para acessar um conteúdo que se tenha adquirido legalmente, ainda que não se viole qualquer direito autoral (FREE SOFTWARE FOUNDATION, 2016), grifo nosso.

Como demonstrado, a busca pelo equilíbrio entre o respeito aos direitos autorais e o acesso à informação é difícil, pois se a internet abriu possibilidades, a própria tecnologia atua como forma de limitação, por vezes excessiva.

O *Creative Commons* foi uma iniciativa do Professor Lawrence Lessig, em 2001, na Universidade de Stanford (EUA). A ideia principal foi a criação de licenças públicas, juridicamente válidas e que pudessem ser fáceis de utilizar por qualquer pessoa ou entidade, de maneira livre e disposta previamente pelo autor da obra,

conforme Lemos (2005, p. 82-83). As licenças são acessíveis em três “camadas” - texto legal, legível por humanos e a legível por máquinas (CREATIVE, 2018):

a) Texto Legal

As licenças públicas de direito de autor e de direitos conexos são um tipo de instrumento legal tradicional que costumamos chamar, em Direito Contratual, de declaração unilateral de vontade expressa *erga omnes*⁶, no gênero de linguagem e formato de texto que os advogados reconhecem. A iniciativa *Creative Commons* chama esta camada de licença de *Texto Legal* (CREATIVE, 2018).

b) Legível por humanos

A segunda camada é um texto, resumo explicativo de referência, útil tanto para os licenciantes como para os licenciados, apresenta alguns dos termos e condições mais importantes (CREATIVE, 2018).

c) Legível por máquinas

Por último, a camada final é a de leitura por máquinas, que é o reconhecimento imediato das licenças por *software* e motores de busca, é algo como acontece com o DRMs, mas com efeito diferente. Trata-se de um resumo de direitos e obrigações que a iniciativa *Creative Commons* denominou de “Linguagem de Expressão de Direitos (CC REL)”, conforme figura 3 abaixo (WIKIMEDIA, 2019):

Figura 3 - Linguagem de Expressão de Direitos - CC REL

```
0 livro, de <Nome do Autor>, está licenciado com uma Licença
<a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/">
Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial 3.0</a>.

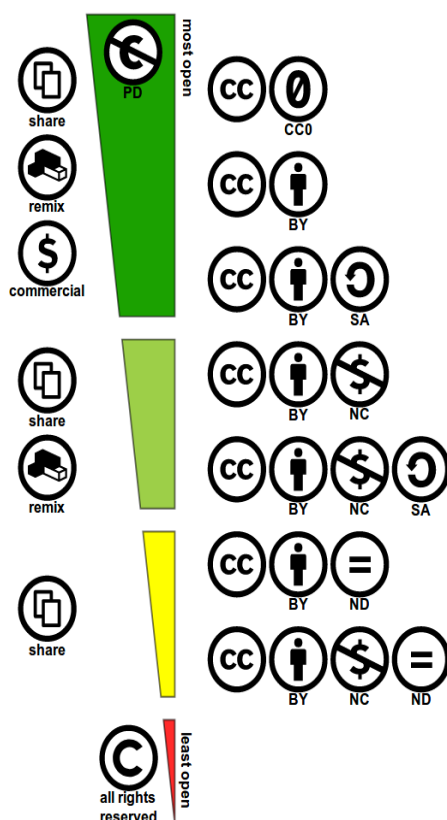
Podem estar disponíveis permissões adicionais ao âmbito desta licença em
<a xmlns:cc="http://creativecommons.org/ns#" rel="cc:morePermissions"
href="http://somecompany.com/revenue_sharing_agreement">umcompanhia.com</a>.
```

Fonte: Wikimedia, 2019.

⁶ Expressão latina muito utilizada no direito e significa, em uma tradução livre, “eficácia jurídica para todos”.

Reunidas estas três camadas de cada licença garantem que o conjunto de direitos não é apenas um conceito legal. É algo que os criadores podem compreender, que os utilizadores podem compreender e que até a própria internet pode compreender (CREATIVE, 2018), conforme a figura 4 a seguir:.

Figura 4 - Infográfico Licenças *Creative Commons* (WIKIMEDIA, 2019)



Fonte: Wikimedia, 2019.

O *Creative Commons* criou licenças de direitos autorais para uso público, dando várias possibilidades de disponibilizar sua obra intelectual, indo do domínio público ao compartilhamento sem fins lucrativos. As licenças *Creative Commons* sem categorias, tais como (CREATIVE, 2018):

- a) citação ao autor ou atribuição para quaisquer fins (CC BY), conforme figura 5.

Figura 5 - Licença *Creative Commons* CC-BY



BY

**Atribuição
CC BY**

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.

Fonte: Creative, 2018.

b) atribuição de autoria e compartilhamento pela mesma licença (CC-BY-SA), de acordo com a figura 6.

Figura 6 - Licença *Creative Commons* CC-BY-SA



BY



SA

**Atribuição-Compartilhagual
CC BY-SA**

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Esta licença costuma ser comparada com as licenças de software livre e de código aberto "copyleft". Todos os trabalhos novos baseados no seu terão a mesma licença, portanto quaisquer trabalhos derivados também permitirão o uso comercial. Esta é a licença usada pela Wikipédia e é recomendada para materiais que seriam beneficiados com a incorporação de conteúdos da Wikipédia e de outros projetos com licenciamento semelhante.

Fonte: Creative, 2018.

c) atribuição de autoria e compartilhamento com ou sem fins lucrativos e sem alterações (CC BY-ND), conforme figura 7.

Figura 7 - Licença *Creative Commons* CC BY-ND



**Atribuição-SemDerivações
CC BY-ND**

Esta licença permite a redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído a você.

Fonte: Creative, 2018.

d) atribuição de autoria e para fins não comerciais (CC BY-NC), como na figura 8.

Figura 8 - Licença *Creative Commons* CC BY-NC



**Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC**

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.

Fonte: Creative, 2018.

e) atribuição de autoria e para fins não comerciais e compartilhamento pela mesma licença (CC BY-NC-SA), de acordo com a figura 9:

Figura 9 - Licença *Creative Commons* CC BY-NC-SA



**Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual
CC BY-NC-SA**

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Fonte: Creative, 2018.

f) atribuição de autoria e para fins não comerciais e sem alterações (CC BY-NC-ND), conforme figura 10, a seguir:

Figura 10 - Licença *Creative Commons* CC BY-NC-ND



**Atribuição-SemDerivações-SemDerivados
CC BY-NC-ND**

Esta é a mais restritiva das nossas seis licenças principais, só permitindo que outros façam download dos seus trabalhos e os compartilhem desde que atribuam crédito a você, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

Fonte: Creative, 2018.

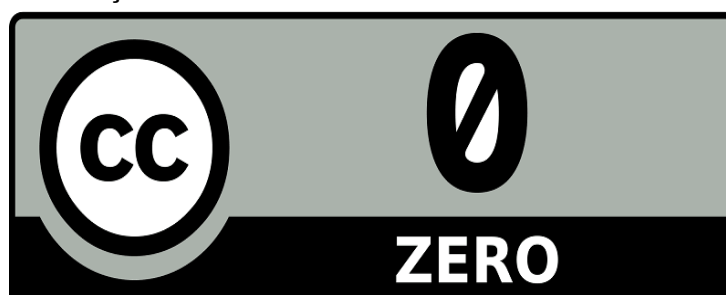
g) domínio público (CC0), de acordo com as figuras 11 e 12.

Figura 11 - Licença *Creative Commons* - Domínio Público



Fonte: Creative, 2018.

Figura 12 - Licença *Creative Commons* CC0 - Nenhum direito reservado



Fonte: Creative, 2018.

A licença de domínio público permite que os licenciados renunciem a todos os direitos e coloquem seu trabalho no domínio público imediatamente. No entanto, no Brasil não é possível renunciar aos direitos morais de autoria, apenas aos direitos patrimoniais, isso se deve ao Art. 27 da Lei 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais): “Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis”.

Como se pode perceber, o sistema *Creative Commons* é amplo, pois

tanto pode licenciar o acesso aberto de uma obra digital, como pode licenciar o uso e compartilhamento apenas com fins não comerciais. Estas licenças são pouco utilizadas nas editoras comerciais, mas têm grande potencialidade no âmbito dos repositórios digitais, e já são bastante utilizadas, uma vez que promovem o compartilhamento.

5.4 CONTRAFAÇÃO E DIREITOS PATRIMONIAIS

O mercado editorial científico tem lucrado altas cifras, na faixa de bilhões, nas publicações científicas (CASTRO, 2018). Por outro lado, essas mesmas editoras científicas, as quais controlam o mercado neste setor, estão em um processo constante de vigilância às iniciativas alternativas de acesso às publicações científicas, geralmente iniciadas por ativistas de direitos culturais e civis na internet.

Estes ativistas disponibilizam em portais, conteúdos completos de artigos, livros e periódicos científicos sem a cobrança de quaisquer tipos de pagamento (*paywall*) por quem acessa o conteúdo. Vale frisar que tais conteúdos científicos são, principalmente, os mesmos publicados em plataformas proprietárias digitais das principais editoras científicas, geralmente localizadas em países como Alemanha, Reino Unido ou Estados Unidos, como no caso do Quadro 1 a seguir, na qual é reproduzida uma parte do documento adotado como fonte:

Quadro 1 - Editoras científicas comerciais.

Revista ou periódico	País de Sede	Editora
Nature	Alemanha	Springer Nature
Science	Estados Unidos	American Association for the Advancement of Science (AAAS)

Fonte: ORMAY, 2018, p. 151.

De acordo com os pesquisadores entrevistados por Ormay (2018, p. 161), do CBPF, USP e UFRJ, existem dois principais periódicos científicos: a *Nature* e a

Science, os quais dispõem de vários selos editoriais⁷ em diferentes áreas da ciência. Segundo Ormay:

No caso do Brasil, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes é, desde 2000, um instrumento de política pública de acesso à informação científica. Por meio desse portal, o Estado brasileiro disponibiliza aos pesquisadores do país acesso às publicações científicas estrangeiras. Isto é, parte dos recursos públicos do Brasil contribui ao sustento de associações ou empresas editoriais do exterior, visto que o acesso às referidas publicações é pago. Trata-se de um investimento indispensável para o acompanhamento regular da produção científica mundial por parte dos cientistas brasileiros. No entanto, as cifras são altas: em torno de 100 milhões de dólares são anualmente destinados ao pagamento de assinaturas de revistas científicas estrangeiras por parte do governo brasileiro, de acordo com a Capes 100. (ORMAY, 2018, p. 153-154)

O equivalente a 100 milhões de dólares anuais foram gastos com as assinaturas e licenciamentos de periódicos científicos no Brasil por meio do convênio Capes, somente no ano de 2018 (ORMAY, 2018). O valor é uma quantia no mínimo vultosa, considerando, por exemplo, o PIB (Produto Interno Bruto) anual de alguns Estados brasileiros (IBGE, 2018).

Por outro lado, houve o crescimento de seis editoras comerciais: *Elsevier*, *Blackwell*, *Springer*, *Taylor & Francis*, *American Chemical Society* e *Sage*, que se fundiram com editoras menores, em um estudo baseado na análise de 45 milhões de documentos indexados na plataforma *Web of Science* entre 1973 e 2013 (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015).

A publicação de conteúdos considerados protegidos pelos direitos autorais pelos portais de compartilhamento de artigos científicos (como o Sci-Hub, *Research Gate*, LibGen, Academia.edu), no caso do Brasil é considerada crime de contrafação (art. 5º, VI e VII da Lei 9.610/98 e art. 184 do Código Penal)⁸. A contrafação é um delito que se caracteriza pela reprodução não autorizada de uma

7 Uma editora pode ter vários selos editoriais para cada área ou tipo de publicação, assim os selos são formas de diversificar o mercado editorial.

8 Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. § 1º se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente.

obra, independente do meio utilizado para sua reprodução, inclusive o eletrônico.

Podemos perceber que a conduta de quem acessa e quem compartilha o material protegido por direitos autorais nesses portais é tipificada como uma lesão aos direitos patrimoniais, ou seja, aos titulares de direito autorais, não recaindo sobre os direitos morais.

5.4.1 Portais alternativos de acesso à informação científica

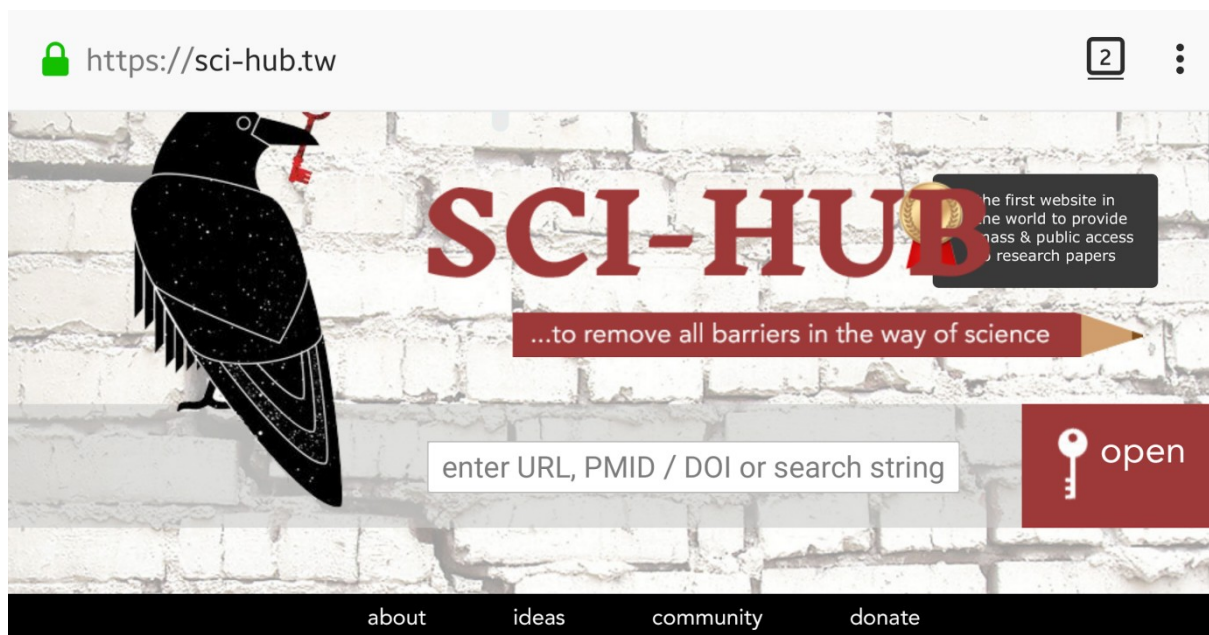
Há diversos portais que compartilham materiais protegidos por direitos autorais no meio digital, de conteúdo científicos. Dentre eles, temos: *Sci-Hub* e o *Research Gate*.

Os aqui citados são diferentes em seus procedimentos de coleta de artigos, a serem explicitados a seguir em suas respectivas atuações.

5.4.1.1 Sci-Hub

O *Sci-Hub*, criado em 5 de setembro de 2011, foi aperfeiçoado por Alexandra Elbakyan, é uma estudante cazaque de pós-graduação, que desenvolveu um *script* que se infiltra nos periódicos pagos, coleta e publica em seu repositório. Ao acessarmos e analisarmos este portal, verificamos que apresenta constante mudança de domínio, pois as editoras científicas, de forma frequente, em geral semanal, rastreiam e exigem a retirada do portal do meio digital, o que se presume ser por via judicial. Na figura 13, a seguir, podemos ver a imagem da página inicial do portal:

Figura 13 – Página inicial do portal *Sci-Hub*



Fonte: Sci-Hub, 2019.

O *Sci-Hub* (<https://sci-hub.tw/>) tem mais de 74 milhões de artigos, e segundo o próprio portal este número cresce a cada dia. O ponto interessante do *Sci-Hub* é justamente o acesso aberto ilimitado que se propõe, de acordo com seus princípios, que são os seguintes: do conhecimento para todos, negativa dos direitos autorais (aspecto patrimonial) e acesso aberto.

O portal *Sci-Hub* não tenta abrandar o que se propõe, isto é, declara explicitamente, que o seu objetivo é “piratear documentos” (“pirated papers”), por conta de restrições artificiais de origem legal (legal restrictions) sobre o conhecimento científico, ou seja, a razão de existência de portais com conteúdo “pirateado” como o *Sci-Hub*. Trata-se justamente da falta de sensibilidade para reconhecimento da função social dos direitos autorais, que está explícita na Constituição Federal, assim como implicitamente está na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O portal é considerado o mais acessado por pesquisadores do mundo inteiro, como mostra a figura 14 (BOHANNON, 2016) adiante:

Figura 14 – Mapa de *downloads* do Sci-Hub



Sci-Hub activity on 5 February 2016. CREDITS: (DATA) SCI-HUB; (IMAGE/AUTOPLAY VIDEO) ADAPTED BY J. YOU/SCIENCE

Fonte: Bohannon, 2016.

Como podemos observar, os pontos vermelhos se referem a todos os locais em que o portal é acessado quantitativamente, ou melhor, quanto maior o ponto maior quantidade de *downloads*. Fica visível que é mais acessado na Europa, América Latina e Norte da África. É inesperado que, mesmo em continentes mais desenvolvidos, como a Europa, o índice de *download* seja predominante, pois corresponde a países que têm uma regulação consolidada e ampla sobre direitos autorais.

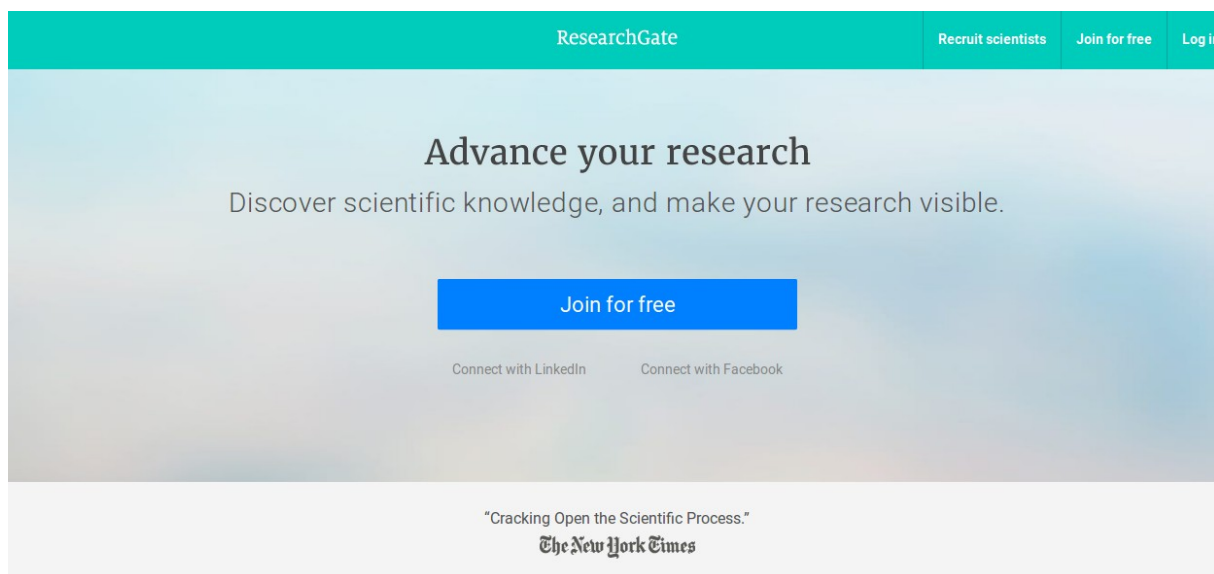
5.4.1.2 *Research Gate*

O *Research Gate*, sediado na Alemanha, foi criado em 2008 pelos médicos alemães Ijad Madisch e Sören Hof Mayer e o programador Horst Fickenscher, abrangendo cerca de 15 milhões de usuários em todo o mundo. Conforme observado em perfil criado no *Research Gate*, trata-se de uma rede social sedlada na Alemanha, para pesquisadores e cientistas e que apresenta uma dinâmica para possibilitar a interação de pesquisadores, construindo uma rede de relacionamentos, similar ao Facebook, só que com viés acadêmico.

Os pesquisadores podem carregar artigos no portal e o *Research Gate*

busca o material *on-line* e convida os pesquisadores a reivindicar e fazer o *upload* desses documentos. Vejamos, a seguir na figura 15, a página inicial do *Research Gate*:

Figura 15 – Topo da página Inicial do *Research Gate*



Fonte: Research Gate, 2019.

Podemos perceber que para ter acesso à rede é necessário criar uma conta, um cadastro simples contendo nome, e-mail, instituição e principais áreas científicas de interesse. Após o cadastro, um perfil é criado, o qual além de indexar as citações, as interliga, sugere colegas que podem ter afinidades baseadas no tipo de pesquisa.

O *Research Gate* incentiva o compartilhamento de publicações pelos pesquisadores, a partir das seguintes frases de chamadas, disponíveis na página inicial:

- a) Leia e debata suas publicações – possibilita que se encontre a pesquisa e participe de discussões a respeito de determinado tema;
- b) Crie exposição para seu trabalho - inclusive em todos os estágios da pesquisa;
- c) Obtenha estatísticas sobre a sua pesquisa – dessa forma também é possível controlar as citações;
- d) Conecte com seus colegas – O *Research Gate* divide as categorias de usuários em: pesquisador acadêmico; empresas, governo e ONGs; e,

Médicos.

Mas o que há de ilegal no *Research Gate*? Aparentemente nada, pois é apenas uma rede de relacionamento entre pares. No entanto, não é o que alegam algumas editoras comerciais científicas, que veem no modelo de negócio do *Research Gate* uma forma de lucro que não está sendo compartilhada com as detentoras de direitos autorais – editoras comerciais científicas.

A rede social *Research Gate* tem duas possibilidades de auferir renda, tais como: publicidade por anúncios dos pesquisadores de suas pesquisas, e, por pagamento de serviços de anúncios e recrutamento de trabalhos para pesquisadores. Possivelmente isso gera uma receita significativa, considerando principalmente a quantidade de membros ativos na rede social. Eis a celeuma diante das editoras comerciais, que querem manter o monopólio das publicações.

A questão que se discute é que as editoras comerciais reivindicam ao *Research Gate*, que a plataforma respeite a legislação e contratos que os autores-pesquisadores fizeram, ao publicar um documento científico nos periódicos dessas editoras. Ou seja, há uma clara ideia de que em detrimento da comunicação científica se privilegie os direitos patrimoniais e conexos das editoras comerciais, dificultando por exemplo, a exposição das pesquisas dos autores.

5. 5 TIPOS DE ACESSO

Nos repositórios de acesso aberto, existe um conceito denominado de *acesso verde* ou via verde, que é a possibilidade de armazenar em repositórios digitais de acesso aberto, publicações científicas. Isto pode ser feito pelo próprio autor do artigo já publicado ou aceito para publicação, a partir da política contratual de permissão do editor, e assim o documento possa ser disponibilizado.

As grandes editoras de revistas acadêmicas com fins lucrativos estão fazendo cerca de 35% a 40% de lucros. O que representa que mais de 1/3 de cada dólar gasto por uma biblioteca assinante ou autor, em uma revista com fins lucrativos, vai para o bolso de acionistas, sem nenhum benefício direto retornado (CEOLIN, 2016; LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015).

Segundo Rosa (2014, p.86), há diversos modelos para o acesso aberto, em que qualquer pessoa pode acessar o texto integral dos artigos, legalmente, sem ônus financeiro. Dessa forma, podemos resumir, basicamente, em três tipos de acesso aberto:

- a) o *acesso aberto dourado* ou via dourada - o autor paga 100% dos custos e o artigo está disponível para qualquer pessoa imediatamente;
- b) o *acesso aberto híbrido* - a revista como um todo não é acesso aberto e as receitas de revistas derivam amplamente das taxas de assinatura de bibliotecas, mas o autor pode pagar uma quantia adicional (muitas vezes em torno de US\$ 3.000,00) para tornar seu artigo específico em acesso aberto;
- c) o *acesso aberto total verde* – o autor tem o direito de compartilhar artigo em seu próprio site ou em repositórios, tornando-se efetivamente acesso aberto em parte.

Há muitas outras especificidades também, como acesso aberto após um período de tempo. Embora todos possam ser chamados de acesso aberto, há uma diferença muito grande no que tange aos preços cobrados.

Existe sobretudo, uma confusão do termo acesso aberto como sinônimo de sem fins lucrativos e, muitas editoras comerciais lucrativas se apropriaram do termo (em sentido amplo) para se estabelecerem como promotoras do acesso aberto, especificamente do modelo híbrido ou acesso aberto dourado. Um exemplo disto é que algumas dessas editoras comerciais são co-fundadoras de associações de editoras de acesso aberto, como a Associação de Editores Acadêmicos de Acesso Aberto (OASPA), em que a editora *Springer Nature* é uma das co-fundadoras.

Encerrada a discussão teórica, passemos, no capítulo seguinte, a análise e discussão dos resultados dos diretórios Sherpa/Romeo e Diadorim.

6 ANÁLISE DE POLÍTICAS DE DIREITOS AUTORAIS - SHERPA/ROMEO E DIADORIM

A análise foi direcionada às políticas editoriais constantes nas bases de dados Sherpa/Romeo e Diadorim, primeiro pela área do conhecimento e depois relacionando cada país pesquisado com as políticas de disponibilidade de depósito das versões preprint e postprint, bem como suas restrições de direitos autorais.

O levantamento de dados utilizou a ferramenta de recuperação da informação “pesquisa avançada”, e assim foram recuperados os registros de cinco países (Portugal, Espanha, França e Reino Unido) no Sherpa/Romeo (<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>). Na pesquisa avançada realizada por país foram especificados os itens “todos os financiadores” e “país”. A recuperação da busca apresentou as seguintes variáveis: editor (com ligação ao Romeo para mais detalhes); cores Romeo; políticas por defeito; e lista de revistas.

Já o Diadorim (<http://diadorim.ibict.br/>) é um diretório brasileiro cujas facetas trazem mais possibilidades de análise. Assim, o levantamento de dados da pesquisa foi realizado por área de conhecimento, disponibilidade para depósito, tipo de acesso e licença de conteúdo. Posteriormente, foram efetivadas a tabulação de dados e as discussões e resultados, procedimento já explicitados no item referente à metodologia.

É importante alertar que a quantidade de editoras incluídas nos diretórios estudados, provavelmente, não represente a totalidade das editoras desses países e sim aquelas que têm interesse em disseminar seus periódicos e respectivos artigos, mesmo que não assumam o acesso aberto na sua amplitude, como, por exemplo, o caso das grandes editoras comerciais do Reino Unido, ou mesmo do Brasil em que aparece apenas algumas editoras (Anexo A – Editoras do Brasil no Sherpa/Romeo).

6.1 DIRETÓRIO SHERPA/ROMEO

O Diretório Sherpa/Romeo é um serviço oferecido sobre as políticas de depósito de obras com direitos autorais e de acesso aberto das publicações científicas, principalmente da União Europeia, oriundo da Universidade de

Nottingham, na Inglaterra (SHERPA, 2018; AMARO, 2016, p. 270).

Sherpa/Romeo é um acrônimo de *Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access - Rights METadata for Open Archiving* (HARNAUD, 2016). Está disponível na internet no endereço <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>, tem importância e alcance internacional, (SHERPA, 2018). A figura 16, a seguir, mostra a página inicial do diretório estrangeiro:

Figura 16 - Página inicial do Sherpa/Romeo

The screenshot shows the Sherpa/Romeo website homepage in Portuguese. The header is green with the Sherpa/Romeo logo and the tagline "... opening access to research". Below the header, there is a navigation bar with links: "Início", "Pesquisa", "Revistas", "Editores", "FAQ", "Sugerir", "Support Us", and "Sobre". The main content area is divided into several sections: "Políticas de copyright e de auto-arquivo de editores", "Pesquisa" (with search filters for journals, editors, and display options), "Páginas especiais do RoMEO" (listing various RoMEO pages), "Novos itens e Atualizações" (listing recent updates), and "Other SHERPA Services" (listing various services). The Jisc logo is visible in the bottom right corner. The footer contains a license statement and links for privacy, feedback, and contact.

Fonte: Sherpa, 2019.

A página inicial, neste caso, está em português, umas das línguas adotadas, além dos idiomas francês, inglês, húngaro e holandês.

O diretório Sherpa/Romeo é um portal de políticas editoriais em relação ao depósito de artigos de periódicos na *web* e em repositórios do acesso aberto, ou seja, determina se a publicação de um determinado periódico permite incluir nos acervos de acesso aberto, antes ou depois da adesão dos contratos de cessão de direito autoral.

A abrangência do Sherpa/Romeo é mundial, facilitando aos pesquisadores o acesso às políticas editoriais internacionais, assim como ter maiores condições de eleger onde publicar os resultados de suas pesquisas (AMARO, 2016, p. 270). Atualmente o serviço conta com o registro de mais de 2563

editoras.

As informações do diretório são fornecidas pelo serviço Zetoc da *British Library*, hospedado por Jisc, que é uma organização associativa sem fins lucrativos; além do Diretório de Revistas de Acesso Aberto (DOAJ) gerenciado por Serviços de Infraestrutura para Acesso Aberto; e pela lista de periódicos Entrez, hospedada pelo *NCBI Databases* (SHERPA, 2018).

As informações sobre as editoras são atualizadas por colaboradores (SHERPA Partners, DINI e Nereus) e por meio de contribuições da comunidade acadêmica (SHERPA, 2018).

Importante destacar alguns termos utilizados nos dois diretórios, tanto no Sherpa/Romeo quanto no Diadorim, como *preprint* e *postprint*, assim como relacionam cores aos tipos de políticas que as editoras utilizam - verde, azul, amarelo e branco (SHERPA/ROMEO, 2019; DIADORIM, 2019) – Vide Anexo G.

Essas cores representam políticas editoriais gerais, as quais são: a) verde: permite o depósito das versões preprint e postprint de um artigo; b) azul: permite o depósito da versão postprint de um artigo; c) amarela: permite o armazenamento da versão preprint; e d) branca: apresenta restrições para o depósito das versões preprint e postprint de um artigo e/ou não permite o armazenamento em nenhum caso. No Quadro 2, a seguir, podem ser vistas as cores relacionadas às políticas editoriais de depósito.

Quadro 2 - Cores do Sherpa/Romeo para classificação de políticas editoriais.

Cores	Política de Arquivamento
Verde	o autor pode depositar preprint e postprint ou versão do editor / PDF
Azul	o autor pode depositar postprint (ou seja, rascunho final após revisão por pares) ou versão / PDF do editor
Amarelo	o autor pode depositar preprint (isto é, antes da revisão por pares)
Branco	o depósito não é permitido formalmente

Fonte: Sherpa/Romeo.

Cada editora e seus respectivos periódicos são classificados de acordo com uma dessas categorias de cores, o que torna possível visualizar, de imediato, as políticas predominantes em cada país pesquisado.

É comum a utilização da expressão “via dourada” (WEITZEL, 2019) para descrever as editoras de periódicos de acesso aberto de forma geral, no entanto, esta análise não se refere a esse termo, o que necessitaria de uma análise independente das categorias do Sherpa/Romeo.

Há também restrições mais específicas, em geral se exige uma ação adicional do autor como, por exemplo, o depósito em acesso aberto apenas depois de cumprido um determinado período temporal. Algumas das maiores editoras atribuem políticas de direitos autorais distintas para diferentes periódicos de sua titularidade.

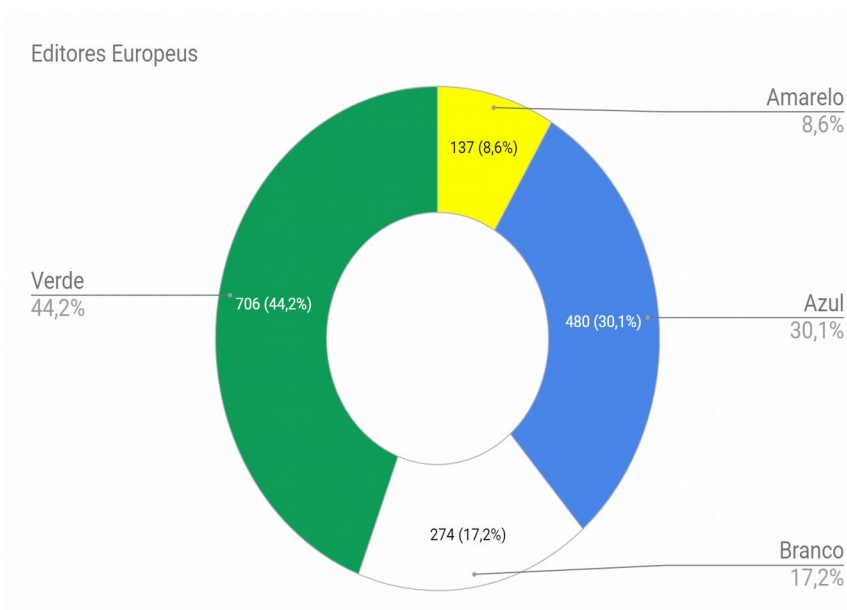
Além disso, os conceitos preprint e postprint são usados de formas distintas por pessoas diferentes (editoras, autores, periódicos, diretórios e repositórios). O termo preprint corresponde ao primeiro rascunho do artigo - antes da revisão por pares e antes de qualquer contato com um editor. Este é o significado mais comum entre pesquisadores, para os quais a principal modificação do *status* de um artigo é o processo de revisão por pares.

Outro uso do termo preprint é para o artigo finalizado pelo autor, revisado pelos pares e aperfeiçoamento pelo autor segundo a avaliação recebida, pronto e aceito para publicação - mas ainda não na versão que é definida e formatada pelo editor. O uso desse significado para preprint é mais comum entre as editoras, para quem o estágio final e representativo da modificação de um artigo é a disposição do material para imprimir. Esses significados diversos podem confundir e alterar o entendimento de um acordo de transferência de direitos autorais (SHERPA/ROMEO, 2019).

A listagem do Sherpa/Romeo considera os preprints como a versão do artigo antes da revisão por pares e postprints como a versão do artigo após revisão por pares, com os aperfeiçoamentos feitos pelo autor. Isso significa que, em termos de conteúdo, postprints são os artigos publicados (SHERPA/ROMEO, 2019).

O quadro geral de dados do Sherpa/Romeo abrange os países da Europa, a seguir listados: Albânia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bielorrússia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Isle of Man, Itália, Kosovo, Latvia, Lituânia, Macedônia, Moldávia, Montenegro, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia, Suíça e Ucrânia. O universo da pesquisa no Sherpa/Romeo é constituído por esses 40 países, cuja política editorial de depósitos é apresentada no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 –Políticas editoriais europeias no Sherpa/Romeo.



Fonte: Sherpa/Romeo.

Verifica-se neste gráfico 1 a predominância da disponibilidade de depósito de acesso verde (para preprint e postprint) e azul (para postprint), totalizando mais de 70% (1576 editoras europeus⁹). É possível também notar que há um percentual de 17,2%, de depósitos na cor branca, relativo à restrição ou impossibilidade de quaisquer tipos de depósito e, em menor percentual (8,6%) na cor amarela, representando as políticas editoriais de disponibilidade de depósitos de preprints.

A partir dessa seção, serão apresentados os dados dos países selecionados para essa pesquisa, correspondendo à amostra do Sherpa/Romeo. Tais países são: Portugal, Espanha, França e Reino Unido.

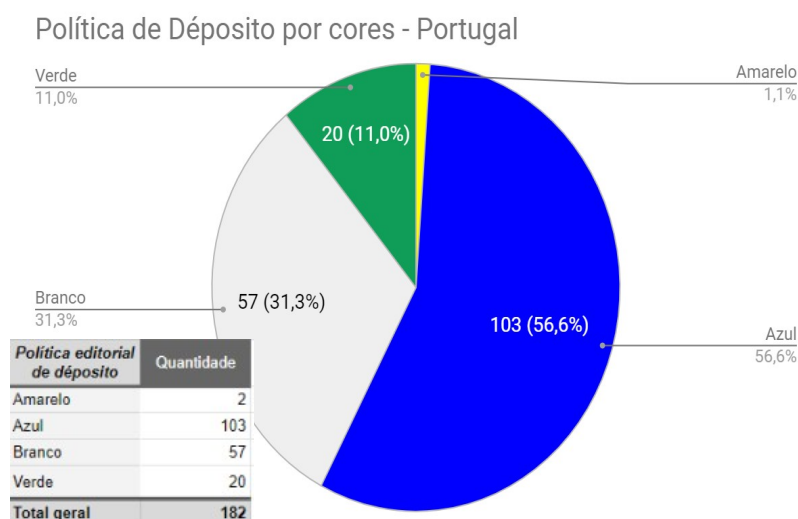
⁹ Dados coletados em março de 2019. Importante mencionar porque os dados atuais, três meses após, já diferem dos dados coletados para esta pesquisa.

6.1.1 Políticas editoriais em Portugal

Como já mencionado, Portugal é um país lusófono, de fortes laços históricos e culturais com o Brasil. Mantém também relações interinstitucionais com diversas instituições brasileiras e, no caso de informação científica e tecnológica, especificamente com o IBICT, junto a Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e Universidade do Minho, dentre outras. Esta circunstância justifica a inclusão de Portugal nesta pesquisa.

Foram identificadas 172 editoras de Portugal no Sherpa/Romeo, que inclui tanto editoras que adotam políticas padrão quanto políticas especiais. Explicando melhor, uma editora pode ter uma determinada política padrão para a maioria de seus periódicos - representada pela cor verde, por exemplo (disponibilidade de depósito preprint e postprint) - e ainda assim um ou mais periódicos terem políticas especiais, distintas da política padrão, mas seguem o mesmo esquema de cores para disponibilidade de depósito, conforme aparecem no gráfico 2:

Gráfico 2 - Políticas editoriais em Portugal.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados - Anexo B.

Neste gráfico notamos que, de um modo geral, a política editorial para depósito em Portugal compreende majoritariamente a de postprint, com o percentual de 56,6%, correspondendo a cor azul do Sherpa/Romeo. Ainda assim, é notável que as políticas restritivas para depósito (cor branca) tenham um percentual

relativamente alto, com cerca de 30% do total de periódicos. É importante explicar que as 172 editoras classificam seu conjunto de periódicos em uma ou mais cores, figurando como política padrão e/ou políticas especiais. Estas variações são mostradas na Quadro 3 adiante, na qual constam as editoras e periódicos com políticas diferentes da padrão:

Quadro 3 - Políticas editoriais especiais em Portugal

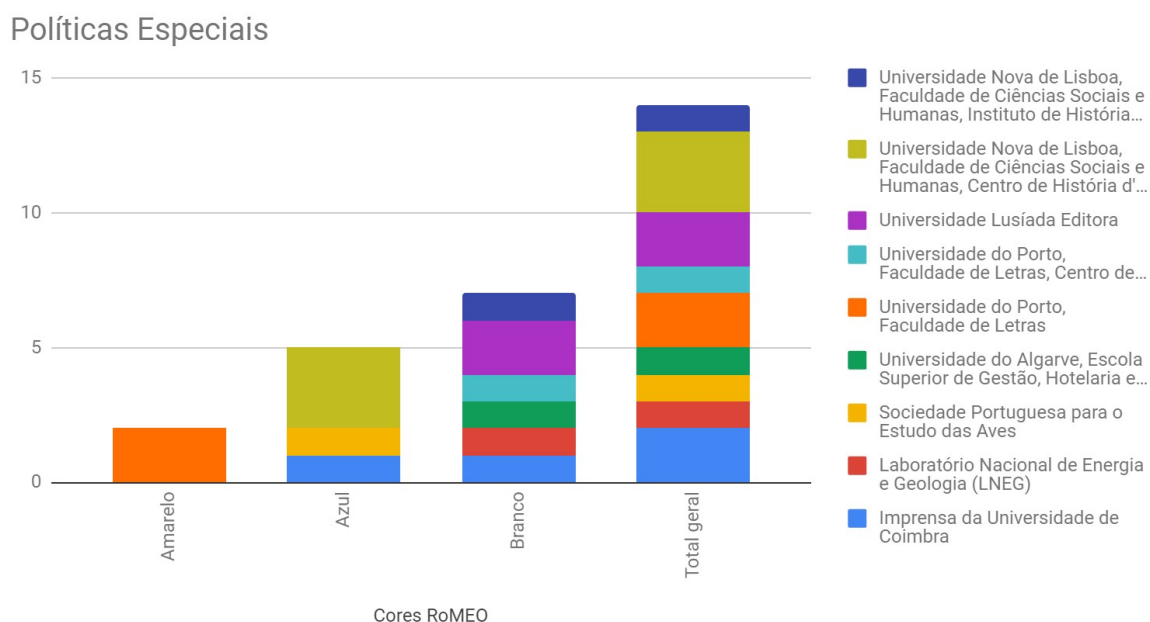
Editora	Revista	Cores Romeo	Termos da Política Editorial Especial
Imprensa da Universidade de Coimbra	Antropologia Portuguesa	Azul	O autor pode arquivar a versão postprint (o rascunho final após o peer-review)
Imprensa da Universidade de Coimbra	Mediapolis	Branco	O autor não pode arquivar nenhuma versão
Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)	Corrosão e Protecção de Materiais	Branco	O autor pode arquivar a versão/PDF do editor, estando sujeito à restrição de 6 meses de embargos. Tem de ser utilizada a versão/PDF do editor em Repositórios Institucionais
Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves	Pardela	Azul	O autor pode arquivar a versão/PDF do editor. Tem de ser utilizada a versão/PDF do editor em Repositórios Institucionais
Universidade do Algarve, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo	Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal	Branco	O autor não pode arquivar nenhuma versão
Universidade do Porto, Faculdade de Letras	Media e valia. Textos e estudos	Amarelo	O autor pode arquivar a versão preprint (antes do peer-review)
Universidade do Porto, Faculdade de Letras	Revelar: Revista de Estudos da Fotografia e Imagem	Amarelo	O autor pode arquivar a versão preprint (antes do peer-review)
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Centro de Linguística (CLUP)	eLingUP	Branco	O autor não pode arquivar nenhuma versão
Universidade Lusíada Editora	Ar líquido: Revista de Design da Universidade Lusíada de Lisboa	Branco	O autor não pode arquivar nenhuma versão

Universidade Lusíada Editora	Lusíada. Arqueologia, História da Arte e Património	Branco	O autor não pode arquivar nenhuma versão
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de História d'Aquém e d'Além Mar	Anais de História de Além-Mar	Azul	O autor pode arquivar a versão/PDF do editor. Tem de ser utilizada a versão/PDF do editor em Repositórios Institucionais
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de História d'Aquém e d'Além Mar	Bulletin of Portuguese-Japanese Studies	Azul	O autor pode arquivar a versão/PDF do editor. Tem de ser utilizada a versão/PDF do editor em Repositórios Institucionais
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de História d'Aquém e d'Além Mar	Res Antiquitatis - Journal of Ancient History	Azul	O autor pode arquivar a versão/PDF do editor. Tem de ser utilizada a versão/PDF do editor em Repositórios Institucionais
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de História da Arte (IHA)	Revista de História da Arte	Branco	O autor pode arquivar a versão/PDF do editor, estando sujeito à restrição de 6 meses de embargos. Tem de ser utilizada a versão/PDF do editor em Repositórios Institucionais

Fonte: Elaboração própria.

Como mencionamos, alguns periódicos adotam as políticas editoriais especiais, isto é, aqueles que não se enquadram na política padrão da editora, seguida pela maioria de seus periódicos. Estas editoras, têm política diferente (também representada pelas cores verde, azul, amarelo e branco) para um ou até quatro periódicos, conforme o próximo gráfico com a representação das duas variáveis (editora e cores do Sherpa/Romeo).

Gráfico 3 - Políticas editoriais especiais em Portugal.



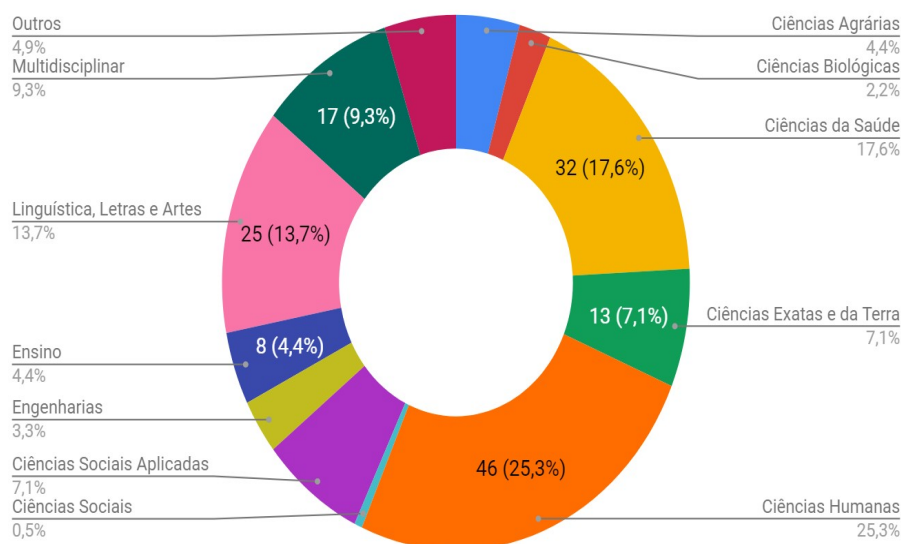
Fonte: Elaboração própria, dados do Anexo B.

Observando o gráfico 3 conclui-se que a política especial se refere à maior restrição nas políticas editoriais para depósito de preprints (cor amarela) ou postprint (cor azul). Além disso, constata-se que há ausência de políticas de depósito de preprint/postprint (cor verde), prevalecendo as políticas restritivas (cor branca). Isto se relaciona com os contratos de cessões de direitos autorais impostos por essas editoras (EBOLI, 2006), posto que estes contratos são adendos aos contratos padrão de submissão de artigos, vide Quadro 3.

Tais restrições se apresentam quando, por exemplo, um autor não pode arquivar nenhuma versão, ou compartilhar o artigo publicado em páginas pessoais ou em repositórios temáticos, seja a versão do editor, assim como os embargos temporais. Estas restrições específicas para determinados periódicos de uma editora, ao não permitirem o autoarquivamento, restringem a disseminação dos artigos e, conseqüentemente, diminuem a sua visibilidade e as suas perspectivas de citação, atingindo os preceitos do acesso aberto à informação científica.

Quanto às áreas do conhecimento, adotando a classificação do Diadorim, o resultado está demonstrado no gráfico 4 adiante.

Gráfico 4 - Políticas editoriais em Portugal, por área do conhecimento.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Anexo B.

Surpreende o fato de as editoras de Ciências Humanas aparecem com percentual maior (25%), uma vez que na literatura de Ciência da Informação têm sido constatado que as Ciências Humanas têm sido refratárias ao uso e tecnologias de informação e comunicação, e especificamente, as publicações periódicas porque produzem e usam mais livros, como no caso da História (GAUZ, 2011, p.102).

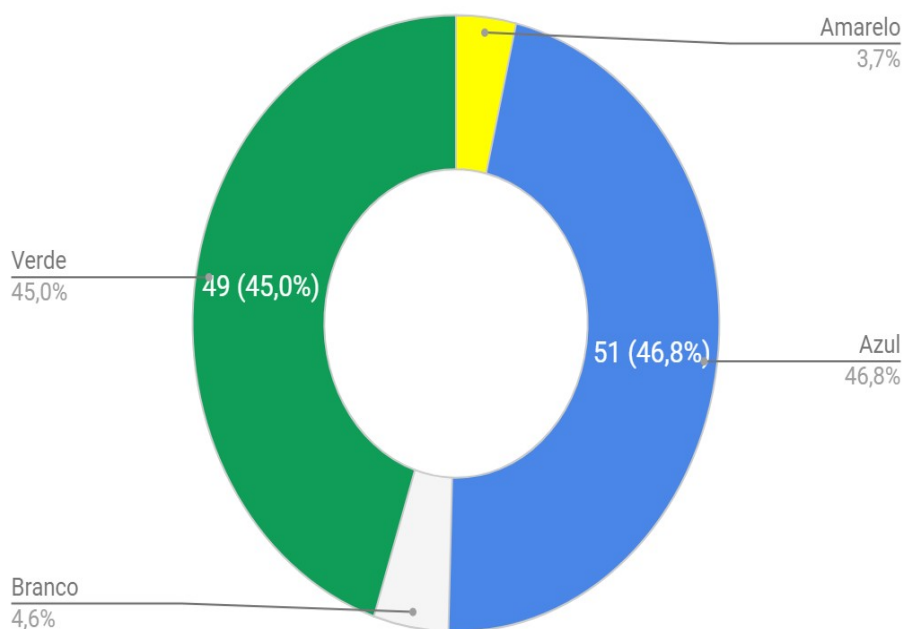
Inversamente, as Ciências da Saúde são as áreas com melhor infraestrutura de informação e tecnologia, portanto, os resultados são condizentes. Outro dado inesperado são os das áreas de Linguística, Letras e Artes, pela mesma razão do das Ciências Humanas, esperava-se menor percentual do que o apresentado.

6.1.2 Políticas editoriais na Espanha

As políticas editoriais na Espanha abrangem 109 editoras, basicamente vinculadas a Associações Científicas e Universidades espanholas, isto é, instituições sem fins lucrativos. Este resultado está relacionado a uma questão apontada na literatura da área sobre o Estado ser o grande financiador da pesquisa no Brasil e no mundo (MAZZUCATO, 2011), daí as editoras de associações científicas e universidades dominarem o cenário editorial espanhol.

A situação geral das políticas editoriais na Espanha é apresentada no gráfico 5, contendo 96 editoras, no qual os resultados são semelhantes aos de Portugal no que tange à disponibilidade para os autores de depósito postprint (cor azul) e diferem de forma acentuada nas políticas restritivas (cor branca). A Espanha apresenta um percentual de apenas 4% e Portugal acima de 30%, o que demonstra maior abertura de acesso à informação na Espanha do que em Portugal.

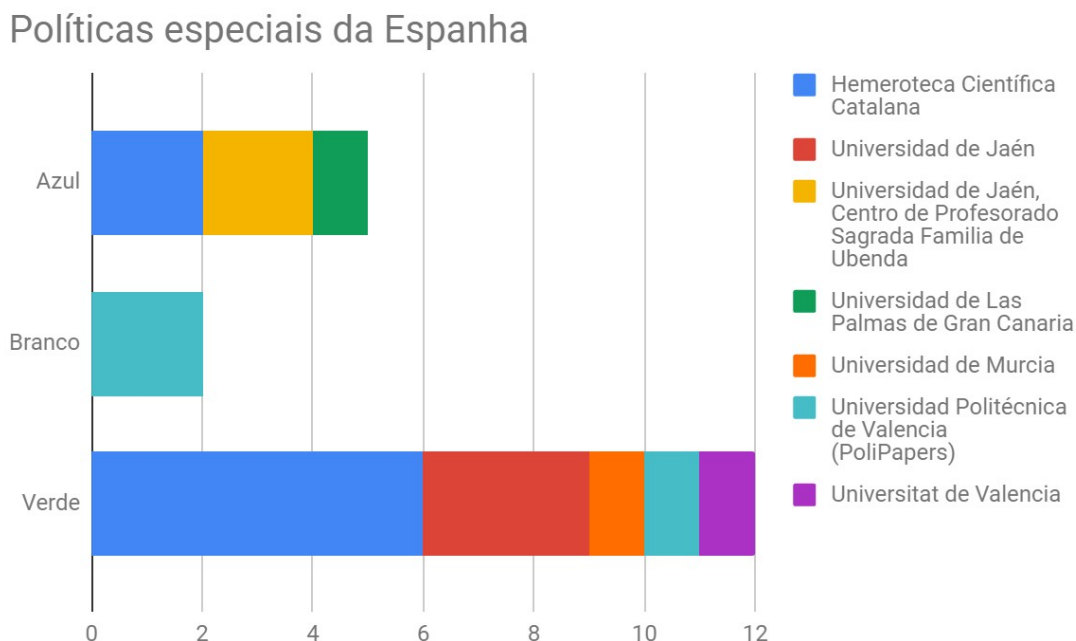
Gráfico 5 - Políticas editoriais na Espanha.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Anexo C.

As duas outras formas de políticas são bem pequenas em número e juntas chegam a cerca de 8%: a restrição de depósito (cor branca) e a restrição de postprint (cor amarela), isto é, permite o depósito só de preprint.

Nos resultados das políticas editoriais especiais são indicadas as instituições que têm mais de uma política para depósito, como no caso da Hemeroteca Científica Catalana e Universidade Politécnica de Valência, cada uma apresentando três políticas editoriais para depósitos diferentes, de acordo com o gráfico 6.

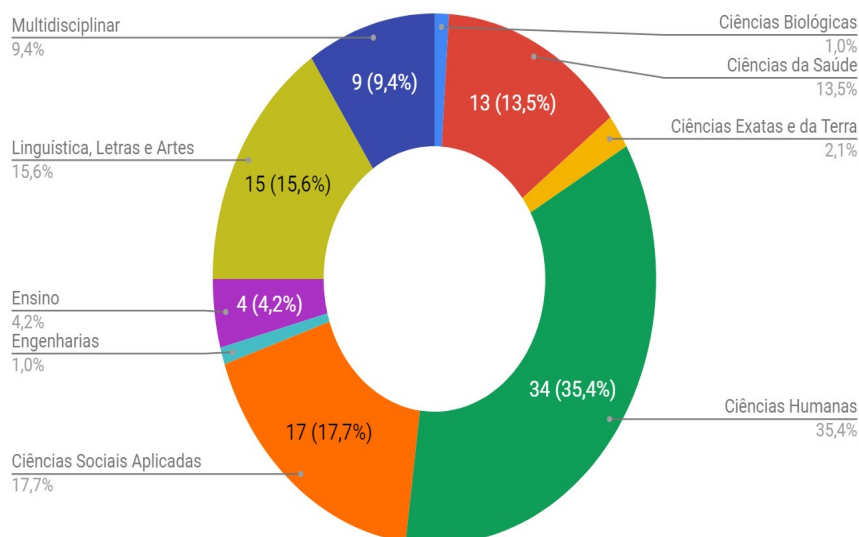
Gráfico 6 - Políticas editoriais especiais na Espanha.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Anexo C.

É notável que na Espanha há um percurso diferente do de Portugal. No primeiro caso, a tendência das políticas especiais editoriais é o da abertura das possibilidades de compartilhamento e, no segundo caso, Portugal, há maior restrição nessas possibilidades. Isso se relaciona com o conceito de cercamento dos Direitos Autorais definido por Ormay (2018), em que as restrições artificiais impostas ou por lei ou contrato regem o sistema de direitos autorais, cercando o que é comum, isto é, uma restrição daquilo que pertence a todos e ao mesmo tempo não pertence a ninguém (ALBAGLI, 2015).

O gráfico 7 a seguir refere-se às mesmas áreas do conhecimento adotadas pelo Diadorim e, o fenômeno se repete parcialmente: há predominância daquelas áreas com menor adesão às tecnologias de informação e comunicação (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes). No caso da Espanha, há um percentual de cerca de 13% para área da Ciências da Saúde, o que não ocorre com Portugal. Estes resultados não se coadunam com as pesquisas da área de Comunicação Científica, na parte referente às Humanidades, no entanto, no que é relativo às Ciências da Saúde é condizente com o que Gauz (2011) afirma.

Gráfico 7 - Políticas editoriais na Espanha, por área do conhecimento.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Anexo C.

Chama atenção o percentual de 9% classificado como Multidisciplinar -- segundo a Capes e classificação adotada pelo Diadorim, conforme explicitado na metodologia. Inclui, ainda, o interdisciplinar (Meio Ambiente e Agrárias, Sociais e Humanidades, Engenharia/Tecnologia/Gestão e, Saúde e Biológicas) e as seguintes áreas: Ensino (Ensino de Ciências e Matemática), Materiais, Biotecnologia e Ciências ambientais. Na presente pesquisa foi verificado que editoras com grande número de periódicos tornaram muito difícil a classificação em uma única área do conhecimento, uma vez que estão dispersas em diferentes áreas. O critério, neste caso, foi optar pela área predominante da editora ou pela multidisciplinaridade.

É importante explicitar que esta classificação constava originalmente no diretório Diadorim, que adota a classificação da Capes com algumas adaptações. Para efeitos comparativos, nesta pesquisa, foi necessário transpô-la para o diretório Sherpa/Romeo, no qual foi feita a análise de conteúdo tendo como base as editoras e não as revistas.

Ampliando a análise das políticas editoriais especiais da Espanha, foi elaborado um quadro explicitando os termos dessas licenças, a seguir.

Quadro 4 - Políticas editoriais especiais na Espanha

Editora	Revista	Área do conhecimento	Licença
Hemeroteca Científica Catalana	CatalanHistoricalReview	Ciências Humanas	<i>Creative Commons Attribution Non-Commercial No-Derivatives 3.0.</i> Em um servidor sem fins lucrativos. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. Tem de ser feita uma ligação para a versão do editor e a versão/PDF do editor O depósito tem de ser acompanhado por uma declaração definida
Hemeroteca Científica Catalana	International Microbiology	Ciências Biológicas	<i>Creative Commons Attribution Non-Commercial Share Alike 3.0</i> Em um servidor sem fins lucrativos. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. Tem de ser feita uma ligação para a versão do editor. A versão/PDF do editor pode ser utilizada.
Hemeroteca Científica Catalana	TAMID	Linguística, Letras e Artes	<i>Creative Commons Attribution Non-Commercial No-Derivatives.</i> Os autores retêm o copyright. No sítio Web do autor ou repositório institucional. Em um servidor sem fins lucrativos. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. Tem de ser feita uma ligação para a versão do editor. A versão/PDF do editor pode ser utilizada.
Hemeroteca Científica Catalana	Dossiers Agraris	Ciências Agrárias	<i>Creative Commons Attribution Non-Commercial No-Derivatives.</i> Os autores retêm o copyright. No sítio Web do autor ou repositório institucional. Em um servidor sem fins lucrativos. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. Tem de ser feita uma ligação para a versão do editor. A versão/PDF do editor pode ser utilizada.
Hemeroteca Científica Catalana	Lectora	Linguística, Letras e Artes	<i>Creative Commons Attribution Non-Commercial No-Derivatives.</i> Os autores retêm o copyright. No sítio Web do autor ou repositório institucional. Em um servidor sem fins lucrativos. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. Tem de ser feita uma ligação para a versão do editor. A versão/PDF do editor pode ser utilizada.
Hemeroteca Científica Catalana	Revista Catalana de Pedagogia	Ensino	<i>Creative Commons Attribution Non-Commercial No-Derivatives 3.0.</i> Os autores retêm o copyright. No sítio Web do autor ou repositório institucional. Em um servidor sem fins lucrativos. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. Tem de ser feita uma ligação para a versão do editor. A versão/PDF do editor pode ser utilizada.
Hemeroteca Científica Catalana	Revista de Dret Històric Català	Ciências Sociais Aplicadas	<i>Creative Commons Attribution Non-Commercial No-Derivatives 3.0.</i> Os autores retêm o copyright No sítio Web do autor ou repositório institucional. Num servidor sem fins lucrativos. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. Tem de ser feita uma ligação para a versão do editor. A versão/PDF do editor pode ser utilizada.
Hemeroteca Científica Catalana	Treballs de la Societat Catalana de Geografia	Ciências Humanas	<i>Creative Commons Attribution Non-Commercial No-Derivatives 3.0.</i> Os autores retêm o copyright. No sítio Web do autor ou repositório institucional. Num servidor sem fins lucrativos. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. Tem de ser feita uma ligação para a versão do editor. A versão/PDF do editor pode ser utilizada.

Universidad de Jaén	Iniciación a la Investigación	Ciências Sociais Aplicadas	Licença <i>Creative Commons</i> Atribuição-Não Comercial. A versão/PDF do editor pode ser utilizada. No sítio Web do autor ou repositório institucional de acesso aberto (PubMed Central, orar, Xiv). Os autores retêm o copyright.
Universidad de Jaén	Revista de Estudios Empresariales. Segunda Época	Ciências Sociais Aplicadas	Licença <i>Creative Commons</i> Atribuição-Não Comercial. A versão/PDF do editor pode ser utilizada. No sítio Web do autor ou repositório institucional de acesso aberto (PubMed Central, orar, Xiv). Os autores retêm o copyright.
Universidad de Jaén	Tercio Creciente	Linguística, Letras e Artes	<i>Creative Commons</i> Attribution Non-Commercial Share Alike. A versão/PDF do editor pode ser utilizada. No sítio Web do autor ou repositório institucional de acesso aberto (PubMed Central, orar, Xiv). Os autores retêm o copyright.
Universidad de Jaén, Centro de Profesorado Sagrada Familia de Ubenda	Arqueología y Territorio Medieval	Ciências Humanas	<i>Creative Commons</i> Attribution License. A versão/PDF do editor pode ser utilizada. No sítio Web do autor ou repositório institucional de acesso aberto (PubMed Central, orar, Xiv). Os autores retêm o copyright.
Universidad de Jaén, Centro de Profesorado Sagrada Familia de Ubenda	Agua y Territorio	Ciências Exatas e da Terra	Em repositórios de acesso aberto <i>Creative Commons</i> Attribution Non-Commercial License 3.0.
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria	Philologica Canariense	Linguística, Letras e Artes	Tem de ser utilizada a versão/PDF do editor. Sítio Web do autor e repositório institucional. Licença <i>Creative Commons</i> Atribuição 3.0. Têm de ser mencionados a fonte de publicação e o copyright do editor. Os autores retêm o copyright.
Universidad de Murcia	- Glosas Didácticas	Linguística, Letras e Artes	<i>Creative Commons</i> Attribution Non-Commercial Share A like License. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. Em um servidor sem fins lucrativos.
Universidad Politécnica de Valencia (PoliPapers)	Con A de animación	Linguística, Letras e Artes	O autor pode arquivar a versão/PDF do editor, estando sujeito às restrições abaixo: Restrições: 2 anos de embargos Condições gerais: Tem de ser utilizada a versão/PDF do editor; no sítio Web do autor ou repositório institucional; licença <i>Creative Commons</i> Atribuição -Não Comercial -Não a Obras Derivadas.
Universidad Politécnica de Valencia (PoliPapers)	- 12 month Embargo	Outros	O autor pode arquivar a versão/PDF do editor, estando sujeito às restrições abaixo: Restrições: 12 meses de embargo. Condições gerais: Tem de ser utilizada a versão/PDF do editor; no sítio Web do autor ou repositório institucional; licença <i>Creative Commons</i> Atribuição -Não Comercial -Não a Obras Derivadas
Universidad Politécnica de Valencia (PoliPapers)	WPOM- Working Papers on Operations Management	Ciências Sociais Aplicadas	No sítio Web do autor ou repositório institucional. <i>Creative Commons</i> Attribution License A versão/PDF do editor pode ser utilizada.
Universitat de Valencia	- <i>Creative Commons</i> Attribution	Outros	Em repositórios de acesso aberto <i>Creative Commons</i> Attribution License. Num servidor sem fins lucrativos. Tem de ser mencionada a fonte de publicação. A versão/PDF do editor pode ser utilizada.

Fonte: Dados oriundos do Sherpa (2019), elaborado pela autora, a partir dos dados do Anexo C.

Essas políticas editoriais são parte de um acordo de transferência de direitos patrimoniais, no qual o autor cede seus direitos patrimoniais a editoras e ambos estabelecem uma relação contratual (EBOLI, 2006). Daí se depreende que esta relação é sempre desigual, em que a editora impõe suas regras nos contratos e os autores as seguem se quiserem publicar, o que equivale, na literatura jurídica, aos denominados contratos de adesão¹⁰ (COELHO, 2011).

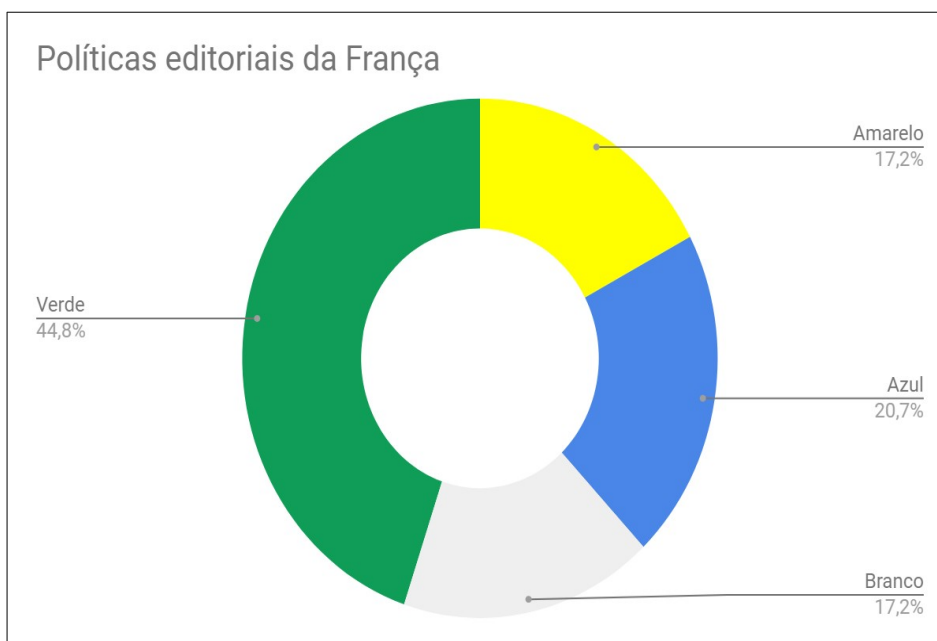
As próximas políticas a serem analisadas são as da França e abrangem apenas 50 editoras.

6.1.3 Políticas editoriais na França

As políticas editoriais para depósito de artigos pelos autores na França, país com menor quantidade de editoras cadastradas no Sherpa/Romeo, totalizando 50, as quais estão vinculadas, majoritariamente, a institutos e associações de pesquisa e universidades, além de poucas editoras comerciais.

No gráfico 8, a seguir, podemos perceber que as políticas editoriais para depósito de autores são majoritariamente para preprints e postprints (cor verde, com quase 45%).

¹⁰ Contratos de adesão são aqueles contratos prontos ou em formulários padronizado aplicado a um número indefinido de pessoas.

Gráfico 8 - Políticas editoriais na França.

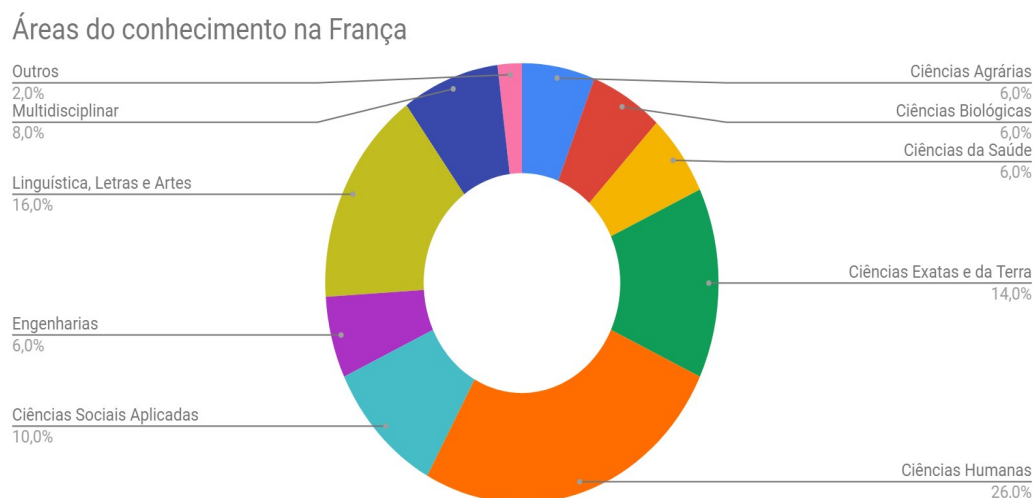
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Anexo D.

Por outro lado, podemos notar que as outras políticas, somente para preprint (cor amarela) ou somente postprint (cor azul) e as restritivas de depósito (cor branca) estão percentualmente equilibradas entre 17% a 20%, cada uma.

Quanto às políticas editoriais especiais da França no Sherpa/Romeo há uma forte tendência aos modelos de acesso aberto dourado, pois a quantidade de políticas especiais que dispõe de taxas de pagamento para autores (APCs) é bastante alta.

Em termos de áreas do conhecimento prevalecem nos resultados as áreas de Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes, como nas análises anteriores de Portugal e Espanha. Como era de se esperar. são numerosos os periódicos da área de Filosofia pela tradição francesa no campo.

Gráfico 9 - Políticas editoriais na França, por área do conhecimento.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Anexo D.

O expressivo percentual das Ciências Exatas e da Terra é um resultado compatível com os avanços da Física na França, o que pode ser visualizado nitidamente no gráfico 9. Passamos no próximo item a análise dos dados do Reino Unido

6.1.4 Políticas editoriais no Reino Unido

O Reino Unido, entre os países estudados, foi o que reuniu maior quantidade de editoras no diretório Sherpa/Romeo, no total de 313 editoras. Foi também aquele cujas políticas editoriais apresentam forte tendência para o cercamento (Ormay, 2018), mesmo quando os periódicos são de acesso aberto. Essa tendência pode ser verificada em quatro circunstâncias:

- a) quando o autor paga taxas para que o seu artigo publicado tenha acesso aberto, o que ocorre na verdade é que algumas instituições de pesquisa assumem este custo (sub-rogação);
- b) quando as editoras com fins lucrativos comercializam pacotes de assinaturas para bibliotecas universitárias ou instituições de pesquisa;
- c) no caso de compartilhamento de edição que acontece quando uma associação científica cede seus direitos de publicação para uma editora comercial, o que modifica a relação jurídica entre autores, editoras, instituições e usuários, aumentando os custos de acesso à informação

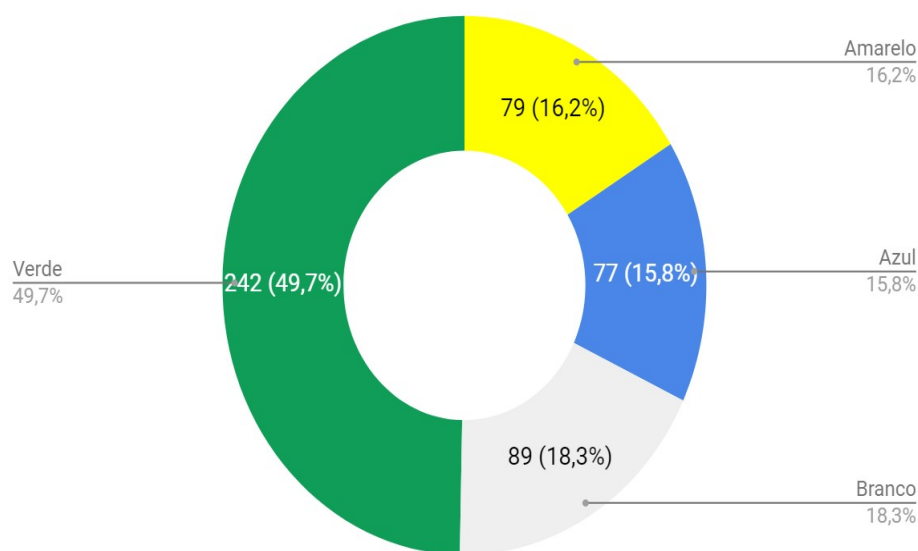
científica; e

- d) quando uma grande quantidade de políticas especiais possibilitam o compartilhamento de preprint e postprint (cor verde), em contraponto ao acesso um pouco mais restrito (cores branco, azul e amarelo).

Conforme podemos observar no gráfico 10, nas políticas editoriais no Reino Unido, tal como aconteceu nos países anteriormente pesquisados, prevalecem as políticas de depósito preprint/postprint (cor verde) e postprint (cor azul). Esta situação demonstra a tendência para o acesso aberto na via verde, conforme ressaltado por Mounier (2018). Sobre os dados gerais das políticas editoriais do Reino Unido, podem visualizados no gráfico 10, a seguir:

Gráfico 10 - Políticas editoriais no Reino Unido.

Políticas editoriais no Reino Unido



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Anexo E.

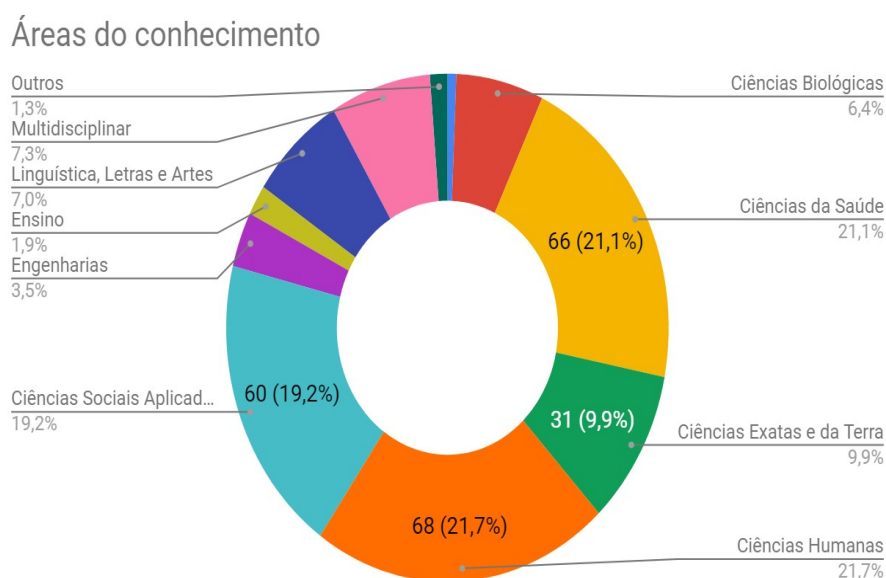
Conforme podemos observar, os resultados se assemelham bastante aos da França, uma vez que o percentual de maior incidência é o relativo preprint/postprint (cor verde) e os três demais são distribuídos de forma equilibrada: 15,8% para os depósitos postprint (cor azul), 16,2% para os depósitos preprint (cor amarela) e 15,8% para os depósitos com restrição de compartilhamento (cor branca).

Quanto às áreas do conhecimento, no Reino Unido percebemos que as

Ciências Humanas, Ciências da Saúde, seguida das Ciências Sociais Aplicadas, dominam o cenário de áreas no país e juntas somam um percentual de 62% do total de editoras cadastradas no Sherpa/Romeo.

Um dado distinto dos anteriores é a presença das Ciências da Saúde em alto percentual (21,1%), em equivalência com as áreas de Ciências Humanas (21,7%) e Sociais Aplicadas (19,2). Conforme o próximo gráfico 11.

Gráfico 11 - Políticas editoriais no Reino Unido, por área do conhecimento.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Anexo E.

Esses dados para as Ciências Humanas se relacionam com dados de estudos comparados em saúde da Universidade de Brasília (UnB)¹¹, em que o Reino Unido é uma região onde mais se investe em saúde no mundo e que tem um sistema muito avançado, o *NHS - National Health System*, modelo de sistema de saúde para muitos países, inclusive o Brasil; o gasto em saúde no Reino Unido, em dólares, por habitantes, em 2018 foi de \$ 4.264 e as despesas totais em saúde (PIB em 2014) foram de 9,1% .

Os dados de publicações no Reino Unido também se coadunam com o fato de que as grandes editoras comerciais têm escritórios lá, ou lá surgiram, como a Taylor & Francis.

11 Fonte: <<http://nesp.unb.br/estudoscomparados/inglaterra/>>

Ao ser encerrada a análise no Sherpa/Romeo, passamos a análise do Diadorim.

6.2 DIRETÓRIO BRASILEIRO DIADORIM

O Diretório brasileiro Diadorim é um:

[...] serviço para auxiliar na gestão dos direitos autorais nos repositórios institucionais. O Diadorim é um serviço desenvolvido e mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O serviço representa mais um dos serviços mantidos pelo IBICT para a promoção do Acesso Aberto à informação científica (DIADORIM, 2012, p. 1).

Portanto, é um diretório de informações de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras sobre o armazenamento dos artigos das revistas científicas brasileiras em repositórios institucionais de acesso aberto.

É um serviço que responde à necessidade de reunir políticas editoriais em direitos autorais, tanto para os autores, editoras das revistas, quanto para gestores de repositórios institucionais. Está disponível na internet no endereço <<http://diadorim.ibict.br/>>. A seguir, a página inicial do Diadorim, na figura 17:

Figura 17 - Página inicial do Diadorim.



Fonte: Diadorim, 2019.

É oportuno ressaltar que o repositório brasileiro Diadorim apresenta vantagem sobre o Sherpa/Romeo de registro por grandes áreas, o que permite numa primeira análise, já trazer os quantitativos e a possibilidade de pesquisa dos periódicos e editoras nessas categorias. Refere-se às áreas do conhecimento cobertas pelo Diadorim e que tanto incluem o que no CNPq é denominado grandes áreas como, por exemplo, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e da Terra, dentre outras, como Linguística, Letras e Artes.

Na categoria de outros, na qual estão incluídas revistas que assim foram classificadas pelos seus próprios gestores, como nas categorias Ensino e Multidisciplinar, assim registradas, o resultado é apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 – Editores no Diadorim, por área do conhecimento.

Área do conhecimento	Periódicos
Ciências Humanas	716
Ciências Sociais Aplicadas	602
Linguística, Letras e Artes	285
Ciências da Saúde	207
Outros	166
Ciências Exatas e da Terra	129
Ciências Biológicas	114
Ciências Agrárias	98
Engenharias	92

Ensino*	1
Multidisciplinar*	1
TOTAL	2441

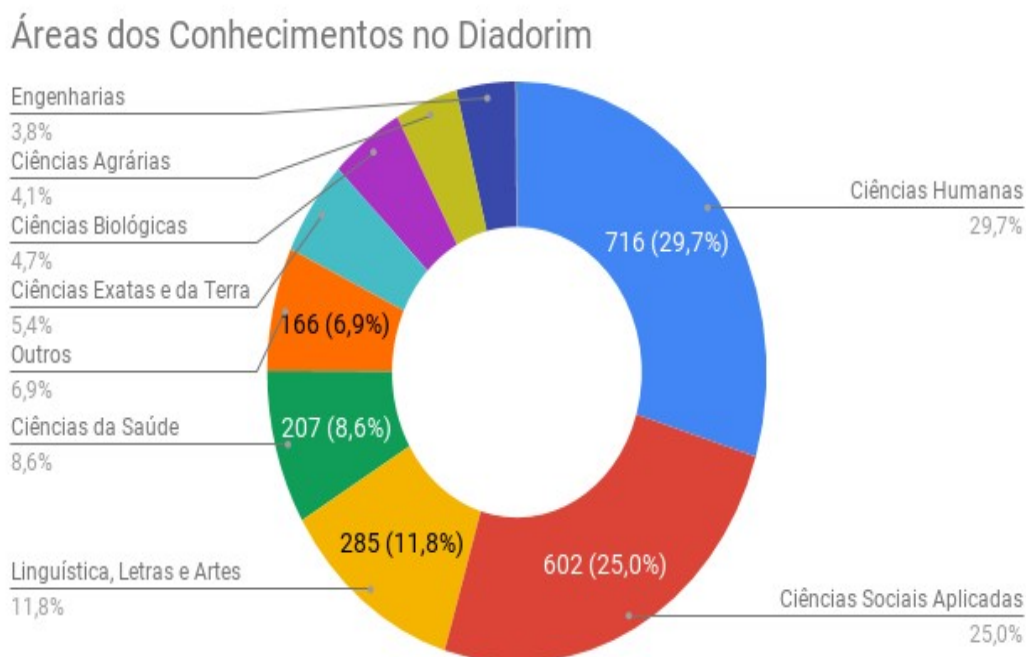
Fonte: Diadorim, 2019.

* Categorias não incluídas no gráfico 12.

É necessário explicitar que uma revista pode aparecer, simultaneamente, em duas ou mais grandes áreas ou áreas do conhecimento, conforme registradas. Por outro lado, as categorias Ensino e Multidisciplinar, que reúnem duas revistas apenas, uma em cada área, não foram consideradas no gráfico.

Em termos de percentuais, estes podem ser visualizados no gráfico 12, no qual fica claro a predominância das Ciências Humanas (29,7%), seguida pelas Ciências Sociais Aplicadas (25%).

Gráfico 12 – Áreas dos conhecimentos no Diadorim.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados constante no Anexo F.

Estes resultados causam um estranhamento, uma vez que as Ciências

Humanas, não somente publicam mais livros do que periódicos, como por exemplo na literatura sobre produtividade na área de História. Como podemos inferir da citação abaixo de Gauz (2011):

Até o presente, vimos o processo da Comunicação Científica em seu ambiente mais frequente, o das Ciências Naturais. Analisamos o periódico científico como instrumento principal da disseminação da informação ao longo dos séculos. Observamos como o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica alterou o cenário da produção científica (um caminho sem volta, ao que tudo indica), assim como a questão das duas culturas, das Ciências Naturais e Humanas, mas como essas etapas da presente pesquisa irão se somar aos objetivos propostos de analisar o fluxo de informação e uso de coleção por historiadores, cientistas da área de Humanidades, os quais atribuem ao livro maior importância? (GAUZ, 2011)".

Outra análise refere-se à disponibilidade para depósito, adotando a mesma divisão de cores do Sherpa/Romeo, esta classificação por cores independe do periódico ser de acesso aberto, acesso aberto após embargos temporais ou acesso restrito.

É necessário esclarecer, que a disponibilidade para depósito de artigos científicos pelo autor-pesquisador em repositórios digitais, páginas pessoais, redes sociais, portais, dentre outros, é balizada por essas políticas editoriais. No entanto, há muitas variações de acesso e compartilhamento em uma determinada cor. Na Tabela 2 podemos visualizar na classificação por cores, a disponibilidade para depósito pelo autor:

Tabela 2 - Disponibilidade para depósito, distribuída por política editorial.

Cores	Total	Disponibilidade para depósito	Quantidade
Azul	1045	Permite o depósito da versão postprint de um artigo	1045
Verde	667	Permite o depósito das versões preprint e postprint de um artigo	667
Amarela	43	Permite o depósito da versão preprint de um artigo	42
		Permite o armazenamento da versão preprint	1
Branca	20	Apresenta restrições para o depósito das versões preprint e postprint de um artigo	11
		Não permite o armazenamento em nenhum caso.	9
TOTAL DE PERIÓDICOS			1775

Fonte: Diadorim, 2019.

Antes da análise propriamente dita, é necessário esclarecer o que é considerado preprint e postprint no Diadorim. No primeiro caso, refere-se ao “texto em forma digital de um documento que ainda não foi revisado por pares (*peer-reviewed*) e que foi aceito para publicação por uma revista”, portanto, sem as correções dos avaliadores (DIADORIM, 2012, p. 12). No segundo caso, o postprint:

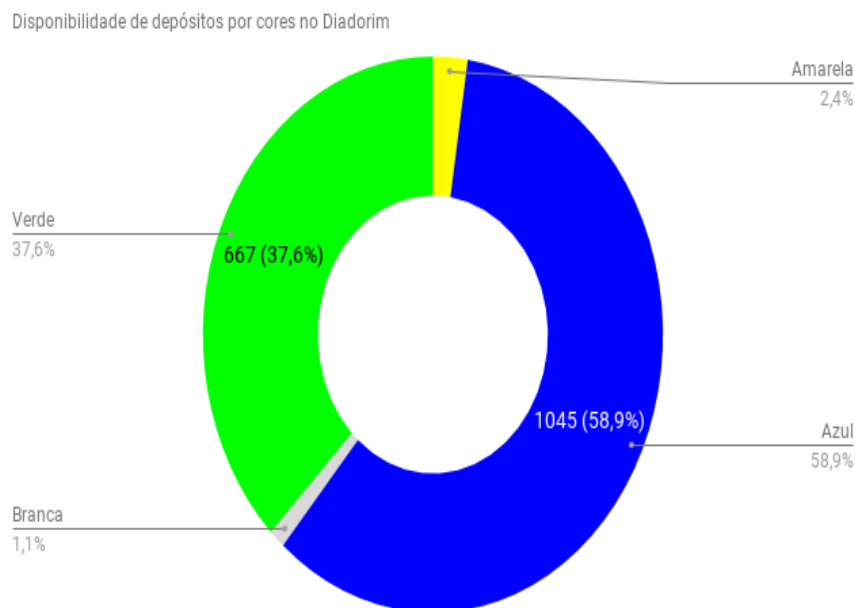
É o texto em forma digital, de um artigo que foi revisado pelos pares (*peer-reviewed*) e aceito para publicação por uma revista. Isso inclui:

- a) A versão final do artigo do autor, revisada pelos pares, e aceito para publicação;
- b) A versão editada pelo editor, versão preparada para publicação, possivelmente em PDF;
- c) Alguma posterior versão final, revisada, atualizada e corrigida, pelo autor, após a revisão por pares” (DIADORIM, 2012, p. 12).

A diferença entre o Diadorim e Sherpa/Romeu é que o repositório brasileiro considera postprint todo o artigo revisado pelos pares, aceito para publicação e ainda não publicado efetivamente. E para o Sherpa/Romeu, todo e qualquer artigo revisado pelos pares e ainda não publicado é considerado preprint. A questão fundamental, aqui, é a revisão pelos pares.

Ainda analisando a tabela 2, é constatada a predominância, no Diadorim, de políticas para depósitos de artigos científicos na versão postprint – cor azul, com o percentual de 58,9%, ou seja, mais da metade de todas as editoras constantes no Diadorim.

No caso de permissão dupla, isto é, tanto para postprint, quanto para preprint, a cor adotada é verde, com o percentual de 37,6%, como podemos constatar no gráfico 13, que reproduz a tabela 2 em cores.

Gráfico 13 – Políticas editoriais no Diadorim.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados - Anexo F.

A cor azul, como já esclarecido, representa o depósito somente na versão postprint, excluindo as outras possibilidades, o que permite ao autor-pesquisador depositar em portais a versão do editor e/ou após a publicação. Esta política aumenta a visibilidade e abre perspectivas para possíveis citações desses periódicos e de seus respectivos artigos.

Neste momento, é importante retomar os conceitos de via dourada e via verde estudados na literatura, embora não adotados nos diretórios Diadorim e Sherpa/Romeo, conforme explicitado no capítulo 5. Sobre essa questão, na via verde há abertura total para a autopublicação, depósito em repositórios institucionais e compartilhamento da publicação, independentemente de ser preprint ou postprint.

Por outro lado, a via dourada é conhecida por ser aquela que, embora permita acesso aberto, o autor arca com parte ou o total dos custos dos direitos autorais para que o artigo então seja publicado em acesso aberto, isto é, para que o público possa acessá-lo sem qualquer ônus financeiro. Alguns autores chamam tal modelo de híbrido (WEITZEL, 2019; CASTRO, 2018).

O que percebemos é que o acesso aberto predominante no Diadorim,

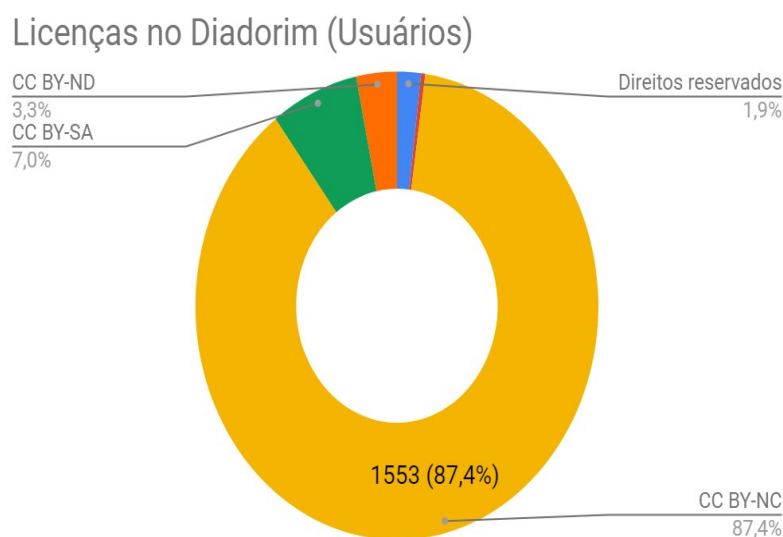
representado primeiramente pela cor azul e em segundo lugar, representado pela cor verde são substancialmente abertos para o compartilhamento de informações.

As outras possibilidades de acesso são duas, representadas nas cores amarelo e branca, sendo a primeira relativa à possibilidade de depósito de artigos em sua versão preprint, e a branca não permite nenhum tipo de depósito, seja preprint ou postprint e, ainda, quando apresenta embargos temporais aos usuários, ou seja, o acesso é pago por determinado período de tempo.

Notamos que as representações de cor branca correspondem a somente 20 editoras no Diadorim, perfazendo 1,1% do total. Destacamos que das revistas cadastradas no Diadorim somente as de cor branca, de acordo com o gráfico 13 e tabela 2 imediatamente anteriores, têm embargos temporais (com 11 editoras) e 9 revistas não permitem nenhum tipo de depósito.

No próximo gráfico pode ser visto que as licenças que permitem a distribuição dos artigos para fins não comerciais, representam a maioria das licenças no Diretório Diadorim e que as revistas utilizam predominantemente as licenças *Creative Commons*, conforme descrito no capítulo 3 e representadas no gráfico 14 a seguir:

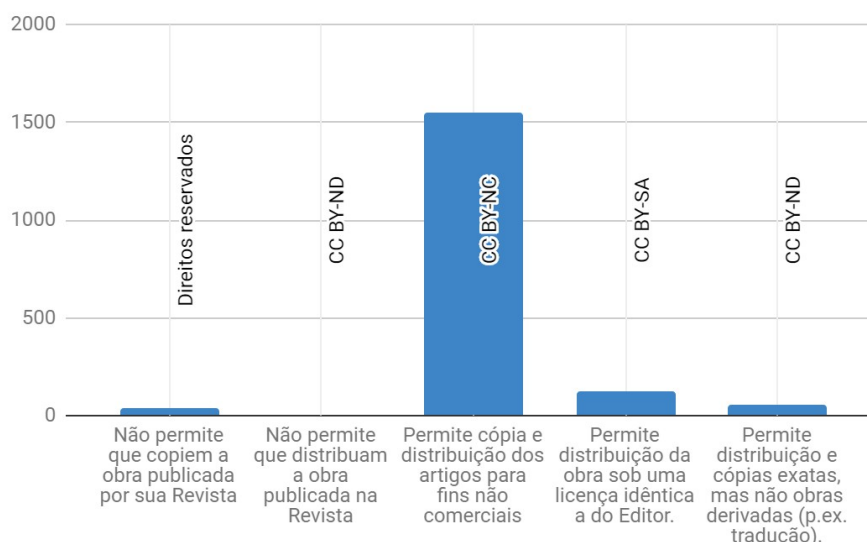
Gráfico 14 - Licenças no Diadorim.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados - Anexo F.

Podemos perceber que as licenças referentes aos direitos reservados são minoria no diretório brasileiro. Convém frisar que, embora a explicitação conste no capítulo 3, foi elaborado um gráfico específico (gráfico 15) para expor os significados das licenças e os respectivos dados quantitativos sobre as licenças que as editoras cadastradas no Diadorim atribuem aos seus periódicos.

Gráfico 15 - Licenças no Diadorim II.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados - Anexo F.

Para finalizar, apresentamos a análise de revistas cadastradas no repositório de políticas editoriais brasileiro. O Diadorim muito reflete sobre como o Brasil lida com questões relativas aos direitos autorais na ciência. Percebemos, principalmente, que o Estado é de fato o grande financiador da ciência no Brasil e que o país, por meio da maioria das editoras científicas, está comprometido com a abertura dos direitos autorais. Esta questão traz à baila a função social dos direitos autorais como parte da ciência, uma vez que os periódicos já nascem com o objetivo básico de disseminar a produção de cientistas aos seus pares — Comunicação Científica.

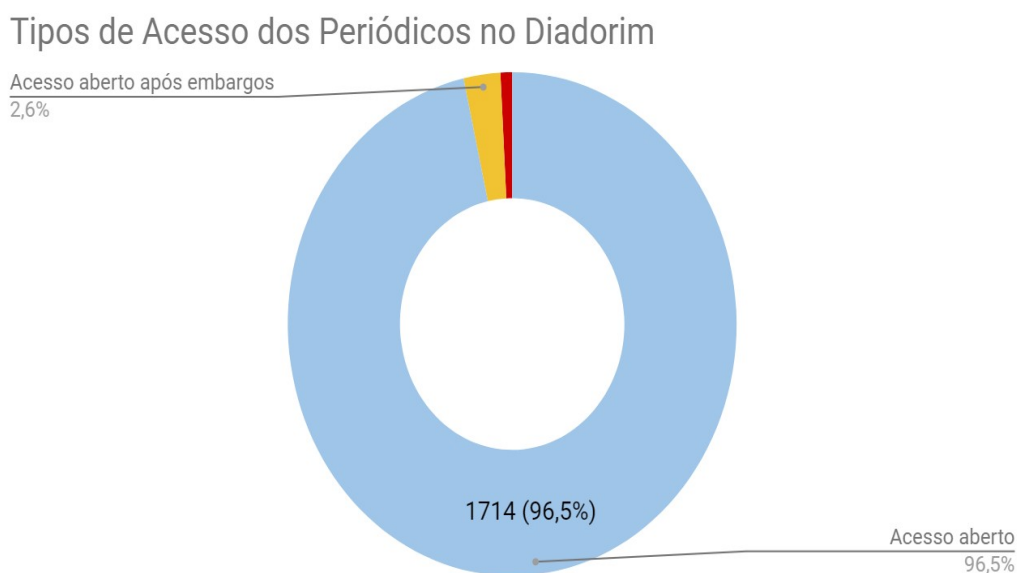
Segundo os dados coletados no diretório Diadorim (2019), o objetivo principal das editoras brasileiras não é gerar lucros, até porque não são, em sua maioria, editoras comerciais; daí sua preocupação em transmitir informações científicas. As universidades brasileiras públicas e as sociedades científicas

publicam periódicos e figuram como as principais impulsionadoras desse processo de disseminação científica.

No entanto, percebemos que muitas empresas que não necessariamente têm como atividade principal o fazer científico, isto é, não estão ligadas diretamente à ciência, também criam periódicos com, talvez, possível interesse em marketing, e disponibilizam tal material em acesso aberto.

O percentual de acesso restrito é de apenas 0,8% (15 periódicos) do total do diretório Diadorim e de 2,6% de acesso após embargos temporais (47 periódicos). O restante se apresenta como acesso aberto, com um total de 96,5% (1714 periódicos). Estes quantitativos podem ser melhor visualizados no próximo gráfico 16:

Gráfico 16 - Tipos de Acesso dos Periódicos no Diadorim.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados constante no Anexo F.

É preciso esclarecer que esta classificação de periódico aberto ou não, é atribuída pelas editoras no momento do cadastro, o que pode gerar certa confusão se quem cadastrou não tiver a noção exata do conceito de acesso aberto, conforme os critérios estabelecidos pelo diretório Diadorim.

O acesso restrito, (classificação de cor branca), e a licença restritiva em *Creative Commons*, são categorias independentes e correspondem às formas mais

restritivas de acesso, depósito e compartilhamento. Ao cruzar os dados pode-se constatar que a maioria dos periódicos de disponibilidade depósito restrito (cor branca) é composta pelas mesmas revistas de acesso restrito. Outra observação é que algumas revistas de classificação na cor verde são de acesso restrito e que embora a revista permita o depósito de preprint e postprint o acesso a essas revistas é pago. Porém se o acesso for efetivado por outros meios (repositórios digitais, páginas pessoais, redes sociais, portais, dentre outros) significa que a função social dos direitos autorais estará sendo devidamente cumprida, respeitando a política editorial dessas editoras. Conforme podemos constatar nos dados na Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Periódicos no Diadorim classificados na cor branca.

Revista	Editora	Disponibilidade para depósito	Tipos de Acesso	Licença de Conteúdo
Caminhos de Geografia	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Branca	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Evocati Revista	Evocati	Branca	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Branca	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Caligrama: Revista de Estudos Românicos	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Branca	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Latin American Journal of Management for Sustainable Development	Inderscience Publishers	Branca	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Nuntius Antiquus	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Branca	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Revele: Revista Virtual dos Estudantes de Letras	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Branca	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Revista do Centro de Estudos Portugueses	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Branca	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Revista de	Universidade do	Branca	Acesso	Não permite que

Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	Estado do Rio de Janeiro (UERJ)		Aberto	copiem a obra publicada por sua Revista.
Aletria: Revista de Estudos de Literatura	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Branca	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Áskesis - Revista dxs discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Branca	Acesso Aberto	Permite distribuição da obra sob uma licença idêntica a do Editor.
Revista Brasileira de Ciências Criminais	Editora Revista dos Tribunais	Branca	Acesso Restrito	Não permite que distribuam a obra publicada por sua Revista.
MOVIMENTO- Revista de Educação	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Branca	Acesso Aberto	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Letras	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Branca	Acesso Aberto	Permite distribuição e cópias exatas, mas não obras derivadas (p.ex. tradução).
Moda Palavra e- periódico	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Branca	Acesso Aberto	Não permite que copiem a obra publicada por sua Revista.
Revista de Estudos Criminais	Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (ITEC)	Branca	Acesso Restrito	Não permite que copiem a obra publicada por sua Revista.
Journal of Nursing and Health	Universidade Federal de Pelotas (UFPe)	Branca	Acesso Aberto	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Revista Sentidos da Cultura	Universidade do Estado do Pará (UFPA)	Branca	Acesso aberto após período de embargo	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Amazonian Journal of Plant Research	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Branca	Acesso Aberto	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
International Journal of Cardiovascular Sciences	Sociedade Brasileira de Cardiologia	Branca	Acesso Aberto	Permite distribuição da obra sob uma licença idêntica a do Editor.
Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Verde	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Revista Brasileira do Caribe	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Azul	Acesso Restrito	Não permite que copiem a obra publicada por sua

				Revista.
Leia Escola	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Verde	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Com a Palavra, o Professor	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	Verde	Acesso Restrito	Permite cópia e distribuição dos artigos para fins não comerciais.
Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR	Universidade Paranaense (UNIPAR)	Azul	Acesso Aberto	Não permite que distribuam a obra publicada por sua Revista.
Escritas: Revista do Colegiado de História do Câmpus de Araguaína	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Azul	Acesso Aberto	Não permite que distribuam a obra publicada por sua Revista.
Matraga	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Azul	Acesso Aberto	Não permite que distribuam a obra publicada por sua Revista.
Revista Brasileira de Ciências Criminais	Editora Revista dos Tribunais	Branca	Acesso Restrito	Não permite que distribuam a obra publicada por sua Revista.
Revista Vis	Universidade de Brasília (UnB)	Verde	Acesso Aberto	Não permite que distribuam a obra publicada por sua Revista.
Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR	Universidade Paranaense (UNIPAR)	Azul	Acesso Aberto	Não permite que distribuam a obra publicada por sua Revista.

Fonte: Elaboração própria, com dados do Diadorim (2019) – Anexo F.

Em termos de áreas de conhecimento, chama atenção que os periódicos de Literatura são, na maioria, de acesso restrito e não permitem o compartilhamento de seus artigos. Além disso, observando atentamente o Quadro 5, percebe-se que, em alguns casos, há conflitos entre a disponibilidade para depósito, tipos de acesso e licença de conteúdo.

Os resultados desta análise permitem comparar as diferenças entre os dois diretórios e aprofundar algumas questões analisadas neste capítulo, que farão parte das considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aspecto patrimonial dos direitos autorais é o fator que impulsiona os autores-pesquisadores a ficarem sujeitos a normas editoriais e contratuais impositivas das editoras, principalmente as que têm fins lucrativos. A propriedade intelectual se configura como um dos pilares do sistema capitalista, enquanto as editoras são donas dos meios de produção nesse sistema o que, por sua vez, impacta no fazer científico.

No Direito Autoral, quanto ao direito moral, há o exercício de um direito subjetivo e natural, uma vez que o seu objetivo é o da valorização do autor. No entanto, quanto ao aspecto material, este tem um elemento contratual, em que o pesquisador termina por realizar um trabalho gratuito para as editoras. E nos tais contratos de cessão de direitos, verifica-se que estes são abusivos ou leoninos, já que não preveem o pagamento de *royalties* das vendas dos artigos para os criadores, como ocorre nas grandes editoras comerciais.

Assim, o direito da propriedade intelectual é uma possibilidade de exercê-lo e requerê-lo de forma exclusiva e isso gera um desequilíbrio social em relação ao que é considerado relevante socialmente, a disseminação das publicações científicas. Contraditório a isso, grande parte das pesquisas científicas são produzidas em universidades ou institutos de pesquisas governamentais com recursos públicos.

O que costuma ocorrer é que para que o próprio criador e a sociedade como um todo tenham acesso à criação, subsidiada com fundos públicos, o Estado terá que pagar novamente pela pesquisa, sob a forma de assinaturas e licenças de uso de periódicos e/ou artigos científicos, o que no mínimo é um duplo pagamento.

O obstáculo existente entre a propriedade intelectual e a sua função social está no aspecto econômico. De fato, a função social da propriedade intelectual nas comunicações científicas só é exercida quando se tem a publicação em acesso aberto ou livre, bem como em plataformas criadas por institutos de pesquisas e universidades, no caso do Brasil, ou quando os próprios autores disponibilizam suas pesquisas e publicações de modo autônomo. A diferença do

modelo tradicional é que isso não gera visibilidade necessária para disseminação e às vezes carece de legitimidade perante a comunidade científica.

Há possíveis caminhos para que o cumprimento da função social dos direitos autorais tenha cumprimento e, no caso do fazer científico, destacamos como principal o equilíbrio dos interesses individuais (autores-pesquisadores/editoras) e dos interesses coletivos (sociedade).

Os diretórios analisados, Sherpa/Romeo e Diadorim, de um modo geral reúnem as políticas de acesso aberto, embora incluam políticas de editoras comerciais, restritivas. A escolha do Diadorim se deveu por ser um diretório brasileiro a eleição dos países analisados no Sherpa/Romeo por laços históricos, culturais e institucionais com o Brasil, mas também pela quantidade, abrangência e potencial de investigação desses dados.

Entretanto, há que se dizer que tais diretórios não representam a totalidade de políticas editoriais existentes, o que seria interessante para se obter um diagnóstico preciso sobre as políticas editoriais mundiais. Por questões de limites de tempo e amplitude de uma pesquisa de dissertação decidimos focar nos diretórios existentes.

A comunicação científica e o acesso aberto à informação científica são elos de uma mesma corrente, a disseminação da informação. Os direitos autorais perpassam esses elos e são indissociáveis pela própria natureza social da ciência. As editoras desempenham um papel central de reunir, distribuir e possibilitar o acesso a esses bens da informação e aí começam as questões, no entrelaço de interesses coletivos e privados.

Podemos afirmar, a partir dos resultados da pesquisa, que os direitos autorais no Brasil e nos países estrangeiros pesquisados (Portugal, Espanha, França e Reino Unido) estão exercendo, em parte, sua função social por possibilitarem, de maneira geral, o acesso aberto. No entanto, é necessário expor que esse acesso aberto, tão necessário à ciência, está sofrendo revezes de ordem econômica em modelos híbridos de apropriação e novos cercamentos, alterando substancialmente suas características anteriormente pensadas.

Na verdade, percebe-se uma abertura crescente na Europa, em que os procedimentos e processos utilizados pelas editoras comerciais tendem a viabilizar o acesso aberto híbrido ou a via dourada, enquanto as editoras sem fins lucrativos tendem a disponibilizar as publicações científicas por acesso aberto total pela via verde.

Há especificidades de acordo com cada país pesquisado, sendo o Brasil o país que toma a frente, tanto nas editoras científicas sem fins lucrativos, como no acesso aberto para postprints e preprint/postprint, resultado muito próximo do que ocorre na Espanha.

Já em Portugal, o acesso aberto de postprint predomina, além de altos índices de políticas restritivas de compartilhamento e depósito de artigos, enquanto na França e no Reino Unido há predominância das políticas de compartilhamento total em via verde, mas em contrapartida as políticas especiais são restritivas (maioria cor branca) e de via dourada. Deve ser considerado, em uma perspectiva geral, que no Reino Unido há muitas editoras comerciais, situação diferente dos outros países.

A análise por área de conhecimento identificou que, de maneira ampla, as Ciências Humanas dominam as publicações em todos os países, o que contraria a literatura sobre Comunicação Científica, na qual, conforme citado no decorrer da pesquisa, autores destacam maior resistência de cientistas das Humanidades em aderir aos processos eletrônicos, até porque tem a tradição de publicar em livros e não em periódicos científicos.

Quanto à análise dos diretórios, no Diadorim, em relação aos dados do Brasil, percebemos maior detalhamento e organização de dados para análise de periódicos, e que suas possibilidades de recuperação da informação abrangem aspectos que no Sherpa/Romeo não estão padronizados, como tipos de acesso aberto, licenças e área do conhecimento.

O Sherpa/Romeo, apesar de abrigar dados sobre as políticas editoriais brasileiras, tais dados são, naturalmente, em número muito menor (69 editoras) do que os dados do Diadorim, com 607 editoras. Por outro lado, o Sherpa/Romeo

contém maior quantidade de informações não sistematizadas, mas de grande potencial para análise.

Sabe-se que há um movimento internacional para o acesso aberto, mas pergunta-se, quais os interesses envolvidos nesse cenário? Essa tendência foi mostrada nos resultados desta pesquisa e está presente tanto nos países periféricos como também dos centrais, levando-se em consideração as especificidades de cada caso.

Há, em paralelo a este processo de abertura digital das publicações pela via legal-contratual, por meio da disposição expressa de contratos de cessões (com declaração unilateral das editoras e a adesão dos autores a essas políticas no momento do aceite) de políticas de autoarquivamento ou depósito em repositórios de acesso aberto, bem como a distribuição de artigos científicos por outros meios disponíveis. São os acessos considerados ilegais por meios digitais em portais como *Sci-Hub*, *LibGen*, e autoarquivamento em redes sociais de grupos empresariais, os quais são ambientes digitais amplamente acessados por pesquisadores-autores em busca de artigos científicos, independentemente de estarem ou não com os direitos autorais reservados.

No entanto, muitas universidades brasileiras e estrangeiras apoiam repositórios institucionais, já que constituem importantes ações para manutenção do controle de suas pesquisas. As bibliotecas costumam seguir na mesma direção e enfrentam um desafio importante em termos de financiamento e uso, como consequência da mudança de um sistema baseado em assinatura para um modelo de “*article processing charge (APC)*”.

Por fim, esta pesquisa traça um panorama limitado no tempo e espaço sobre políticas editoriais e direitos autorais na comunicação científica, especificamente sobre acesso aberto à informação científica, e outras pesquisas sobre esta temática são necessárias para ampliar e aprofundar as questões abordadas nesta dissertação e tornar mais completo o panorama apresentado.

REFERÊNCIAS

ACORDO TRIPS. Anexo 1C do Acordo de Marrakesh, que estabelece a Organização Mundial do Comércio, assinado em Marrakesh, Marrocos, em 15 de abril de 1994. Disponível em: https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/27-trips_01_e.htm . Acesso em 30 jul. 2016.

ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Abdo (Org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20%285%29.pdf . Acesso em 28 maio 2019.

AMARO, B. Bibliotecas, repositórios institucionais e direitos autorais. **Cadernos BAD**, 2016, n. 2, jul-dez, p. 265-274. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1604> . Acesso em: dez. 2018.

AMARO, B; CARVALHO, M. C. R. ; SHINTAKU, M. ; COSTA, M. P. ; ASSIS, T. B. **Iniciativas do Ibict para a visibilidade da ciência brasileira**. 2012. (Outro).

BOHANNON, J. **Who's downloading pirated papers? Everyone**: In rich and poor countries, researchers turn to the Sci-Hub website. abr. 2016. Disponível em: <https://www.sciencemag.org/news/2016/04/whos-downloading-pirated-papers-everyone>. Acesso em: 29 de abril 2019.

BOSI, M. Digital Rights Management Systems. In: ZENG, W.; YU, H. H.; LIN, C.-Y. **Multimedia security technologies for digital rights management**. Amsterdam, Boston: Academic Press, 2006.

BOURDIEU, P. **Usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em 30 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em 30 jun. 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza, consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l9610.htm>. Acesso em 30 jun. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado no 387, de 2018**. 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101006>. Acesso em 09 jan. 2018.

BRECHT, B. Vida de Galileu. In: BRECHT, Bertolt. **Teatro completo em 12 volumes**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. p. 51-170. (Coleção Teatro, v. 12).

BUDAPEST Open Access Initiative. Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess>. Acesso em 13 abr. 2018.

CASTRO, F. G. Editoras vão à Justiça para obrigar Research Gate a apagar milhões de artigos. In: **Direto da ciência: análise, opinião e jornalismo investigativo**. 2018. <http://www.diretodaciencia.com/2018/10/22/editoras-vaio-a-justica-para-obrigar-researchgate-a-apagar-milhoes-de-artigos/>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CEOLIN, Guilherme Bordignon. Dossiê Deviante: Publicação Científica e suas Editoras. 2016. Disponível em: <https://www.deviante.com.br/noticias/ciencia/dossie-deviante-publicacao-cientifica-e-suas-editoras/>. Acesso em: mar. 2019.

CHALHUB, T.; PINHEIRO, L. V. R. Publicações em acesso livre: tendências entre pesquisadores de universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. In: XII ENANCIB: POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE, **Anais...** 2011. Brasília, 2011. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/enancibXII/paper/view/916> . Acesso em: 20 fev 2017.

COELHO, F. U. **Curso de Direito Civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COMPARATO, F. K. **Direito Empresarial**: estudos e pareceres. São Paulo, 1990.

CONVENÇÃO de Berna. **Decreto nº 75.699, de 06.05.75**. Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, Revista em 97 Paris, a 24 de julho de 1971. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/decreto-75699.pdf>. Acesso em 30 jul. 2016.

CONVENÇÃO de Roma. **Convenção internacional para proteção aos artistas intérpretes ou executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão**. Disponível em: <https://www.abramus.org.br/musica/1385/convencao-de-roma/>. Acesso em 30 jul. 2016.

CORREIA, T. B. Direito autoral na sociedade da informação. Impactos da tecnologia digital sobre a proteção ao autor. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 16, n. 2928, 8 jul. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19508>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

COSTA, S. M. S. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. In: **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador, Brasília:UFBA,IBICT, 2006. p.165-183

CREATIVE Commons. **Sobre as licenças**. 2018. Disponível em: <https://br.Creative Commons.org/licencas/>. Acesso em: 28 nov. 2018.

DANTAS, M. **Trabalho com Informação**: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital. Rio de Janeiro: CFCH. 2012.

DANTAS, M. Trabalho material sógnico e mais-valia 2.0 nas condições do capital-informação. In: SIERRA CABALLERO, Franco (org.). **Capitalismo cognitivo y economía social del conocimiento**. Quito: Ediciones Ciespal, 2016. p. 58-112.

DIADORIM. **Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras**. 2018. Disponível em: <http://diadorim.ibict.br/>. Acesso em jan.-maio 2018.

DIADORIM. **Documento de apoio**. Brasília, 2012. Disponível em: http://diadorim.ibict.br/about/docs/documento_apoio_servico_diadorim.pdf. Acesso em 08 fev. 2019.

DUARTE, E. C. de V. G.; PEREIRA, E. C. P. (Org.). **Direito Autoral: perguntas e respostas**. Curitiba: UFPR, 2009.

EBOLI, J. C. de C. **Pequeno Mosaico do Direito Autoral**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2006.

GAMA, G. C. N. da (Org.). **Função Social no Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2007.

GAUZ, V. **História e Historiadores de Brasil Colonial, uso de livros raros digitalizados na Comunicação Científica e a produção do conhecimento, 1995-2009**. Rio de Janeiro, 2011. 249 f. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 18 maio 2019.

IBICT. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Brasília: IBICT, 2005.

KURAMOTO, H. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 155-158, 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/277/181>. Acesso em: 11 jul. 2016.

LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S.; MONGEON, P. The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. **PLoS ONE**, v. 10, n. 6, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LESSIG, Lawrence. **Cultura Livre: como a mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade**. Creative Commons, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/10d.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2015.

LOT JÚNIOR, Rafael Angelo. **Função social da propriedade intelectual: o patrimonialismo autoralista em contraste com o direito de acesso à cultura**. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2009. Orientação: Prof. Dr. Francisco Humberto Cunha Filho. 106 f.

MAZZUCATO, M. **The entrepreneurial state**. London: Demos, 2011.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MELLO, G. **Economia da Cultura: desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 36, mar. 2012, p. 429- 473.

MIRANDA, M. L. C. **Organização e representação do conhecimento: fundamentos teórico-metodológicos na busca e recuperação da informação em ambientes**. Rio de Janeiro. 2005. 354 f. Orientadora: Rosali Fernandez de Souza. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2005.

MOUNIER, P. Em direção ao acesso aberto universal? Por que precisamos de bibliodiversidade em vez de uma “bala de prata”. **SciELO em Perspectiva**, 2018. Disponível

em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/08/14/em-direcao-ao-acesso-aberto-universal-por-que-precisamos-de-bibliodiversidade-em-vez-de-uma-bala-de-prata/> . Acesso em 21 abr. 2019.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/826/668> Acesso em: 07 jul. 2016.

OLIVEIRA, J. N. **Acesso livre e direito de autor: a comunicação científica eletrônica da Ciência da Informação no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, 2013. 341 f. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

ORMAY, Larissa S. **Propriedade intelectual e renda no capital-informação**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018.

ORTELLADO, P. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**, v.4, n.2, p. 186-195, 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/268/168>. Acesso em: 11 jul. 2016.

PINHEIRO, L. V. R. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 8, n. 2, jun. 2014. ISSN 1981-6278. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/629>>. Acesso em: 19 maio 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.3395/reciis.v8i2.629>.

PINHEIRO, L. V. R. Itinerários filosóficos da Ciência da Informação no Brasil: o pioneirismo do IBICT e a propagação das ideias. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 3, 2017.

PINHEIRO, L. V. R. O desafio da formação profissional: da biblioteca às bibliotecas digitais. In: INTEGRAR - CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1. **Textos**. São Paulo: FEBAB, 2002. p. 387-440.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; REBEL, Sandra Lúcia. Redes eletrônicas e seus impactos na comunicação científica pesquisadores brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **Anais...** V, 10 a 14 de novembro de 2003. Belo Horizonte, 13 de novembro de 2003. 20p. Disponível em CD-ROM e na Internet: <http://www.rhodeseventos.com.br/enancib/enancib.html>. Acesso em: 8 abr. 2016.

RESEARCH GATE. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/>>. Acesso em: mar. 2019.

ROSA, F. O direito autoral e o acesso aberto. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Org.). **Direito autoral, propriedade intelectual e plágio**. Salvador: EDUFBA, 2014.

RUPA, Yllka. Analysis, About the Origin, Development and Formation of the Notion of Ownership, its Review in Relation to the Economic Developments. **Academic Journal of Interdisciplinary Studies**, [S.l.], v. 4, n. 2 S1, p. 201, ago. 2015. ISSN 2281-4612. .

Disponível em: <<http://www.mcser.org/journal/index.php/ajis/article/view/7252>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

SÁ, M. I. F.; SILVA, A. C. Bibliotecas digitais e os direitos autorais: a questão dos direitos conexos. In: ENCUENTRO IBÉRICO - EDICIC, 7. **Actas**. Madrid: EDICIC, 2015. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/34509/>. Acesso em: 09 jul. 2016.

SÁ, Maria Irene da Fonseca e. **Bibliotecas digitais: uma investigação sobre características e experiências de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2013. 266 f. Orientadora: Rosali Fernandez de Souza. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2013.

SCI-HUB. Disponível em: <<https://sci-hub.tw/>>. Acesso em: fev. 2019.

SHERPA/Romeo. **Políticas de copyright e de autoarquivo de editores**. 2018. Disponível em: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=pt>. Acesso em 18 jan. 2019.

SOUZA, A. R. de. **A função social dos direitos autorais**. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2006a.

SOUZA, A. R. de. **Os limites dos Direitos Autorais: uma interpretação civil-constitucional**. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 14. Manaus, 2006. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/153.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2019b.

SWAN, A. Open data and repositories. In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO, **Anais...** 25-26 nov. de 2010, Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://www.acessolivre.pt/c/index.php/confoa/2010>. Acesso em: 11 jul. 2016.

SWAN, A. Why Open Access for Brazil? **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 158-171, set. 2008.

TAMMARO, A. M.; SALARELLI, A. **A Biblioteca Digital**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

VALEIRO, P. M.; PINHEIRO, L. V. R. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, Ago. 2008.

WEITZEL, S. da R. O mapeamento dos repositórios institucionais brasileiros: perfil e desafios. **Encontros Bibli - Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 105-123, jan. 2019. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p105/38092>>. Acesso em: 03 maio 2019.

WIKIMEDIA Commons. **Commons**. 2019. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/>. Acessado em: 20 abr. 2019.

ANEXO A - EDITORAS DO BRASIL NO SHERPA/ROMEO

Editor (com ligação ao Romeo para mais detalhes)	Cores Romeo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Catarinense de Bibliotecários	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Brazilian Statistical Society	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro Científico Conhecer	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro Universitário Autônomo do Brasil	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro Universitário de Belo Horizonte	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Conselho Brasileiro de Oftalmologia	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Conselho Federal de Farmácia	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
ediPUCRS	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Analise	Azul	SpecialPolicy	
- BELT	Verde	SpecialPolicy	
Editora UEPG	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Editora UFMS	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Faculdade Campo Limpo Paulista	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Faculdade Cenecista da Ilha do Governador (FACIG)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Faculdade Cenecista de Campo Largo (FACECLA)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
IMED	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas

Independent Journal of Management and Production	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Brasileiro de Pesquisa e Ensino em Fisiologia do Exercício (IBPEFEX)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Federal do Amapá (Ifap)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Pagadoria de Pessoal da Marinha (Brazilian Navy Pay-Office)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Grupo de Pesquisa em Literatura, Religião e Teologia, Programa de Estudos Pós-Graduados	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Rede Brasileira de Informações Biológicas (Rebibio)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Revista de Administração, Sociedade e Inovação	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
SBBq (Brazilian Society for Biochemistry and Molecular Biology)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
UniBrasil	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Vale de Rio dos Sinos (UNISINOS)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Brasília	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Attribution Non-Commercial	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
- Attribution Non-Commercial No-Derivatives	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
- Attribution Non-Commercial Share-Alike	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidade de Brasília, Pós Graduação em Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Caxias do Sul	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Fortaleza	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de São Paulo, Museu de Zoologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas

Universidade do Estado da Bahia	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Sul de Santa Catarina	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Estadual de Feira de Santana	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Estadual de Maringá	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-graduação em História	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal da Paraíba, Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Finanças e Contabilidade	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Grupo de Pesquisa em Teoria Crítica e Hermenêutica (GPTECH)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Department of Chemistry, Center for Science and Technology	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em História	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal de Rondônia, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História e Estudos Culturais	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal de Roraima (Federal University of Roraima)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal de Santa Catarina	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal do Espírito Santo	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Creative Commons Attribution Non-Commercial Share Alike	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias vinculada (NEI)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- <i>Creative Commons</i> Attribution Non-Commercial No Derivatives	Verde	SpecialPolicy	Lista de revistas
- <i>Creative Commons</i> Attribution Non-Commercial Share Alike	Verde	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal do Tocantins, Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Federal Fluminense, Escola de Engenharia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas

ANEXO B - EDITORAS DE PORTUGAL NO SHERPA/ROMEO

Academia das Ciências de Lisboa	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Aletheia - Associação Científica e Cultural	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
AP2	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Arquimed	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação de Editores do Journal of Portuguese Linguistics (AEJPL)	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Lusófona para o Desenvolvimento da investigação e Ensino em Ciências da Saúde (ALIES)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Portuguesa de Críticos de Teatro	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Portuguesa de Estudos Franceses (APEF)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Portuguesa de Geólogos	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Portuguesa de Psicologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Portuguesa dos Nutricionistas	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário (APEQ)	Azul	Políticas por defeito	
Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Municipal	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro de Arqueologia de Almada	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro em Rede de Investigação em Antropologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro Português de Geo-História e Pré-História (CPGP)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
CETAC.MEDIA	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Cogitatio Press	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Edições IPAM	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Edições Universidade Fernando Pessoa	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Edições Universitárias Lusófonas	Azul	Políticas por	Lista de

		defeito	revistas
Editorial Franciscana	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
EDUCOM (Associação Portuguesa de Telemática Educativa)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti (ESEPF)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Formifarma	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Fundação Calouste Gulbenkian	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Gabinete de Estudos a&b	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
GEOTIC (GEOlogia e Tecnologias da Informação e Comunicação)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Green Lines Institute for Sustainable Development	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Hospital Fernando Fonseca, Serviço de Psiquiatria	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Imprensa da Universidade de Coimbra	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Antropologia Portuguesa	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
- Notpermitted	Branco	SpecialPolicy	Lista de revistas
Instituto da Defesa Nacional	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto de Investigação Científica Tropical	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto dos Museus e da Conservação	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Nacional de Estatística	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Nacional de Recursos Biológicos, Instituto Nacional de Investigação Agrária	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial, Projectos	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico da Guarda	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior Agrária	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Artes Aplicadas	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Educação	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior de Gestão	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas

Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Artes e Design	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Santarém	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais, Centro de Investigação em Ciências Empresariais (CICE)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico do Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico (ISCAP)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Politécnico do Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Edição própria	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Português do Sangue	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Superior de Agronomia, Associação dos Estudantes (AEISA)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Superior Económico e Social de Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Estudos Africanos	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Estudos Territoriais	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
ISA Press	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Corrosão e Protecção de Materiais	Branco	SpecialPolicy	Lista de revistas
Ler História - Associação de Actividade Científica	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Medfarma - Edições Médicas	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Ministério da Saúde, Instituto da Droga e da Toxicodependência	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Município de Aljustrel	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Museu Nacional de Arqueologia	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Ordem dos Médicos	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Publindústria, Produção de Comunicação Ltda	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas

Rede Euroamericana de Actividade Física, Educação e Saúde (REAFES)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Revista Currículo sem Fronteiras	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Anestesiologia	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Ciências da Nutrição e Alimentação	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Dermatologia e Venereologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Electroquímica	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Geotecnia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Hemorreologia e Microcirculação	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Matemática	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Nefrologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Neurologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Numismática (SPN)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Oftalmologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Pediatria	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Pneumologia	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Proteção Contra Radiações (SPPCR)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Reumatologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Pardela	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem (UI&DE)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Unidade de Investigação em Ciências da Saúde - Enfermagem da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas

Universidade Aberta	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Autónoma de Lisboa	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Autónoma de Lisboa, Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (CEACT/UAL)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Católica Editora	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras, Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras, Departamento de Letras	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto	Azul	Políticas por defeito	
Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Aveiro, Centro de Investigação em Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Aveiro, Departamento de Electrónica, Telecomunicações e Informática (DETI)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Aveiro, Departamento de Geociências	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Coimbra, Departamento de Ciências da Terra	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Arquitetura (DARQ)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Fundação Eng. António de Almeida	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Laboratório de Avaliação Psicológica e Psicometria (PsyAssessmentLab)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Anglísticos	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Centro de Filosofia das Ciências	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Filosofia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (CFUL)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Jardim Botânico	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Museu Nacional de História Natural e da Ciência	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Lisboa, Unidade de I&D de Ciências da Educação	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola das Ciências Humanas e Sociais	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Algarve, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- No self-archiving	Branco	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidade do Minho	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Minho, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Minho, Departamento de Geografia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS-Uminho)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Minho, Instituto de Educação, Centro de Investigação em Educação	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Porto	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas

Universidade do Porto, Faculdade de Desporto. Centro de Investigação em Atividade Física, Saúde e Lazer (CIAFEL)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Porto, Faculdade de Letras	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Pre-printonly	Amarelo	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Centro de Linguística (CLUP)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
- eLingUP	Branco	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Instituto de Filosofia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (ILC)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade dos Açores	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas (UNESP, IGCE)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Lusíada Editora	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
- No self-archiving	Branco	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Centro de Investigação de Economia e das Organizações (CEO)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Estudos Anglo-Portugueses	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de História d'Aquém e d'Além Mar	Branco	Políticas por defeito	
- No Embargo Period	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de História da Cultura	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas

Interdisciplinar de Ciências Sociais			
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Estudos Medievais (IEM)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Filosofia da NOVA (IFILNOVA)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de História Contemporânea (IHC)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de História da Arte (IHA)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Revista de História da Arte	Branco	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Inovação Empresarial e do Trabalho	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Higiene e Medicina Tropical	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Nova de Lisboa, Instituto Português de Relações Internacionais	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UTL)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas

ANEXO C - EDITORAS DA ESPANHA NO SHERPA/ROMEO

Editor (com ligação ao Romeo para mais detalhes)	Cores Romeo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Anagnorisis	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociación Científica ICONO 14	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociación Cultural Zibaldone	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
<i>Asociación de Profesores Amigos de la Ciencia Eureka</i>	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociación Española de Comprensión Lectora (AECL)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociación Española de Psicología Conductual (AEPC)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociación Hombre y Territorio	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociación INFAD	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociación para el Avance de la Psicología y la Educación (AAPE)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociacion Cuadernos de Economia	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociacion de Economia Aplicada (ASEPELT)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociacion de Profesionales Independientes de la Arqueologia de Asturias	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociacion Didactica Andalucia (Didactic Association Andalucia)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociacion Española de Documentación e Información (SEDIC)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Asociacion para la Difusión y el Estudio de la Cultura Japonesa en Andalucia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associació Cinefòrum L'Atalante	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Aula Médica Ediciones	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Boidecanto SL	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro de Estudios Políticos y Constitucionales	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centro de Investigaciones y Publicaciones Farmaceuticas	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Bellas Artes de Andalucía (COLBAA)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Colegio Oficial de Psicólogos del Principado de Asturias	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas

Comunitat Valenciana, Col·legi Oficial de Bibliotecaris i Documentalistes (COBDCV)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Contexto Kantianos	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Delta Publicaiones	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Diócesis de Coria-Cáceres, Instituto Teológico de Caceres	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Disputatio Editions	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Ediciones de la Universidad de Valladolid	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
EdicionesUniversidad de Salamanca	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Editorial Delirio	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
EDMETIC	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Ekonomiaz	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
EmásF	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
EPI SCP	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Fundación iS+D para la Investigación Social Avanzada	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Gazeta de Antropologia	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Generalitat de Catalunya, Departament de Territori i Sostenibilitat	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Grupo Complutense de Investigación en Didáctica de las Matemáticas	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Grupo Comunicar	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Hemeroteca Científica Catalana	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
- CatalanHistoricalReview	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
- International Microbiology	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
- Other CC-BY-NC-ND	Verde	SpecialPolicy	Lista de revistas
Hipatia Press	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Institut d'Estadística de Catalunya (IDESCAT)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Institute Nationale de Consumo	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Museu de CiènciesNaturals de Barcelona (Museum of Natural Sciences of Barcelona)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas

Neurama	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
NotyregHispania	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
OmniaScience	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Plan Andaluz de Investigacion, Desarrollo e Innovacion, HUM-862 Estudios en Sociedad, Artes y Gestión Cultura	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Real Academia Española	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Red de Servicios Profesionales (REDESEP)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Revista Numismática Hécate	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Revistas Universidad de León	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
SociedadEspañola de Pedagogía	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sociedad Otorrinolaringológica de Castilla y León, Cantabria y La Rioja	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
TirantloBlanch	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
United AcademicJournals	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Derecho, Departamento de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, Instituto Universitario La Corte en Europa	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Autónoma de Madrid, Servicio de Publicaciones	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
UniversidadAutonoma de Barcelona, Grupo de Estudios sobre loFantastico	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
UniversidadAutonoma de Madrid, Departamento de Matematicas	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias de la Información	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Departamento de Sociología IV	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia del Arte I Medieval, Grupo de Investigación CAPIRE (Colectivo para el Análisis Pluridisciplinar de la Iconografía Religiosa Europea)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas

Universidad Complutense Madrid, Grupo de Investigación Ética, política y derechos humanos en la sociedad tecnológica	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Alcalá de Henares, Departamento de Filología, Comunicación y Documentación	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Alicante, EducationTecnologias de la Infomacion y la Comunicacion (UA-EDUTIC)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Alicante, Facultad de Educación	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Alicante, Grupo de investigación Comunicación y Públicos Específicos	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Granada, Facultad de Ciencias de la Educacion	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Jaén	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Creative Commons Attribution Non-Commercial	Verde	SpecialPolicy	Lista de revistas
- Creative Commons Attribution Non-Commercial Share Alike	Verde	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidad de Jaén, Centro de Profesorado Sagrada Familia de Ubenda	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Creative CommonsAttribution	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
- Creative Commons Attribution Non-Commercial	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidad de La Rioja	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- PhilologicaCanariensia	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Facultad de Geografía e Historia	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Málaga, Facultad de ciencias de la Educacion	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Murcia	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Glosas Didácticas	Verde	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidad de Sevilla, Facultad de Filologia, Deptartamento de Literatura Española	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Valladolid	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad de Valladolid, Department of Spanish Literature, Theory of Literature and Comparative Literature	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas

Universidad del Pais Vasco, Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Francisco de Vitoria	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Miguel Hernández, Departamento de Psicología de la Salud	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Nacional de Educacion a Distancia, Centro Asociado de Sevilla	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Pablo de Olavide	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universidad Politécnica de Valencia (PoliPapers)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
- 12 month Embargo	Branco	SpecialPolicy	
- 24 month Embargo	Branco	SpecialPolicy	Lista de revistas
- Pre-printallowed	Verde	SpecialPolicy	Lista de revistas
Universidad Rey Juan Carlos, Grupo de investigación methaodos.org	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Universitat de Valencia	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- <i>Creative Commons</i> Attribution	Verde	SpecialPolicy	
Universitat de Valencia, Departament de Didàctica de l'Expressió Musical, Plàstica i Corporal	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
UniversitatOberta de Catalunya	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
University of Girona, Grupo de Investigación Análisis de la Recepción de las Pantallas Audiovisuales	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
University of the Basque Country	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
University of the Basque Country Press (UBC Press)	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas

ANEXO D - EDITORAS DA FRANÇA NO SHERPA/ROMEO

Editor (com ligação ao Romeo para mais detalhes)	Cores Romeo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Acarologia	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
AgroParisTech, ENGREF	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Armand Colin	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
- 3 year embargo	Amarelo	SpecialPolicy	Lista de revistas
- 4 year embargo	Amarelo	SpecialPolicy	Lista de revistas
- Pre-print embargo	Amarelo	SpecialPolicy	Lista de revistas
Association d'Ethno-linguistiqueAmerindienne	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Association des Annales de l'Institut Fourier	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Association Developpement Durable et Territoires	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Association La Nouvelle RevueduTravail	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
AssociationpourlaRecherchesurlaCognition	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Association pour le Développement de l'Apprentissage des Langues par les Systèmesd'Information et de Communication (ADALSIC)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associationpour le développement de la recherché en économie et en statistique (ADRES)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Associationpourledéveloppement de larevueTemporalités (ADRT)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
AssociationpourleTraitementAutomatiquede s Langues (ATALA)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Carnets de Geologie	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Centre Sèvres - Facultésjésuites de Paris	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
CIGRE (International Council on Large Electric Systems)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
CIRAD	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Comité National de laGravureFrançaise	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Committee on Data for Science and Technology (CODATA)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Cybergeog : European Journal of Geography	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
EcoleNationaleVétérinaire de Toulouse	Branco	Políticas por	Lista de

		defeito	revistas
EditionsdesArchivesContemporaines	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Editionsduseuil	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Editions IARSIC	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
EDP Open	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
EDP Sciences	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- CahiersAgricultures	Verde	SpecialPolicy	Lista de revistas
- EPJ	Verde	SpecialPolicy	Lista de revistas
- EPJ Open Access	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
EuropeanPhysical Society	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
EuropeanPolymer Federation	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
GERFLINT	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
HFSP Publishing	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
IKER (Centre de recherche sur la langue et les textesbasques)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
InstitutFrançais d'EtudesAndines (IFEA)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
- Bulletin de l'IFEA	Branco	SpecialPolicy	Lista de revistas
InstitutNational d'Histoire de l'Art	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
InstitutNational de laStatistique et desEtudesEconomiques (INSEE)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
InstitutVeoliaEnvironnement	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Institute Henri Poincaré	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
International Union Against Tuberculosis and Lung Disease	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
John LibbeyEurotext	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Lavoisier (Hermes Science Publications)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Miranda	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Oceanraise	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
OECD Publishing	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
PressesUniversitaires de France	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas

PressesUniversitaires de Nancy - EditionsUniversitaires de Lorraine	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Société d'AnthropologiedesConnaissances	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
SociétédesOcéanistes	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
SociétéGéologique de France	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Université de Pau et desPays de l'Adour	Verde	Políticas por defeito	
Université Paris 3, InstitutdesHautesEtudes de l'Amérique Latine (IHEAL / Université Paris 3)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
- CahiersdesAmériques Latines	Azul	SpecialPolicy	Lista de revistas
Université Paris OuestNanterre La Défense, Centre de RecherchesIbériques et Ibéro- américaines (CRIIA)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Université Paris OuestNanterre La Défense, UMR LAVUE 7218, LaboratoireMosaïques	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas

ANEXO E - EDITORAS DO REINO UNIDO NO SHERPA/ROMEO

Editor (com ligação ao RoMEO para mais detalhes)	Cores RoMEO	Políticas por defeito	Lista de revistas
Academic Conferences and Publishing International (ACPI)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Academy of Business and Retail Management (ABRM)	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Actuarial Profession, The	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Alexandrine Press	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
AngloHigher	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Antiquity Publications	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Applied Probability Trust	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
ARLIS UK and Ireland	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Ashgate Publishing	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Association for Learning Development in Higher Education (ALDinHE)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
<u>Association for Medical Education in Europe</u>	<u>Verde</u>	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Association for Science Education	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Association for Scottish Literary Studies	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Association of Applied Biologists	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Association of Chartered Physiotherapists in Respiratory Care (ACPRC)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Association of Learned and Professional Society Publishers (ALPSP)	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Association of Librarians and Information Professionals in the Social Sciences (ALISS)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
BCS, The Chartered Institute for IT	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Beech Tree Publishing	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
BioScientifica	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Birth and Parent Education	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Blackwell Publishing	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Bloomsbury Publishing	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
BMC (part of Springer Nature)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
BMJ Publishing Group	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>

Botanical Society of the British Isles	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Academy	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Agricultural History Society	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
British and Irish Orthoptic Society	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Association for Chinese Studies	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Association for the Study of Religions (BASR)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Association of Adoption and Fostering	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Association of Hand Therapists (BAHT)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Editorial Society of Bone and Joint Surgery	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Gestalt Journal	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Institute at Ankara	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Institute for the Study of Iraq	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Institute of Non-destructive Testing	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Institute of Persian Studies	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Institute of Radiology	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Psychological Society	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Society for Developmental Disabilities	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
British Society for Plant Pathology (BSPP)	Amarelo	Políticas por defeito	
British Trust for Ornithology	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Burlington Magazine Publications	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
CAB International Publishing	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Cambridge University Press (CUP)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Cancer Research UK	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Cardiff University, Cardiff School of Journalism, Media and Cultural Studies	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Cardiff University Press	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Chemistry Central	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Church Monuments Society	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
CILIP, Information Literacy Group	Verde	Políticas por	Lista de

CILIP, Library and Information Research Group	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>revistas</u>
Clifford Beers Foundation	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Cochrane Collaboration	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Cogent OA	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
College of Occupational Therapists	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
College of Optometrists	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Commonwealth Forestry Association	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Company of Biologists	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Competition Law Scholars Forum (CLaSF)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
COSCA (Counselling and Psychotherapy in Scotland)	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Council for British Archaeology	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Coventry University	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Coventry University, Centre for Applied Research in Psychology	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Coventry University, Faculty of Health and Life Sciences	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Cryo Letters	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	
Cumberland and Westmorland Antiquarian and Archaeological Society (CWAAS)	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Dennis Barber	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Digital Curation Centre	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Dove Medical Press	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Down Syndrome Education International	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Early Modern Literary Studies	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Earthscan	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
ecancer Global Foundation	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Economic and Financial Publishing	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Economic Issues Education Trust	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Economists for Peace and Security (UK)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Edinburgh University Press	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>

Edward Elgar Publishing	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Egyptian British Biological Society	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
EMAP	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Emerald	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Engineering Integrity Society	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
English Folk Dance and Song Society	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
EPP Publications	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Equinox Publishing	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
European Society of Endocrinology	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Expert Reviews (formerly Future Drugs)	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
F1000Research	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Finance and Society	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Forest Books	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Foundation of Nursing Studies (FONS)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Fund for the Replacement of Animals in Medical Experiments (FRAME)	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Future Academy	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Future Medicine	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Future Science	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Geographical Association	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Geological Society	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
German Historical Institute	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Global Science Books	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Greenleaf Publishing	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Gwerddon	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Hart Publishing	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
HAU Society for Ethnographic Theory	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Hayward	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Henry Stewart Publications	Branco	Políticas por	Lista de

Higher Education Academy	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>revistas</u> <u>Lista de revistas</u>
Higher Education Academy, Centre for Education in the Built Environment	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Higher Education Academy, Engineering Subject Centre	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Higher Education Academy, UK Centre for Bioscience	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Horizon Scientific Press	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
IJECM Pub UK	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
IJS Publishing Group	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
IM Publications	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Imperial College Press	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Imprint Academic	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Incisive Media	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Inderscience	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Infonomics Society	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Informa Healthcare	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Institute for Education Policy Studies	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Institute of Acoustics	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Institute of Development Studies	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Institution of Chemical Engineers	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Institution of Engineering and Technology (IET)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Intellect	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
International Association of Music Libraries, Archives and Documentation Centres (UK & Irl)	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
International Bee Research Association	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
International Glaciological Society	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
International Journal of $\square\square$ ek Studies	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
International Medical Press	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
International Medical Publisher (IMedPub)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
International Union of Crystallography	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>

Internet Medical Publishing	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>revistas</u>
IOP Publishing	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
IP Publishing	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
IWA Publishing	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
John Wiley and Sons	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Jordan Publishing	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Journal of Horticultural Science and Biotechnology	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Journal of Maps	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Journal of the Northern Renaissance	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Just Medical Media	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
KT Press	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Lawrence and Wishart	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Lawtext Publishing	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Library Publishing Media	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Linnean Society of London	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Literary Dictionary Company	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Liverpool University Press	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
London Mathematical Society	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
London School of Hygiene and Tropical Medicine, International Centre for Eye Health (ICEH)	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Maghreb Review	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Manchester University Press	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Maney Publishing	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Marcel Dekker	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	
Mark Allen Healthcare	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Marques Aviation Press	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Maths, Stats and OR Network (Mathstore)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Microbiology Society	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>

Mineralogical Society	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>revistas</u> <u>Lista de revistas</u>
Modern Humanities Research Association (MHRA)	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Multi-Science Publishing	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Multilingual Matters & Channel View Publications	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
National Association of Educators in Practice	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
National Association of Psychiatric Intensive Care and Low Secure Units (napicu)	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
National Youth Agency	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Nature Publishing Group	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Nature Research (part of Springer Nature)	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
New Law Journal	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
New Millennium Discoveries	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
NIHR Journals Library	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
NIR Publications	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Northumbria University Library	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Nutrition Society	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Open Access Publishing London	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Open House International Association	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Open Journals	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Open University, Centre for Widening Participation	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Open University, Faculty of Arts	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Open University, Knowledge Media Institute	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	
Oral History Society	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Orbit: Writing Around Pynchon	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Other Business	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Oxford Brookes University	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Oxford Centre for Hebrew and Jewish Studies	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Oxford University Anthropological Society	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>

Oxford University Press (OUP)	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Palaeontographical Society	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Palgrave Macmillan (part of Springer Nature)	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Participations	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Paternoster Periodicals	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Paul Mellon Centre	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Philica	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
PhysMath Central	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Pier Professional	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Pion	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Pluto Journals	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Policy Press	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Portland Press	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Practical Action Publishing	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Prehistoric Society	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Print Quarterly Publications	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Professional Engineering Publishing (Institution of Mechanical Engineers)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Queen's University Belfast, School of Law	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Radcliffe Medical Press	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Radical Philosophy Group	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
RCN Publishing (RCNi)	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
RCVS Knowledge	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Reproductive Healthcare	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Research Information	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Risk Journals	Amarelo	Políticas por defeito	
Royal Astronomical Society	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Royal College of General Practitioners	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
Royal College of Midwives (RCM)	Branco	Políticas por	Lista de

		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
Royal College of Physicians	Amarelo	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal College of Physicians of Edinburgh	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal College of Psychiatrists	Branco	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal College of Surgeons of England	Branco	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal Conservatoire of Scotland	Verde	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal Meteorological Society	Verde	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal Pharmaceutical Society of Great Britain	Amarelo	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal Society of Chemistry	Amarelo	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal Society of Medicine Press	Verde	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal Society, The	Verde	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Royal Statistical Society	Amarelo	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
SAGE Publications (UK and US)	Verde	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Schools Health Education Unit	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Science and Knowledge House	Verde	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Science Museum Group	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Science Reviews 2000	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Scienpress	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Scientific Journals	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Scottish Evangelical Theology Society	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
SEDA (Staff and Educational Development Association)	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Selper	Branco	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Sheffield Academic Press	Branco	Políticas por <u>defeito</u>	
Sheffield Hallam University	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
sigma network	Azul	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
SimSoc Consortium	Verde	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Smith and Franklin Academic Publishing	Verde	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Social Sciences Directory	Verde	Políticas por <u>defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>

Society for Endocrinology	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Society for Longitudinal and Life Course Studies	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Society for Renaissance Studies	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Society for Reproduction and Fertility	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Society for Social Studies of Science	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Society for the Study of Artificial Intelligence and Simulation of Behaviour (AISB)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Society of Antiquaries of Scotland	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Society of Architectural Historians of Great Britain	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Society of Biology	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Society of Dyers and Colourists	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
SOLON	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Springer (part of Springer Nature)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Springer Nature [academic journals on nature.com]	Amarelo	Políticas por defeito	Lista de revistas
SpringerOpen (part of Springer Nature)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
St Jerome Publishing	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Stansted News	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Subaltern Media	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Swansea University	Azul	Políticas por defeito	Lista de revistas
Sweet and Maxwell	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Symposium Journals	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Tate Research	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Taylor & Francis	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Taylor & Francis (CRC Press)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Taylor & Francis (Psychology Press)	Verde	Políticas por defeito	
Taylor & Francis (Routledge)	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Taylor & Francis Open	Verde	Políticas por defeito	Lista de revistas
Textrum	Branco	Políticas por defeito	Lista de revistas
Thomas Telford (ICE Publishing)	Verde	Políticas por	Lista de

		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
Transnational Press London	Branco	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
TripleC	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
UACES	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
Ubiquity Press	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
UCL IOE Press	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
UK Education Consultancy Services	Amarelo	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
Ulster Medical Society	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
United Kingdom Serials Group (UKSG)	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
Universities Federation for Animal Welfare (UFAW)	Amarelo	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University College London, Faculty of Mathematical and Physical Sciences, Department of Mathematics	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University College London, School of Slavonic and East European Studies	Branco	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Aberdeen, School of Education	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Bath, School of Management	Branco	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Birmingham, Department of Art History, Curating and Visual Studies	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Cardiff, Cardiff School of History, Archaeology and Religion, Centre for the History of Religion in Asia	Azul	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Huddersfield Press	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Kent	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Leicester, Creative Commons Attribution	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Leicester Open Journals	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Lincoln, Doctoral School	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of London, Institute of Historical Research	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of London, School of Advanced Studies, Warburg Institute	Azul	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of London, School of Oriental and African Studies, Centre of Jaina Studies	Azul	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Nottingham, Nottingham French Studies	Branco	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Oxford, Oxford Uehiro Centre for Practical Ethics	Verde	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>
University of Sheffield, Centre for the Study of Childhood and Youth	Azul	<u>Políticas por</u>	<u>Lista de</u>
		<u>defeito</u>	<u>revistas</u>

University of St Andrews, St Mary's College	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
University of Stirling, School of Education	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
University of Stirling, Stirling Centre for Scottish Studies	Azul	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
University of Wales Press	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
University of Westminster Press	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Westburn Publishers	Amarelo	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
White Horse Press	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
White Rose University Press	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Whitehouse Publishing (UK)	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Whiting and Birch	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
WIT Press	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Women's History Network	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
World Advertising Research Center	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Wounds UK	Branco	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>
Youth and Policy	Verde	<u>Políticas por defeito</u>	<u>Lista de revistas</u>

ANEXO F - EDITORAS NO DIADORIM

Editores cadastrados no Diadorim	Quantidade de Periódicos
Academia Nacional de Estudos Transnacionais (ANET)	1
Academia Nacional de Polícia (ANP)	3
Academia Paraense de Odontologia	1
Academia Paulista de Psicologia	1
Advocacia-Geral da União (AGU)	1
Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)	1
ALEPH - Engenharia e Consultoria Ambiental	1
Antônio Meneghetti Faculdade (AMF)	1
Apoena - Grupo de Estudos Schopenhauer-Nietzsche	1
ArchI	1
Arquivo Nacional	1
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)	1
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)	1
Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC)	1
Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	1
Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp)	1
Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual (API)	1
Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista (ANAP)	4
Associação Brasileira da Rede UNIDA	2
Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf)	1
Associação Brasileira de Ciências Mecânicas (ABCM)	1
Associação Brasileira de Climatologia (ABClima)	1
Associação Brasileira de Criminalística (ABC)	1
Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)	1
Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN)	1
Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP)	1
Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn)	1
Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO)	3
Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)	1
Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO)	1
Associação Brasileira de Estudos Canadenses; Universidade Federal de Pelotas; Universidade de São Paulo	1
Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas em Moda (Abepem)	1
Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (Assobrafir)	1
Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR)	2
Associação Brasileira de Metalurgia Materiais e Mineração (ABM)	1
Associação Brasileira de Odontologia (ABO)	1
Associação Brasileira de Orientadores Profissionais (ABOP)	1
Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar)	1

Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólítica)	1
Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)	1
Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito (ABraSD)	1
Associação Brasileira de Política e Administração da Educação (ANPAE)	1
Associação Brasileira de Profissionais em Controle de Infecção e Epidemiologia Hospitalar (ABIH)	1
Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC)	1
Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)	1
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)	1
Associação Científica dos Médicos Veterinários do Estado do Ceará (AMVECE)	1
Associação de Arteterapia da Associação de Arteterapia do Estado de São Paulo (AATESP)	1
Associação de Docentes da Estácio de Sá (ADESA)	1
Associação de Psicologia de São Paulo	1
Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre	1
Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo	1
Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (Assan)	1
Associação Nacional de História (ANPUH)	1
Associação Nacional de História - seção Amapá (ANUPUH - AP)	1
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)	1
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL)	1
Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (Anphlac)	1
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD)	2
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)	1
Associação Brasileira da Rede UNIDA	2
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional	1
Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ANTAC)	1
Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD)	1
Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação	1
Associação Paulista de Homeopatia (APH)	1
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE)	1
Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental	1
BIOgraph	1
Brazilian Society of Oral Medicine and Oral Pathology	1
Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC)	1
Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA)	1
Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPPES)	1

Centro de Ensino Superior Alternativo	1
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD)	2
Centro de Ensino Superior de São Gotardo (CESG)	4
Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA)	2
Centro de Estudos de Crescimento e Desenvolvimento do Ser Humano (CDH)	1
Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)	1
Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI)	1
Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC)	1
Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO)	1
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)	1
Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA)	1
Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL/ICMBio)	1
Centro de Pesquisa e Processamento de Alimentos (CEPPA)	1
Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida (CPAQV)	1
Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT)	1
Centro de Terapia de Casal e Família (DOMUS)	1
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)	1
Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Educação e Direito (CIPED)	1
Centro Latinoamericano de Estudos em Cultura (CLAEC)	1
Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV)	1
Centro Odontológico e de Pós Graduação São Domingos (ORTOPÓS)	1
Centro Sul-Brasileiro de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (CENSUPEG)	1
Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7)	3
Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp)	1
Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE)	2
Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica)	1
Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica)	1
Centro Universitário Christus (Unichristus)	3
Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana (FEI)	1
Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA	2
Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)	1
Centro Universitário de Belo Horizonte (Unibh)	3
Centro Universitário de Brasília (UNICEUB)	4
Centro Universitário de Brusque (Unifebe)	1
Centro Universitário de Formiga (UNIFOR)	2
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)	2
Centro Universitário de Maringá (UniCesumar)	2
Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV)	1
Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO)	1
Centro Universitário FACEX (UNIFACEX)	1
Centro Universitário Franciscano (Unifra)	1

Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB)	1
Centro Universitário Hermínio Ometto (FHO/Uniararas)	1
Centro Universitário Internacional (UNINTER)	6
Centro Universitário Jaguariúna – FAJ	1
Centro Universitário La Salle (Unilasalle)	4
Centro Universitário Lusíada (UNILUS)	1
Centro Universitário Newton Paiva	1
Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter)	3
Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)	5
Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ)	1
Centro Universitário Senac	2
Centro Universitário UNA (UNA)	1
Centro Universitário UNIABEU	3
Centro Universitário Unifafibe (UNIFAFIBE)	1
Centro Universitário UNINOVAFAPÍ	1
Centro Universitário UnirG	1
Círculo Psicanalítico da Bahia (CPB)	1
Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG)	2
Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ)	1
Clock-t Edições e Artes	1
Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC)	1
Colégio Militar de Campo Grande (CMCG)	1
Colégio Pedro II	3
Complexo de ensino Superior Cachoeirinha (Cesuca)	1
Complexo Educacional FMU	1
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)	1
Conhecimento&Ciência	1
Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO)	1
Conselho da Justiça Federal	1
Conselho Federal de Farmácia (CFF)	1
Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI)	42
Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR)	1
Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC)	1
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	1
Cubo Multimídia	1
Dialogarts Publicações	1
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha	1
Ecogestão Brasil	1
Edição independente	18
Editora Autêntica	1
Editora da Universidade Federal de Campina Grande (EDUFCG)	1
Editora Dom Helder	1
Editora Forum	1
Editora JRG	1
Editora Revista dos Tribunais	1
Editora Universitária Leopoldianum (EDUL)	1

Editorial Juruá	1
Elsevier	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	1
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)	1
Empresa Gráfica da Bahia	1
ENFservic - Assessoria Informativa e Científica	1
Entomologistas do Brasil	1
Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)	2
Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN)	1
Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	1
Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM)	1
Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)	1
Escola Superior de Direito Constitucional (ESDC)	1
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)	3
Escola Superior de Sustentabilidade	4
Escola Superior de Teologia (EST)	4
Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ESMP)	1
Espaço Ética Ltda.	1
Evocati	1
Exército Brasileiro	1
Faculdade Adventista da Bahia	1
Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA)	2
Faculdade Araguaia (FARA)	1
Faculdade Arthur Thomas	1
Faculdade Autônoma de Direito (FADISP)	1
Faculdade Batista Pioneira	1
Faculdade Campo Limpo Paulista (FACCAMP)	2
Faculdade Cenecista de Campo Largo (FACECLA)	2
Faculdade Cenecista de Rio Bonito (FACERB)	1
Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP)	1
Faculdade CNEC Santo Ângelo	1
Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires	1
Faculdade de Ciências e Tecnologias do Maranhão (FACEMA)	1
Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro (FCETM), Centro de Ensino Superior de Uberaba (CESUBE)	1
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia (FACISA)	1
Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCM-MG)	1
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Extrema (FAEX)	1
Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC)	1
Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (FADERGS)	1
Faculdade de Direito de Franca	1
Faculdade de Direito de Vitória (FDV)	1
Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM)	1
Faculdade de Educação e Meio Ambiente (FAEMA)	1
Faculdade de Educação São Francisco (FAESF)	1

Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (FESAR)	1
Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF)	1
Faculdade de Medicina de Campos (FMC)	1
Faculdade de Medicina de Itajubá (FMIIt)	1
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP)	1
Faculdade de Medicina do ABC (FMABC)	1
Faculdade de Nova Serrana	1
Faculdade de Ouro Preto do Oeste (UNEOURO)	1
Faculdade de São Bento	1
Faculdade de Tecnologia da Zona Sul (FATEC Zona Sul)	1
Faculdade de Tecnologia de Botucatu (FATEC)	1
Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá (FATEC)	1
Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba (FATEC)	1
Faculdade de Tecnologia de Osasco (FATEC)	1
Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM)	1
Faculdade do Sul da Bahia (FASB)	1
Faculdade do Vale do Ipojuca (FAVIP) / SESVALI Editorial	1
Faculdade ENIAC	1
Faculdade Eniac	2
Faculdade Evangélica de Goianésia	1
Faculdade Fernão Dias	1
Faculdade Guanambi	1
Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR)	1
Faculdade Ingá (UNINGÁ)	1
Faculdade Internacional da Paraíba (FPB)	1
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE)	1
Faculdade Leão Sampaio	2
Faculdade Luterana de Teologia (FLT)	1
Faculdade Meridional (IMED)	5
Faculdade Meridional IMED	1
Faculdade Novo Milênio	1
Faculdade Palotina (FAPAS)	1
Faculdade Patos de Minas (FPM)	1
Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM)	1
Faculdade Pio Décimo	1
Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas	1
Faculdade Projeção	5
Faculdade Refidim	1
Faculdade Santo Agostinho (FSA)	2
Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB) / Editora Oikos	1
Faculdade Social da Bahia (FSBA)	1
Faculdade Unida de Vitória (UNIDA)	2
Faculdades ICESP	3
Faculdades Integradas Campos Salles	1
Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC)	1
Faculdades Integradas de Itararé (Fafit)	1

Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)	1
Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil)	1
Faculdades Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE)	1
Faculdades Integradas Rui Barbosa (FIRB)	1
Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)	6
Faculdades OPET	1
Faculdades Porto Alegrenses (FAPA)	1
Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB)	1
Federação Brasileira de Psicodrama (Febrap)	1
Federação Brasileira de Terapias Cognitivas (FBTC)	1
Federação das Associações Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo)	1
Federação Internacional de Educação Física (FIEP)	1
FIAM-FAAM – Centro Universitário	1
Filosofia Capital	2
Força Aérea Brasileira (FAB)	1
Fundação Carlos Chagas (FCC)	2
Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ)	1
Fundação Centro Tecnológico de Juiz de Fora (FCT)	1
Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP)	1
Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF)	1
Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)	1
Fundação Educacional de Ituverava	2
Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado (FECAP)	1
Fundação Escola Superior de Direito Municipal (ESDM)	1
Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (Liberato)	1
Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN)	1
Fundação Getúlio Vargas (FGV)	8
Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape Business School)	1
Fundação Instituto de Administração (FIA)	2
Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)	2
Fundação Oswaldo Aranha (FOA)	1
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	2
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) / Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT)	1
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) / Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS)	1
Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace)	1
Fundação Pedro Leopoldo	2
Fundação Universidade do Tocantins (Unitins)	1
Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)	1
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS)	1
Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL)	1

Grupo de pesquisa Café com Sociologia	1
Grupo de Pesquisa Metodologias em Ensino e Aprendizagem em Ciências	1
Grupo de Trabalho Práticas de Paz e Resolução de Conflitos	1
Grupo Verde de Agroecologia e Abelhas (GVAA)	9
Hospital São Marcos	1
IndersciencePublishers	1
Instituição Moura Lacerda	1
Instituto Biológico	1
Instituto Blumenauense de Ensino Superior (SOCIESC)	1
Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP)	1
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)	1
Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil)	1
Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal (IBRASPP)	1
Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa em Fisiologia do Exercício (IBPEFEX)	4
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)	5
Instituto Brasileiro de Inovação Financeira (IBRIF)	1
Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)	2
Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	2
Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (IESA)	1
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)	1
Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA)	1
Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB)	2
Instituto de Educação Superior Sul Fluminense	1
Instituto de Ensino Superior de Rondônia (IESUR)	1
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	1
Instituto de Pesquisas Ambientais em Bacias Hidrográficas (IPABHi)	1
Instituto de Tecnologia e Educação Galileo da Amazônia (ITEGAM)	1
Instituto de Treinamento e Pesquisa em Abordagem Gestalt-terapia de Goiânia (ITGT)	1
Instituto de Zootecnia (IZ)	1
Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista – IEP	1
Instituto Evandro Chagas (IEC)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)	2

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)	6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)	5
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)	1
Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)	1
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	2
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)	2
Instituto Federal Goiano (IFGoiano)	1
Instituto GEPR	1
Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)	1
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)	1
Instituto Junguiano de São Paulo (IJUSP)	1
Instituto Macapaense do Melhor Ensino Superior (IMMES)	1
Instituto Mises Brasil	1
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)	2
Instituto Parajás	1
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	1
Instituto Paulista de Ensino (FIPEN)	1
Instituto Sedes Sapientiae	1
Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP)	1
Instituto Superior de Educação Vera Cruz	1
Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (!TEC)	1
Instituto Vianna Júnior	1
Intertox	1
Justiça Federal / Seção Judiciária do Rio de Janeiro	1
Liceu Literário Português	1
Movimento de Arte e Apoio a Sobrevivência Cultura	1
Museu Victor Meirelles / Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)	1
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Atividades de Enfermagem / Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra (NEPAE-NESEN)	1
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (NEPECAMPO)	1
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Atividades de Enfermagem / Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra (NEPAE-NESEN)	1
Núcleo de Estudos, Iniciação Científica e Extensão (NEICE)	1
Núcleo de Tecnologias para Educação (UEManet)	1
Pagadoria de Pessoal da Marinha (PAPEM)	1
Plataforma Mundos do Trabalho – Piauí	1
Polícia Militar de Goiás	1
Ponteditora	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás)	9
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	14
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	14

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	17
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	3
Prepárate Desenvolvimento Humano	1
Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa (ReLePe)	1
Rede Brasileira de Informações Biológicas (Rebibio)	1
Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL)	1
Rede de Ensino Doctum - Instituto Ensinar Brasil (Doctum)	1
Rede de Pesquisa Empírica em Direito (REED)	1
Rede Latino-Americana de Pesquisa em Educação Química (ReLAPEQ)	1
RG	1
Rotermund	1
SABESP	1
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab)	1
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás	1
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF)	1
Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul (SEPLAN)	1
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	3
Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo (SINSESP)	1
Sociedade Botânica do Brasil (SBB)	1
Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC)	1
Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq)	1
Sociedade Brasileira de Cardiologia	1
Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV)	1
Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBECotur)	1
Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM)	1
Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Regional São Paulo (SBEM)	1
Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC)	1
Sociedade Brasileira de Estudos e Pesquisa Qualitativos, SE&PQ	1
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)	1
Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO)	1
Sociedade Brasileira de Etologia (SBEt)	1
Sociedade Brasileira de Fenomenologia e Sociedade Brasileira de Psicanálise Winnicottiana	1
Sociedade Brasileira de Finanças (SBFin)	1
Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)	1
Sociedade Brasileira de História da Matemática (SBHMat)	1
Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC)	1
Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT)	1
Sociedade Brasileira de Pediatria	1
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP)	2
Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP)	1
Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH)	1

Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT)	1
Sociedade Brasileira de Psicologia Política (ABPP)	1
Sociedade Brasileira de Química (SBQ)	1
Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)	1
Sociedade Brasileira de Urologia (SBU)	1
Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)	4
Sociedade de Educação Tiradentes	1
Sociedade de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro (SOMVERJ)	1
Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana (SPQMH)	1
Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo (SPAGESP)	1
Sociedade Paranaense de Matemática (SPM)	1
Sociedade Rio-Grandense de Bioética (SORBI)	1
Sociedade Schopenhauer do Brasil / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1
SOCINE - Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual	1
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação-MB	1
Tribunal de Contas do Estado do Ceará	1
Tutor Publicações	1
UNIABEU	2
União da Geomorfologia Brasileira (UGB)	1
Unieducar Inteligência Educacional	1
UniLaSalle	3
Univag Centro Universitário	1
Univates	1
Universidad de Alcalá de Henares / Universidade Estadual Paulista (UNESP)	1
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)	1
Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	1
Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN)	1
Universidade Católica de Brasília (UCB)	6
Universidade Católica de Pelotas (EDUCAT)	1
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	2
Universidade Católica de Petrópolis (UCP)	2
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	1
Universidade Cândido Mendes (UCAM)	1
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	1
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	1
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	1
Universidade Cruzeiro do Sul	1
Universidade da Amazônia (UNAMA)	1
Universidade da Bahia (UNEB)	1
Universidade da Força Aérea (UNIFA)	1
Universidade da Região de Joinville (Univille)	1
Universidade de Brasília (UnB)	55

Universidade de Caxias do Sul (UCS)	7
Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)	3
Universidade de Fortaleza (Unifor)	4
Universidade de Marília (UNIMAR)	1
Universidade de Passo Fundo (UPF)	7
Universidade de Pernambuco (UPE)	1
Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)	1
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)	16
Universidade de São Paulo (USP)	34
Universidade de Sorocaba e RAIES	1
Universidade de Taubaté (UNITAU)	5
Universidade de Uberaba (UNIUBE)	1
Universidade do Contestado (UnC)	1
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	7
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	9
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	3
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	4
Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	1
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	1
Universidade do Estado do Pará (UEPA)	2
Universidade do Estado do Pará (UFPA)	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	46
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	3
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	4
Universidade do Grande Rio (Unigranrio)	3
Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)	8
Universidade do Oeste Paulista (Unoeste)	4
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	5
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	4
Universidade do Vale do Paraíba (Univap)	1
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	5
Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS)	2
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	4
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)	3
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	24
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	1
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	7
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	19
Universidade Estadual de Maringá (UEM)	11
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	6
Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)	1
Universidade Estadual de Montes Claros	1
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	1
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	3
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	5
Universidade Estadual de Roraima (UERR)	1

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	3
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	5
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	3
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	2
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	3
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	1
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	7
Universidade Estadual do Paraná (Unespar)	6
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	1
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)	1
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	9
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb)	2
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	32
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo - (USP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	1
Universidade Estácio de Sá	1
Universidade Estácio de Sá (UNESA)	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	13
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	1
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	11
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	15
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	6
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	11
Universidade Federal de Goiás (UFG)	16
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	24
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	5
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	6
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	11
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	28
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	4
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	12
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	9
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	5
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	5
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	33
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	24
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	7
Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)	1
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	3
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	13
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	16
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	5
Universidade Federal do Acre (UFAC)	4
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	4
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	10

Universidade Federal do Cariri (UFCA)	2
Universidade Federal do Ceará (UFC)	15
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	13
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	4
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	16
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	3
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	2
Universidade Federal do Paraná (UFPR) / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	1
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	15
Universidade Federal do Pará (UFPA)	10
Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)	1
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	11
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	28
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	6
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	13
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	26
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	1
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	13
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	1
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	3
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	3
Universidade Federal Fluminense (UFF)	28
Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	1
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	4
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	6
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) / Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Universidade Federal de Sergipe (UFS) / Universidade Federal de Pelotas (UFPe)	1
Universidade Federal Rural do Semi-Árida (UFERSA)	1
Universidade Feevale	3
Universidade FUMEC	6
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	2
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)	1
Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)	6
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	6
Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)	2
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	4
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)	4
Universidade Nove de Julho (Uninove)	8
Universidade Paranaense (UNIPAR)	5
Universidade Positivo (UP)	1
Universidade Potiguar (UnP)	2

Universidade Presbiteriana Mackenzie	5
Universidade Presidente Antonio Carlos (UNIPAC)	1
Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC)	3
Universidade Regional de Blumenau (FURB)	6
Universidade Regional do Cariri (URCA)	1
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)	3
Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)	2
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)	7
Universidade Salvador	1
Universidade São Francisco (USF)	1
Universidade Severino Sombra (USS)	6
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	13
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)	1
Universidade Vale do Rio Verde	4
Universidade Veiga de Almeida (UVA)	1
University of Illinois at Urbana-Champaign	1

ANEXO G - LOGOMARCAS DAS CORES NO DIADORIM

